ISSN 2675 0899

REVISTA CIENTÍFICA FACX

FACX
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZÔNIA

Índice

AVALIANDO O MÉTODO UTILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ NA CONSIDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS EM AÇÕES DE COMBATE AO DESMATAMENTO **1**

Análise EDUCACIONAL DE UM ESTUDO BILINGUE NA ESCOLA INDÍGENA PARAKANÃ DO XINGÚ NA AMAZÔNIA PARAENSE COMO INSTRUMENTO CULTURAL IDENTITÁRIO **19**

PERCEPÇÃO DE GESTORES, NUTRICIONISTAS E CONSELHEIROS SOBRE A EXECUÇÃO DO PNAE EM UM MUNICÍPIO PARAENSE **43**

A INCIDÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA E O AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LEI Nº 9.605/98 **65**

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL NA CIDADE DE ALTAMIRA - PARÁ: fragilidades e fortalezas **79**

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O PROCESSO DE TRABALHO NAS URGÊNCIAS HOSPITALARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA **94**

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM: IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL FRENTE ÁS GESTANTES PORTADORAS DE SÍFILIS **120**

CUIDADOS DA ENFERMAGEM AO DOENTE RENAL CRÔNICO **129**

AVALIANDO O MÉTODO UTILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ NA CONSIDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS EM AÇÕES DE COMBATE AO DESMATAMENTO

Evaluating the method used by the Ministry of Environment and the Government of the State of Para in the consideration of priority municipalities in actions to combat deforestation

Bruno Cerutti Ribeiro do Valle[1]

RESUMO: Com o advento do Código Florestal em 2012, houve uma intensificação nas discussões acerca dos desmatamentos, principalmente os ocorridos na Amazônia, através destas discussões surgem ferramentas para detectar e controlar os desmatamentos. No que diz respeito ao Estado do Pará, dados estatísticos têm sido utilizados para identificar quais municípios são os maiores desflorestadores e a partir daí se implantar ações e punições para aqueles que não cumprissem as metas. Em termo de compromisso firmado entre vários entes federativos e entidades, surge o Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia – PRODES, que juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE tem feito o cálculo de desmatamento por corte raso no Estado do Pará, cálculo este utilizado para se estabelecer os índices de desmatamento e consequentemente a categorização dos municípios paraenses em Embargados, Sob Pressão, Verdes, Consolidados e Florestais. Tal índice não tem considerado outros fatores, como área de floresta remanescente e área territorial para classificar os municípios, criando uma discrepância, onde, percentualmente, existem casos de municípios verdes com desmatamento superior a municípios embargados. Este artigo fez uso das informações coletadas no sitio do INPE referentes ao PRODES, entre os anos de 2012 a 2016, analisados e discutidos seus resultados, com o objetivo de avaliar os dados para além dos números absolutos, olhando também para outros caracteres que compõe o cenário do desmatamento no Estado do Pará.

Palavras-chave: Desmatamento. Amazônia. Índices. PRODES.

[1] Pós-graduação em Gestão Ambiental de Empresas – Universidade Estácio de Sá, São Paulo, SP. E-mail:

ABSTRACT: With the advent of the Forest Code in 2012, there has been an intensification in the discussions on deforestation, especially in the Amazon, through these discussions tools to detect and control deforestation arise. About the State of Pará, statistical data have been used to identify which municipalities are the largest deforesters and from that point actions and punishments are implemented for those who do not reach the goals. In a compromise signed between several federal entities and others, there is the Amazon Forest Deforestation Calculation Program (PRODES), which together with the National Institute of Space Research (INPE) has calculated the deforestation by complete cutting of trees in the State of Pará, this is used to establish the rates of deforestation and consequently the categorization of municipalities in Pará in Embargoed, Under Pressure, Greens, Consolidated and Forests. This index has not considered other factors, such as remaining forest area and territorial area to classify the municipalities, creating a discrepancy, where, in percentage, there are cases of green municipalities with deforestation superior to municipalities embargoed. This article used the information collected on the PRODES website from 2012 to 2016, analyzed and discussed its results, in order to evaluate the data in addition to the absolute numbers, also looking at other characters that compose the deforestation in the state of Pará.

Key-words: Deforestation, Amazon, Indices, PRODES

INTRODUÇÃO

Desmatamento tem sido um dos temas mais discutido dos últimos anos, está sempre em voga por afetar toda humanidade. Este fenômeno tem levado o Pará a estar sempre entre os Estados com maiores índices.

De modo geral, as demandas ambientais tem sido foco de políticas públicas e ações diretivas, e o combate ao desmatamento tem sido alvo do estado e da federação, que procuram criar ferramentas para combater este tipo de dano ambiental, dentre elas, a utilização de dados estatísticos com a finalidade de identificar os municípios com maiores índices de desmatamento, para então intensificar suas ações e punir os que não cumprem as metas definidas.

Ocorre que, o principal índice utilizado é a área total desmatada anualmente por município, determinada pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia - PRODES, inclusive definido em Termos de Compromisso firmado entre o Estado do Pará, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, Federação de Agricultura do Estado do Pará - FAEPA e diversos

municípios do Estado do Pará que participam do Programa Municípios Verdes. No entanto, para se chegar ao índice não se leva em consideração outros dados, como a área total do município ou seu remanescente florestal.

Frente a esta informação, o presente artigo tem por objetivo avaliar a questão do desmatamento não somente em números absolutos por município, mas também comparando com demais dados relevantes.

quebra

REVISÃO DA LITERATURA

2.1. O que diz a Federação:

Com o Decreto Presidencial n° 6.321 de 21 de dezembro de 2007, o Governo Federal em seu art. 1° estabeleceu no Bioma Amazônia "[...] ações relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do uso do solo, de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal".

No art. 2° determina que,

> [...] para os fins do disposto no art. 1, o Ministério do Meio Ambiente editará anualmente portaria com lista de Municípios situados no Bioma Amazônia, cuja identificação das áreas será realizada a partir da dinâmica histórica de desmatamento verificada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com base nos seguintes critérios: I - área total de floresta desmatada; II - área total de floresta desmatada nos últimos três anos; e III - aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos.

Em contrapartida, no seu Art. 14, fica definido também que,

> [...] o Ministério do Meio Ambiente editará e atualizará periodicamente lista de Municípios com desmatamento monitorado e sob controle, desde que o Município, cumulativamente, cumpra os seguintes requisitos: [...] II - mantenha taxa de desmatamento anual abaixo do limite estabelecido em portaria do Ministério do Meio Ambiente. § 1º A União priorizará em seus planos, programas e projetos voltados à Região Amazônica os Municípios constantes da lista referida neste artigo para fins de incentivos econômicos e fiscais, visando a produção florestal, agroextrativista e agropecuária sustentáveis.

A Portaria n° 28 de 24 de janeiro de 2008 (MMA, 2008) listou pela primeira vez os municípios prioritários para as ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal, mas sem ainda definir o quantitativo para entrar

nesta lista, o que foi feito pela Portaria n° 102 de 24 de março de 2009 (MMA, 2009) em seu art. 1°, inciso IV, instituiu como um dos critérios para inclusão na lista, o desmatamento em 2008 igual ou superior a 200 km² e no inciso V que “[...] a soma do desmatamento nos últimos 3 (três) anos tenha sido igual ou superior a 90 km²”, acrescentando então mais alguns municípios à lista.

No ano seguinte, a Portaria n° 66, de 24 de março de 2010 (MMA, 2010) , no art. 1°, inciso IV reduziu o limite de desmatamento tendo como referência o ano de 2009 para igual ou superior a 150 km², sendo no mesmo dia publicado a Portaria n° 67 (MMA, 2010) que listou pela primeira vez os municípios considerados com desmatamento monitorado e sob controle, conforme critérios das portarias anteriores, retirando inicialmente o município de Paragominas, no Pará, daquela lista negativa e inserindo em uma positiva, onde, no art. 2° da referida Portaria referencia que o município;

> [...] deverá ser priorizado na alocação de incentivos econômicos e fiscais, planos, programas e projetos da União visando ao desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, em particular quanto a consolidação da produção florestal, agroextrativista e agropecuária [...]”. (MMA, 2010, p.79).

Ainda na mesma data, publicou-se a Portaria n° 68 (MMA, 2010) com os requisitos de 2010 para que os municípios listados nas portarias anteriores como prioritários passassem a integrar a lista dos monitorados e sob controle. Ficou estabelecido no inciso II do art. 1°, que o limite máximo de desmatamento ocorrido no ano de 2009 deveria ter sido igual ou inferior a 40 km², e que esta meta deveria ser cumprido cumulativamente aos outros requisitos, sendo esse limite anual máximo mantido nas demais portarias dos anos subsequentes.

Em 24 de maio de 2011 publicou-se a Portaria n° 175 (MMA, 2011), com os critérios para inclusão na lista dos municípios prioritários e reduziram-se mais ainda os limites para o desmatamento, em que no inciso IV do art. 1° determina o desmatamento de 2010 como igual ou superior a 80 km² para entrar na citada lista, mantendo-se este limite, sempre em referência ao ano anterior, mantendo-se até atualmente.

Em 2017, há uma atualização de informações contextualizada na Portaria n° 360 de 08 de setembro (MMA, 2017), que estabelece critérios sobre ingresso e saída da lista, como se vê:

> Art. 1º - Estabelecer os critérios para inclusão na lista de municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento, no ano de 2017, a saber: I - área total de floresta desmatada em 2016 igual ou superior a 80 km²; II - área total de floresta desmatada nos últimos três anos igual ou superior 160 km²; e III - aumento da taxa de desmatamento em pelo menos três, dos últimos cinco anos.
> Art. 2º - Estabelecer os critérios para inclusão na lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle, no ano de 2017, a saber: I - possua 80% (oitenta por cento) de seu território excetuadas as unidade de conservação de domínio público e terras indígenas homologadas, com imóveis rurais devidamente monitorados por meio do Cadastro Ambiental Rural - CAR, registrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - Sicar; e II - municípios que mantiveram desmatamento inferior a 40 km² nos últimos quatro anos.
> Art. 3º - Reingressarão à lista de municípios prioritários aqueles que constarem da lista de municípios monitorados e sob controle e atingirem desmatamento anual superior a 40 km² no próximo período de monitoramento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (INPE, 2017).

Analisando as Portarias e Decretos Federais para o combate ao desmatamento fica clara a reação do governo frente ao fato, que busca dentro da legislação pertinente, com restrições aos municípios que apresentam maiores índices de desmatamento, nos critérios estabelecidos pelo mesmo.

2.2. O que diz o Estado do Pará:

Através do Decreto n° 54, de 29 de março de 2011 (SEMAS/PA, 2011), o Governo do Estado do Pará instituiu o Programa Municípios Verdes - PMV, que conforme seu Art. 1°, preconiza ser este,

> [...] destinado a dinamizar a economia local em bases sustentáveis por meio de estímulos para que os municípios paraenses melhorem a governança pública municipal, promovam segurança jurídica, atraiam novos investimentos, reduzam desmatamento e degradação, e promovam a recuperação ambiental e a conservação dos recursos naturais. (SEMAS/PA, 2011, p. 58).

O programa é feito através de adesão voluntária de cada município e possui ainda um Comitê Gestor – COGES, constituído por diversos órgãos e instituições,

que no §1° do Art. 5° é definido quanto a sua função “[...] regimentará seu funcionamento enquanto órgão consultivo e deliberativo do PMV, devendo estabelecer os critérios de renovação, participação ou ingresso de novas entidades” (SEMAS/PA, 2011).

A Resolução COGES/PMV n° 01 de 2012, considerando o Termo de Compromisso firmado entre o Estado do Pará, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA e diversos municípios do Estado do Pará que participam do PMV, fixou *“[...] os critérios para avaliação quanto ao cumprimento dos compromissos e metas estabelecidas para os municípios participantes do Programa Municípios Verdes – PMV”*, e em seu art. 1° apresenta os compromissos essenciais dos municípios participantes onde em seu inciso VI determina que deverá *“registrar área anual de desmatamento ilegal abaixo dos 40 (quarenta) km² ou 4.000 (quatro mil) hectares, conforme os dados oficiais divulgados pelo PRODES (INPE) [...]”.*

No art. 2° declara que;

> O município que for declarado cumpridor das metas e compromissos estabelecidos no artigo anterior fará jus ao recebimento dos benefícios previstos no PMV, tais como: a suspensão dos embargos administrativos ambientais efetuados nos imóveis rurais situados em seu território; prioridade no recebimento de recursos públicos, apoio e capacitação para o fortalecimento da gestão ambiental municipal; prioridade nas ações de regularização fundiária; prioridade na destinação de investimentos em obras públicas; atividades para estruturação ou apoio do desenvolvimento econômico local sustentável; dentre outros (SEMAS/PA, 2011, p. 67).

Em 14 de junho de 2013, publicou-se a portaria n° 07/2013-PMV, com a relação de municípios aptos a receberem apoio e incentivo do Governo com prioridade prevista no Decreto n° 740 de 29 de maio de 2013, para *“[...] aplicação de recursos públicos decorrentes de programas, projetos ou investimentos que estimule o desenvolvimento socioeconômico sustentável”,* por terem tais municípios sidos cumpridores das metas fixadas pelo Comitê Gestor do PMV.

WHATELY (2013) na publicação Programa Municípios Verdes: lições aprendidas e desafios para 2013-2014, o PMV classifica os municípios de acordo com o grau de pressão por desmatamento e degradação florestal em cinco categorias, as quais determinam as prioridades de ação do programa em cada um:

> **Municípios Embargados:** São aqueles que figuram na lista dos que mais desmatam na Amazônia, de acordo com a lista divulgada pelo MMA. [...] A prioridade de ação nesta categoria é controlar o desmatamento e avançar no CAR para retirar os municípios da lista.
>
> **Municípios Sob Pressão:** Municípios com alto risco de desmatamento. Compreende 17 municípios que podem ingressar na lista do MMA, seja porque possuem taxas significativas de desmatamento ou porque estão situados próximos a grande projetos de infraestrutura, o que aumenta o risco de desmatamento. O foco de atuação nesses municípios é prevenir ou reduzir o desmatamento para evitar sua inserção na lista e também avançar no CAR.
>
> **Municípios Consolidados:** Municípios com médio risco de desmatamento. Compreende os 80 municípios do Pará que possuíam menos de 60% de cobertura vegetal em 2010 e com taxas menores de desmatamento, tendo em vista que o processo de antropização já ocorreu. O foco principal é a inserção no CAR e a regularização dos passivos ambientais.
>
> **Municípios de Base Florestal:** Municípios com baixo risco de desmatamento. Compreende os 28 municípios que possuíam mais de 60% de sua área com cobertura vegetal em 2010 e com baixas taxas de desmatamento, portanto, com menores chances de entrar na lista crítica do MMA. Porém, registram focos de extração ilegal de madeira e degradação florestal. Geralmente possuem extensas áreas com unidades de conservação e, por isso, a estratégia é fortalecer a economia florestal nesta categoria.
>
> **Municípios Monitorados e Sob Controle:** Compreende os municípios que atendem as exigências contidas na Resolução no 01/2012 do Comitê Gestor do PMV, com destaque para os municípios que saíram da lista dos municípios desmatadores do MMA. Em dezembro de 2012, havia quatro municípios nesta categoria: Paragominas, Santana do Araguaia, Dom Eliseu e Ulianópolis. Após controlar e monitorar o desmatamento, o município inicia o processo de regularização dos passivos ambientais e o licenciamento das atividades rurais. O objetivo é que, com a implantação do programa e cumprimento do Termo de Compromisso com o MPF, todos os outros municípios migrem para esta categoria. (WHATELY, 2013)

A classificação dos municípios dentro das categorias estabelecidas forçosamente leva os mesmos a planejar e traçar ações para elevar os mesmos de uma categoria a outra. O exemplo de municípios embargados que tendem a

exercerem políticas ambientais rígidas e ações monitoradas rotineiramente para alcançar as metas estabelecidas até atingirem a categoria de município sob controle.

2.3. O que diz o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE

Com dados obtidos no sítio do INPE (2017) se verifica que o PRODES tem realizado monitoramento via satélite acerca do desmatamento por corte raso na Amazônia desde 1988, observando as taxas anuais de desmatamento na região. Esta informação tem sido utilizada pelas entidades governamentais para o estabelecimento de políticas públicas. O estabelecimento das taxas anuais de desmatamento tem se dado a partir de incrementos identificados em cada imagem tirada por satélite da Amazônia Legal. Os primeiros informes são passados em dezembro de cada ano, sendo os dados consolidados apresentados ao final do primeiro semestre o ano seguinte.

O sistema PRODES tem feito uso das imagens de satélite da classe LANDSAT, com resolução espacial de 20 a 30 metros, com taxa de revisita a cada 16 dias, buscando combinar fatores que minimizem o problema de nuvens, garantindo assim os critérios de interoperabilidade. Ainda são usadas imagens TM, do satélite americano LANDSAT-5, estas as mais utilizadas no projeto, seguido pelas imagens CCD do CBERS-2 e CBERS-2B, de satélites sino-brasileiros. O sistema ainda faz uso de imagens LISS-3, do satélite indiano Resourcesat-1 e do satélite inglês UK-DMC2. Com isso, tem sido possível o mapeamento pelo PRODES de áreas de 6,25 hectares.

Pelas informações do INPE (2017), os dados obtidos pelo PRODES são confiáveis, avalizados por cientistas nacionais e internacionais, sendo um sistema de grande importância para a implementação de políticas públicas na Amazônia.

Atualmente, o INPE tem utilizado um Sistema de Informações Geográficas chamado de Terra Amazon para os programas de monitoramento da alteração de cobertura vegetal na Amazônia. É um sistema que tem por base a biblioteca de classes e funções de SIG para o desenvolvimento de aplicações geográficas usadas

pelo INPE e seus parceiros, chamado de TerraLib. Essa biblioteca tem por função disponibilizar por meio de código aberto (open source) permitindo que um ambiente aberto para o desenvolvimento de várias ferramentas de Sistema de Informações Geográficas.

O Projeto PRODES tem a colaboração do Ministério de Meio Ambiente – MMA e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, estando inserido como uma ação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, no Grupo Permanente de Trabalho Interministerial – GTPI, voltado para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, criado pelo Decreto Presidencial de 03 de julho de 2005. O GTPI é parte do Plano de Ação para a Prevenção e Controle de Desmatamento na Amazônia Legal, lançado em 15 de março de 2004 (INPE. 2017).

METODOLOGIA

Através do site do INPE, foram coletados dado do PRODES e retirado informações de 2012 a 2016, devido o ano de 2012 ter sido um marco para a área ambiental no estado do Pará, visto ter sido o ano da aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, bem como este foi o primeiro ano de existência o PMV.

Os dados coletados foram: área total do município em km²; área total desmatada até 2012; desmatamento PRODES ano a ano, de 2012 a 2016.

A partir desses dados calculou-se para cada ano o total remanescente florestal por município, onde somou-se o PRODES de cada ano à base inicial de área desmatada em 2012, calculando então o total desmatado por município a cada ano; bem como calculou-se o total do remanescente ano a ano utilizando a mesma metodologia em conta simples, deduzindo a área total do município pelo total desmatado até o ano em questão.

Também foi adicionada a classificação PMV dos municípios verdes: embargado, sob pressão, consolidado e florestal.

Todas as informações foram inseridas em planilhas de Excel para se tabular e comparar de diversas formas os dados, montando variados rankings, seguindo o mesmo padrão utilizado pelo MMA, PMV e MP, que seria a área total desmatada em número absoluto, bem como ranqueando também pela área total do município e pelo remanescente florestal, em número absoluto e percentual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categorização dentro do Programa Municípios Verdes é de municípios embargados, sob pressão, verdes, consolidados e florestais. Para efeito de entendimento acerca dos índices de desmatamento, serão apresentados os resultados obtidos para os municípios embargados e municípios verdes. Analiticamente, as informações discutidas se aplicam aos municípios sob pressão, que vivenciam na sua rotina de gestão ambiental as mesmas dificuldades dos municípios embargados.

No caso de municípios inclusos na lista do PMV como consolidados ou florestal, a atenção também é constante, visto que o incremento no desmatamento pode levar a uma avaliação negativa e mudança do mesmo de categoria, se tornando sob pressão ou mesmo embargado.

O que se observa nos dados sobre desmatamento é uma variabilidade significativa da área desmatada em relação a área total do município, manifestada numa discrepância notável quando observados os valores percentuais, ou seja, municípios enquadrados na lista do PMV como município verde apresenta índices gerais de desmatamento muito superiores aos enquadrados como municípios embargados.

Este quadro fica nítido quando comparados o município verde de Tucumã, que possui área territorial de apenas 2513 km², mas com percentual de desmatamento total de 91,42% até 2016; enquanto o município embargado de

Altamira, com área territorial de 159.540 km² possui percentual de desmatamento total de 9,55% até 2016. (Figura 01)

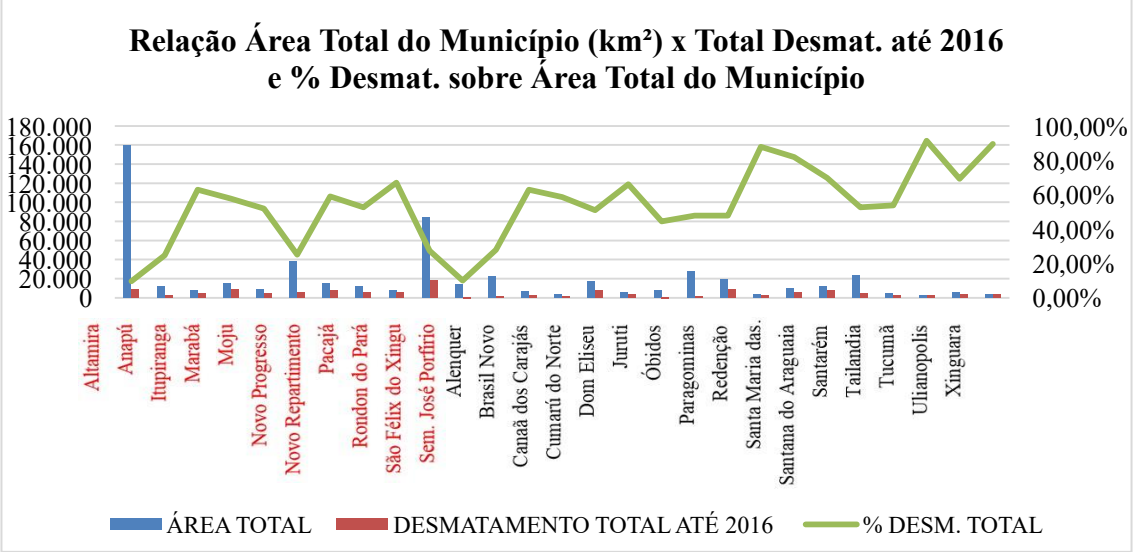


FIGURA 01[2]: Percentual de desmatamento até 2016 para 11 municípios embargados e 16 municípios verdes.

Quando observados os dados de desmatamento sobre o remanescente florestal, dentre os municípios embargados pelo PMV, o município de Altamira apresentou até 2016 o menor percentual, computando 5,33%, sendo que o município de Rondon do Pará apresentou até 2016 o maior percentual, com 67,01% de desmatamento da floresta remanescente, seguido pelos municípios de Itupiranga (61,40%) e Marabá (56,94%). (Figura 02).

[2] Os municípios relacionados em vermelho são municípios embargados, os demais municípios relacionados são municípios verdes.

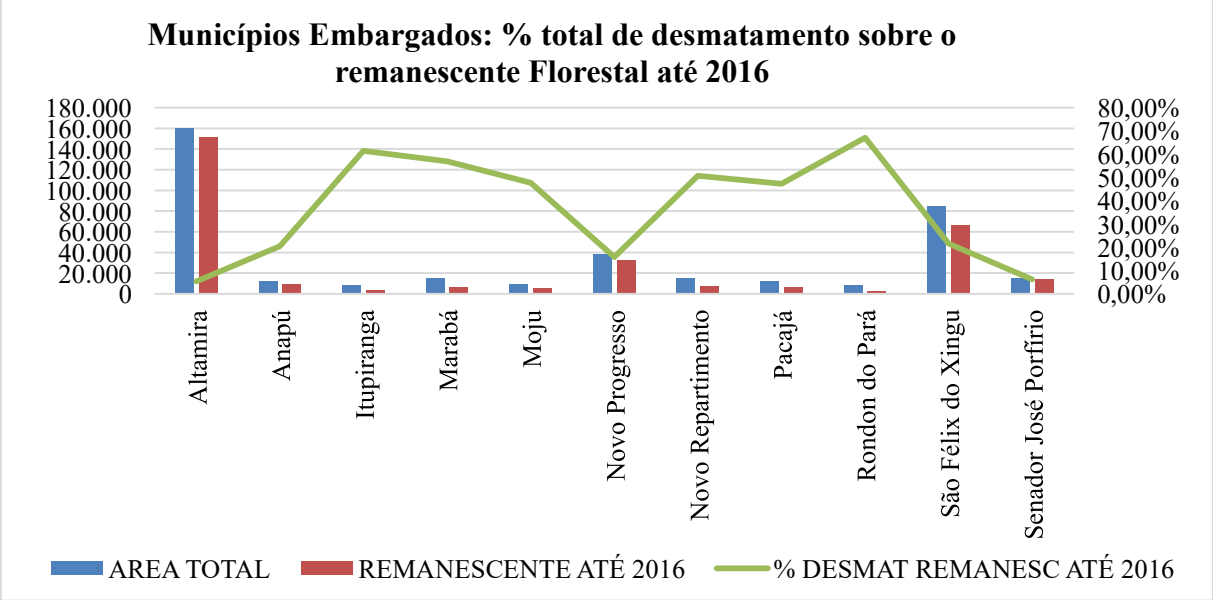


FIGURA 02: Percentual de desmatamento sobre o remanescente florestal (Municípios Embargados).

Entre os municípios verdes, Alenquer teve até 2016, 6,48% de remanescente florestal desmatado, sendo que o município de Tucumã é o que apresenta maior desmatamento de remanescente florestal até 2016, num total de 91,11%; seguido por municípios como Xinguara (89,05%) e Redenção (69,52%). (Figura 03)

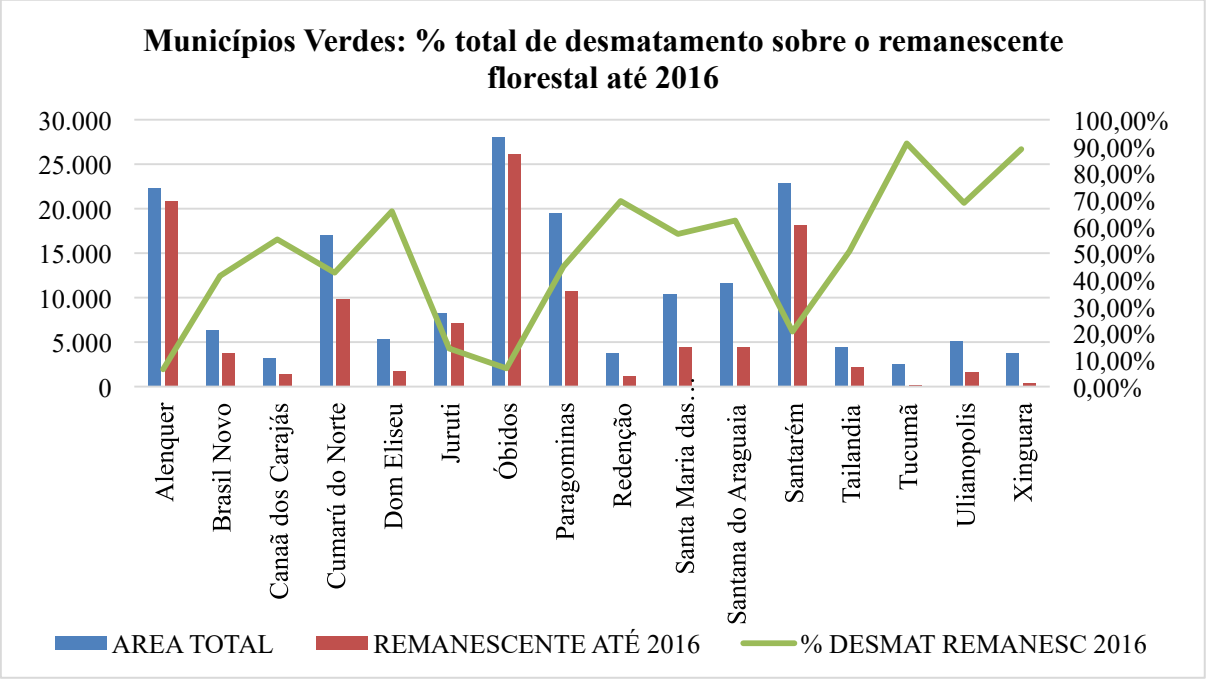


FIGURA 03: Percentual de desmatamento sobre o remanescente florestal (Municípios Verdes).

O que se verifica é que, tanto os municípios embargados como os municípios verdes têm desmatado seu remanescente florestal, independente da extensão territorial, contudo, os municípios embargados têm sofrido sanções por este desmatamento ilegal, em detrimento aos municípios verdes, que também tem desmatado suas florestas, mas que devido ao sistema de cálculo dos índices, tem se beneficiado com as benesses do PMV.

Quando considerados apenas os desmatamentos ocorridos entre os anos de 2012 a 2016, se tem variações percentuais ao longo dos anos, tanto para municípios embargados como municípios verdes (Figura 04 e 05). Essas variações percentuais se apresentam de modo mais constante nos municípios embargados de Itupiranga, Novo repartimento e Pacajá; enquanto que entre os municípios verdes as maiores variações percentuais foram para Tailândia, Tucumã e Ulianópolis. Os outros municípios tiveram seus índices percentuais de desmatamento numa constante, com algumas variações mais significativas para um ou outro ano, sem contudo, haver paralização de desmatamento nos municípios paraenses, independente da categoria que se encontre enquadrada pelo PMV.

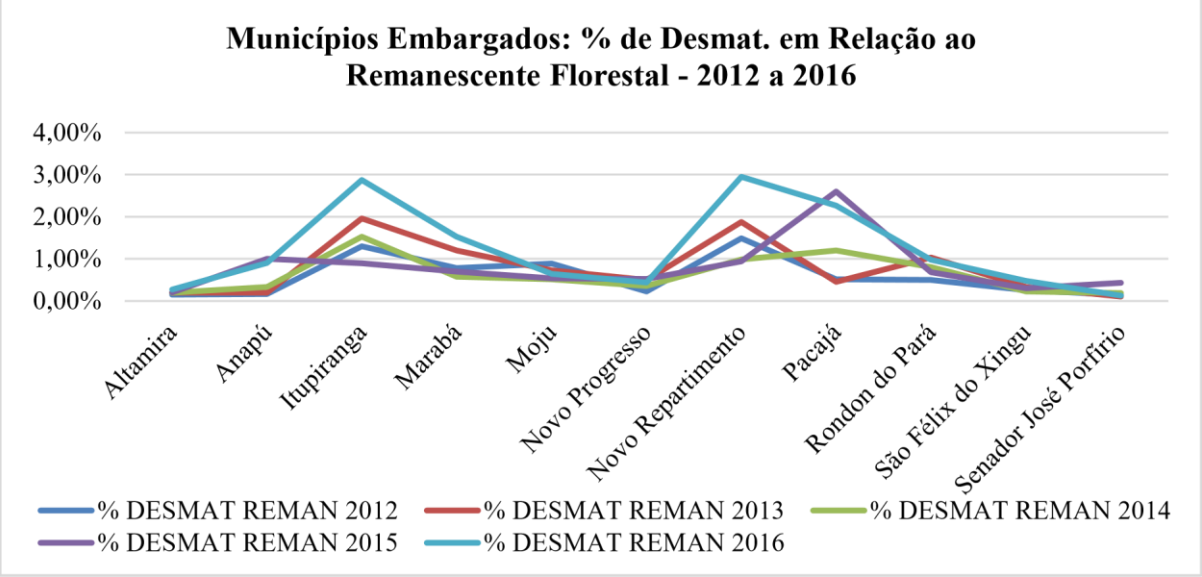


FIGURA 04: Percentual em relação ao remanescente florestal – 2012 a 2016 (Municípios Embargados)

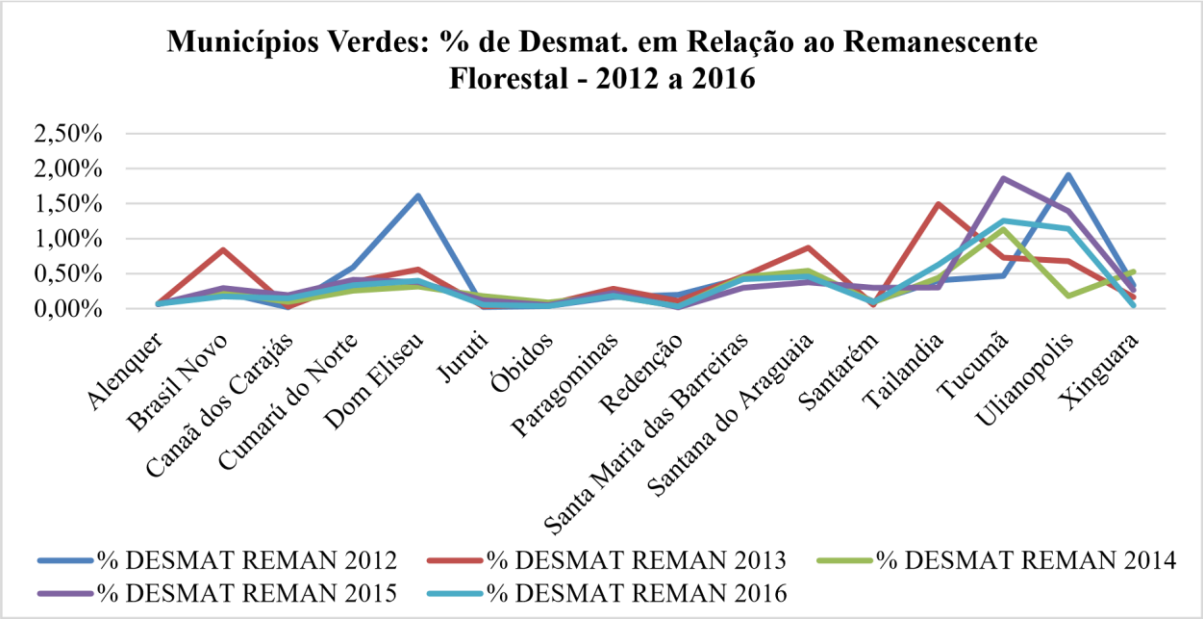


FIGURA 05: Percentual em relação ao remanescente florestal – 2012 a 2016 (Municípios Verdes)

A partir dos gráficos podemos concluir que existem diversos outros indicadores a serem verificados, além do índice absoluto anual de desmatamento em km² preconizado pelo MMA e o PMV.

Desconsiderar todos os outros aspectos, como remanescente florestal e área dos municípios, certamente pode forçar a uma tendência inadequada em determinação de prioridades para a execução de ações de combate ao desmatamento no estado do Pará.

Diversos outros municípios, hoje fora do foco de prioridade em ações de monitoramento e combate ao desmatamento, estão anualmente tendo suas poucas florestas dizimadas, em uma tendência de que, em poucos anos, ficarem sem quase nada, enquanto que Estado e União ficam de „braços cruzados", visto que os mesmos não são prioritários. A pertinência da observação está no fato da existência de pouca estrutura dos entes federativos para estarem presentes e de monitorarem constantemente todos os municípios, assim sendo, priorizam apenas os que apresentam os maiores volumes absolutos de desmatamento.

Os municípios de Altamira, São Felix do Xingu e Novo Progresso, por exemplo, estão sempre vigorando entre os maiores desmatadores, são

considerados municípios prioritários e/ou embargados, recebendo terríveis rótulos que prejudicam sobremaneira os investimentos na região, uma vez que dificilmente investidores querem estar vinculados a um município que possui imagem ruim, que está no foco da mídia e do Estado; o que se vincula a estes municípios são apenas informações negativas.

No entanto, estes municípios possuem extensões que são maiores que a de alguns países, bem como possuem também algumas das maiores extensões de remanescentes florestais, ora, se o obvio é que desmatamento só ocorre onde tem floresta, portanto, não é surpresa que tais municípios possuam os maiores números negativa quanto ao desflorestamento, uma vez que têm algumas das maiores áreas florestais. Esse é apenas um fator, não se levando outros, como a qualidades de solo, clima, topografia, regularização fundiária, fronteiras agrícolas, etc, que somados formam um pacote de razões para a existência de pressões em relação ao desmatamento, contudo, sem serem levados em consideração na categorização dos municípios no PMV.

No contraponto, os municípios de Tucumã, Ulianópolis e Tailândia por exemplo, que são considerados municípios verdes e estão fora do foco das ações de Estado e União no combate ao desmatamento, estão com suas florestas ceifadas, ou seja, possuem remanescente florestal reduzidos quando comparados a municípios embargados, mas com grande remanescente florestal.

No confronto destes opostos, maiores e menores remanescentes, os municípios com maiores remanescentes florestais acabam sendo penalizados duramente pela retirada de florestas, apesar de serem áreas maiores desmatadas, pela obviedade de possuírem maiores áreas de florestas, percentualmente porém, nem sempre é superior a daqueles considerados municípios verdes, consolidados ou florestal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível questionar então, se o MMA e o PMV estão utilizando os índices de forma correta. Esta metodologia de avaliar simplesmente os números absolutos de desmatamento não se mostra ser a mais adequada, pois não considera diversos outros fatores dentro da realidade de cada município. Seria mais indicado criar outros mecanismos estatísticos para avaliar o desmatamento e as prioridades de ação dentro de um contexto maior.

Não se justifica focar somente nos municípios que possuem grandes áreas de remanescentes florestais e deixar de lado as poucas florestas que ainda restam nos outros, como se ali o problema já estivesse resolvido. O futuro dos municípios que hoje possuem baixas áreas florestais pode estar em risco, uma vez que saem do foco das ações de monitoramento e fiscalização do Estado. Não se pode deixar que seja desmatado o pouco do remanescente florestal ainda existente, simplesmente por não atingirem números absolutos de desmatamentos elevados para classificar os municípios. O impacto local desses desmatamentos menores também deve ser considerado.

A análise e avaliação mais ampla, com mais critérios observáveis dentro deste tema tão complexo e impactante é necessária, deixando de ser tratada de maneira simplista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6321, de 21 de dezembro de 2007. *Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Brasília: DF. Publicado no DOU de 21 de dezembro de 2007. Edição extra.

BRASIL. Portaria nº 28/2007, de 24 de janeiro de 2007. *Dispõe sobre os Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle o desmatamento ilegal.* Brasília: DF. Publicado no DOU de 25 de janeiro de 2008.

BRASIL. Portaria nº 102/2009, de 24 de março de 2009. *Dispõe sobre a lista de Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal*. Brasília: DF. Publicado no DOU de 25 de março de 2009.

BRASIL. Portaria nº 66/2010, de 24 de março de 2010. *Dispõe sobre a lista de municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal*. Brasília: DF. Publicado no DOU de 25 de março de 2010.

BRASIL. Portaria nº 67/2010, de 24 de março de 2010*. Dispõe sobre lista de municípios considerados com desmatamento monitorado e sob controle, nos termos da Portaria nº 66, de 24 de março de 2010 e do Decreto no 6.321, de 21 de dezembro de 2010.* Brasília: DF. Publicado no DOU de 25 de março de 2010.

BRASIL. Portaria nº 68/2010, de 24 de março de 2010. *Dispõe sobre os requisitos de 2010 para que os municípios listados pelas Portarias n.º 28, de 24 de janeiro de 2008, 102, de 24 de março de 2009, e 66, de 24 de março de 2010, todas do Ministério do Meio Ambiente passem a integrar a lista de municípios com desmatamento monitorado e sob controle*. Brasília: DF. Publicado no DOU de 25 de março de 2010.

BRASIL. Portaria nº 175/2011, de 24 de maio de 2011. Dispõe sobre a lista de municípios situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. Disponível em <www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/portaria_n_175_182.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012. Código Florestal Brasileiro. Brasília: DF. Publicado no DOU de 28 de maio de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

BRASIL. Portaria nº 360/2017, de 08 de setembro de 2017*. Estabelecer os critérios para inclusão na lista de municípios prioritários para ações de combate ao desmatamento, no ano de 2017*. Brasília: DF. Publicado no DOU de 13 de setembro de 2017.

PARÁ. Decreto nº 54, de 29 de março de 2011*. Institui o Programa Municípios Verdes – PMV no âmbito do Estado do Pará e dá outras Providências*. Belém, PA. DOE (Pa) em 30 de março de 2011.

PARÁ. Resolução COGES/PMV nº 01/2012*. Fixa os critérios para avaliação quanto ao cumprimento dos compromissos e das metas estabelecidas para os municípios participantes do Programa Municípios Verdes* – PMV. Disponível em <www.municipiosverdes.pa.gov.br/.../1%20-20RESOLUÇÃO%20COGES_PMV%20 ...>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

PARÁ. Decreto nº 740, de 29 de maio de 2013*. Dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes* – PMV. Belém, PA. DOE (Pa) em 04 de junho de 2013.

PARÁ. Portaria nº 07/2013-PMV, de 14 de junho de 2013. *Declara a relação dos municípios aptos a receberem a prioridade prevista no Decreto nº 740, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes* – PMV. Disponível em <www.municipiosverdes.pa.gov.br/.../Portaria%2007-2013%20%20Referente%20ao% ...>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

PARÁ. Resolução COGES/PMV nº 14/2013. *Altera a Resolução COGES/PMV nº 01/2012 que fixa os critérios para avaliação quanto ao cumprimento dos compromissos e das metas estabelecidas para os municípios participantes do Programa Municípios Verdes - PMV*. Disponível em <www.municipiosverdes.pa.gov.br/.../14%20-%20RESOLUÇÃO%20COGES%20Nº%2...>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

PARÁ. Portaria nº 07/2013-PMV, de 14 de junho de 2013. *Declara a relação dos municípios aptos a receberem a prioridade prevista no Decreto nº 740, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes – PMV. Belém: Pa. Disponível em Declara a relação dos municípios aptos a receberem a prioridade prevista no Decreto nº 740, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes* – PMV. Acesso em 18 de agosto de 2017.

PRODES. Disponível em <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/Amazônia/PRODES>*.* Acesso em 18 de agosto de 2017.

WHATELY, MARUSSIA. (Coord.). *Programa Municípios Verdes: lições apreendidas e desafios para 2013/2014 / Coordenação de Marussia Whately; Maura Campanili*. – Belém, PA: Pará. Governo do Estado. Programas Municípios Verdes, 2013.

Análise Educacional de um estudo Bilingue na Escola Indígena Parakanã do Xingú na Amazônia Paraense como instrumento Cultural Identitário

Educational analysis of a Bilingual study in the parakana school of the xingu in the amazon paraense as culturais identity instrument

Roselene Feiteiro de Melo[3]

RESUMO: Este artigo apresenta uma breve análise de um estudo bilingue em uma escola indígena Parakanã do Xingu, situada entre os Municípios de Senador José Por Fírio e São Félix do Xingu, cerca de três mil km de distância do Polo indígena Altamira no Sudoeste do Pará.Aborda-se o bilinguismo das falas dos nomes dos rios e de lugares da comunidade perspectivando a busca do signficado dos nomes na língua de origem tupi e busca uma intervenção para o resgate da identidade deste povo. Reflete dentre outros aspectos, a função social da fala no contexto educacional onde estes indígenas encontram-se. A análise dar-se-á mediante cultura e resgate da identidade destes povos indígenas que vivem a margem da sociedade. Os resultados do estudo apontam para o fato de que o bilinguismo é um dos métodos evidentes para o estudo das língus indígenas. Serve como estratégia metodológica, reflete o lado afetivo da comunidade; seu grau de pertencimento; autoestima; interação, motivação e um possível entendimento cultural da busca de um resgate de uma língua que o tempo e as transformações foi seu pior “aliado”. Elementos essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto esta constatação representa nesta pesquisa que o bilinguismo da aldeia Parakanã do Xingu de origem indígena, pelas suas características, se faz presente em outras estratégias de aprendizagens, podendo, portanto ser trabalhado com mais eficácia pelos profissionais de educação ou quem sabe entrar nos planejamentos escolares, mais precisamente nas matrizes de habilidades no campo da obrigatoriedade.

Palavras-chave: Bilinguísmos. Cultura. Língua Indígena. Educação. Identidade.

ABSTRACT: This article presents a brief analysis of a bilingual study at a Parakanã do Xingu indigenous school located between the municipalities of Senador José Por Fírio and são Felix do Xingu, about three thousand kilometers away from the Altamira indigenous pole in the southwest of Pará. The bilingualism of the speeches of the names of the rivers and of places of the community perspectivando the search of the signficado of the names in the Tupi language of origin and it looks for an intervention for the rescue of the identity of this town. It reflects, among other aspects, the social function of speech in the educational context where these indigenous people meet. The analysis will be through culture and rescue of the identity of these indigenous peoples who live on the margins of society. The results of the study point to the fact that bilingualism is one of the obvious methods for the

[3] Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Professora efetiva de Língua Portuguesa da rede Municipal em Altamira/PA. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Xingu e Amazônia (FACX). Contato: roselameira@hotmail.com

study of indigenous languages. it serves as a methodological strategy, reflects the affective side of the community; their degree of belonging; self-esteem; interaction, motivation and a possible cultural understanding of the search for a ransom of a language that time and transformations was its worst "ally." essential elements for the development of learning. However, this finding represents in this research that the bilingualism of the village Parakanã do Xingu of indigenous origin, due to its characteristics, is present in other learning strategies, and can therefore be worked more effectively by education professionals or who may enter into the planning more precisely in the matrices of skills in the field of compulsion.

Keywords: Bilingualism. Culture. Indigenous language. Education. Identity.

Introdução

Como parte fundamental e integradora da cultura identitária vigente, as linguagens têm como finalidade a interação do estudo do mundo e seus fenômenos culturais de representação histórica de um povo. E tendo em vista que atualmente a valorização das línguas indígenas necessita de uma abrangência maior com estudos e dinâmicas que promova uma interação eficaz de perpetuação de falares indígenas, mais precisamente com uma proposta de projeto de intervenção comunitária o qual será desenvolvido na comunidade escolar indígena Parakanã Ocidental do Xingu, adaptados a realidade local e a linguagem falada na comunidade, que fica localizada a margem direita do Rio Xingu nos municípios de Senador José Por Fírio e São Félix do Xingu, cerca de 2.769 km de distância do Polo indígena Altamira no Sudoeste do Pará. Acredita-se que este trabalho seja o ponto de partida com uma discussão e reflexão ativa sobre a valorização da identidade cultural dos povos indígenas Parakanã.

Procura-se entender por que os educadores e educandos da comunidade possuem grandes dificuldades de executar a leitura e a escrita na prática, no decorrer de suas trajetórias escolares, principalmente na Língua Portuguesa.

Percebe-se que um dos fatores que contribuem muito com a dificuldade de se expressar tanto na fala como na escrita em outro idioma, é o fato de que os indígenas ainda são falantes da língua materna e por isso são considerados pela

FUNAI[4] como povo de recente contato, possui cerca de vinte e cinco anos de vivência e pacificação, bem mais próximo do cotidiano da sociedade “não indígena” que presenciam há mais de cinco anos a chegada dos grandes empreendimentos em nossa região com o “progresso” trazido pela Construção do Complexo Hidrelétrico da Barragem de Belo Monte em Altamira/PA.

Outro fator observado que contribui muito para o não desenvolvimento e a aprendizagem dos indígenas da escola Parakanã do Xingu que sofrem com a falta de livros e materiais didáticos diferenciados e de acordo com a realidade existente na aldeia. Também a falta de profissionais qualificados para ministrar as aulas em dois idiomas, ou seja, trabalhar o bilinguismo em sala de aula para que possam desenvolver sua aprendizagem na leitura e na escrita e em outros idiomas, pois necessitam de se comunicar com a sociedade não indígena constantemente.

Outrora, as aulas eram ministradas em sala de aula só na Língua Portuguesa pelos educadores não indígenas, ou melhor, no sistema monolíngue. No percurso desse processo de alfabetização e escolarização defasado, sofre tanto o educador quanto o educando. Até porque no contexto cultural da comunidade, os indígenas utilizavam somente a língua materna e na sala de aula os educadores faziam o uso somente da Língua Portuguesa para ministrar suas aulas, mesmo pelo fato de que a maioria dos profissionais não indígenas que passavam pela escola não possuía um conhecimento aprofundado da importância de se trabalhar o bilinguismo (domínio de duas línguas) em sala de aula, o que fazia com que os professores acabavam optando pelo ensino monolíngue, mais prático e menos trabalhoso.

Nestes termos, faz-se necessário, ampliar reflexões acerca deste estudo para a produção de materiais didáticos como: livretos, cartilhas, cadernos e um calendário escolar diferenciado de acordo com o cronograma tradicional das atividades cotidianas da comunidade, onde serão levados em consideração os conhecimentos, costumes e saberes tradicionais dos indígenas. Pretende-se com a produção desse material fortalecer e dar suporte aos educadores indígenas em sala de aula, onde podemos contribuir no aperfeiçoamento da prática e métodos de

[4] Fundação Nacional do Índio

ensino dos alunos para que juntos possamos promover a melhoria na qualidade de ensino das escolas indígenas, em busca de melhores aprendizagens.

Assim, o estudo situa-se em uma abordagem da importância do bilinguismo, adiante uma pesquisa com autores renomados no assunto e por fim ampliam-se os instrumentos metodológicos para falar na prática sobre a importância da preservação, nas escolas indígenas, da prática da língua materna e da sua cultura.

1.Revisão da Literatura de um Estudo Bilíngue

1.1 Bilinguismo e Políticas Públicas Educacionais

Segundo Francisco Cordão, Presidente da Câmara de Educação Básica, na Resolução da CNE/CEB, Art. 1º, que diz que a identidade da escola do campo tem que ser definida de acordo com a sua realidade e a sua diversidade, e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica da Escola do Campo tem que se adequar aos diversos sistemas de ensino (CNE/CEB; 3 de Abril de 2002).

Como relatou Francisco Cordão a respeito da Resolução das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica da Escola e do Campo que tem que se adequar a vários sistemas de ensino, isso inclui o ensino bilíngue, o qual se propõe nesta intervenção, para que os educandos indígenas Parakanã possam ter êxito na aprendizagem e no desempenho social, com uma aprendizagem voltada para as suas realidades.

Reconhecemos que os educandos indígenas Parakanã precisam ter conhecimento e domínio de uma língua do não indígena que é a Língua Portuguesa falada aqui em nosso país, até mesmo como uma ferramenta de diálogo e contato com o ambiente e a ciência dos não indígenas. Até porque hoje, em pleno Século XXI, não tem como mais os indígenas Parakanã que passaram por todo um processo de contato, viver „isolado” da sociedade moderna.

No concerne, a comunidade indígena Parakanã está sempre tendo contato com a sociedade não indígena em virtude do seu desenvolvimento social e cultural como: Avanço social aos educadores indígenas (AIS e AISAM) e as lideranças

precisam estar sempre buscando formações contínuas para poder lidar com os conhecimentos em ciência dos „brancos ", e isso requer uma constante aproximação do mundo não indígena.

Assim, os conhecimentos e a ciência dos não indígenas, os Parakanã precisam dominar a linguagem falada pelos brancos e preservar a sua língua materna, para que isso ocorra de fato, os indígenas Parakanã precisam apreender melhor o bilinguismo, até mesmo por uma questão de sobrevivência nesta sociedade globalizada em que vivemos hoje.

No que diz respeito ao bilinguismo, que busca a formação ou incrementação do espírito crítico, é fundamental que se ocupe com as questões referentes à existência do ser humano, uma vez que seu objeto se constrói à medida que o indivíduo busca alternativas para o seu viver.

Pensando nisso, necessitamos de uma política pública, com a aprovação de uma lei que decrete obrigatoriamente que o cidadão necessita possuir o domínio de duas línguas básicas, uma materna e outra para nível intelectual e profissional como afirma Prado (1994, p. 112), ”o domínio de duas línguas busca uma justificação racional dos princípios primeiros e universais das coisas, das ciências e dos valores, e uma reflexão sobre a origem e validade das ideias e das concepções que o homem elabora sobre ele mesmo e sobre o que o cerca”.

Ao longo de sua evolução histórica, a língua foi sempre um campo de luta entre concepções antagônicas, materialista, idealistas, empiristas, racionalistas, vitalistas e especulativas. Esse caráter de conflito, necessariamente antagonista da especulação histórica decorre da impossibilidade de se alcançar uma visão total das múltiplas facetas da realidade.

Entretanto, é justamente no esforço de pensar essa realidade, para alcançar a sabedoria, que o homem vem conquistando ao longo dos séculos uma compreensão mais cabal de si mesmo e do mundo que o cerca, e uma maior compreensão das próprias limitações de seu pensamento, por isso é necessário o domínio de duas línguas que representam o fortalecimento de bases para o indivíduo desenvolver-se no campo que será trabalhado.

> Entra em campo essa tese, pois o ser humano, em sua plenitude, possui faculdades intrínsecas e extrínsecas que lhes possibilitam conhecer e pensar no entendimento às suas necessidades humanas básicas, nesta questão, o que seria do homem sem trabalho? O conhecimento, seja ele qual for, representa, no cenário da vida, a apropriação da realidade, que é a totalidade das coisas conhecidas pelo sujeito. E o domínio de outra língua representa esta evolução abrangendo todos os níveis sociais. (PRADO, 1994, p. 156).

Conhecer, saber e ter conhecimento é apreender os seres e as coisas. Entende-se por “ser” tudo aquilo que existe ou que se supõe existir. Por “coisa”, tudo aquilo que existe ou poderia existir. Assim é que a apropriação da realidade inclui o “real”, ou seja, o que existe realmente independente do nosso pensamento, e o “ideal”, ou seja, aquilo que existe apenas em nosso pensamento de modo imaginário ou fictício. Na dimensão do real, a realidade empírica abrange tudo o que existe no universo possível de ser conhecido, tanto por experiências internas quanto externas, e que vão sendo adquiridas pelos sentidos e pela consciência e a língua materna já esta internalizada em sentido real e ela será absorvida indubitavelmente quando o indivíduo apreende outra língua.

Nestes termos, segundo Ruiz (1996, p. 67) “conhecer e pensar outras abordagens linguísticas coloca o universo ao nosso alcance e nos dão sentido, finalidade e razão de ser”. Desse modo, o homem torna-se o ser verdadeiro capaz de olhar o mundo e vê-lo, com reconhecimento do que vê e com atribuição de significado aos seres e às coisas.

Assim, este método é um movimento propriamente dito, isto é, o caminho que a razão trilha para ir adquirindo verdades que formarão a consciência necessária desta evolução, como uma meta final do movimento em busca de conhecimentos.

O bilinguismo, portanto, é o caminho seguido pela razão para a aquisição de saber equivalente aos anseios humanos, pois utiliza o raciocínio chamado demonstração. Parece fácil apenas com este conceito, mais como “sair” dessa situação de desterro? Como “chegar” a ser bilíngue com essa realidade dos descaminhos das representações e variações? A pergunta revela que somos desejo de conhecimentos mais dinâmico. Ouvir e ver várias realidades diferentes se dá dentro e fora de nossas representações manipuladoras é caminhar, é instituir

caminhos de passagem para ela em visitas inesquecíveis por outras culturas. Como afirma esta frase: “O amável no homem é ser uma passagem, um caminho, uma ponte” (RUIZ, 1996, p. 78).

> Contudo, a linguagem com o domínio mencionado anteriormente, é um fenômeno não interrogativo e interdisciplinar, pois podemos tecer tais perguntas dentro de qualquer uma das diversas disciplinas no currículo escolar. Podemos filosofar em qualquer ciência. E filosofar é interrogar. E respondendo a pergunta inicial porque é importante dominar duas línguas? Lembrando que: “O domínio de dominar duas línguas nunca torna as coisas mais fáceis senão apenas mais graves” (HEIDEGGER, 1966, p. 41).

Com ela não importa os vários conceitos e sim aprendemos a analisar os elementos que compõem a existência humana no mundo e principalmente a questão da variação que é tão complexa. Por isso, este trabalho também é uma análise existencial. Pois quando se tem conhecimentos vastos e profundos de outras línguas se tem argumentos no campo político, econômico, cultural e social.

Desde a fundação da Escola Parakanã do Xingu, em 1991, que os educandos Parakanã ocidentais do Xingu vêm cursando só o Ensino Fundamental Menor, com os anos iniciais, do 1º ao 5º ano e Ensino Infantil, e também desde o princípio da criação da escola que os mesmos têm recebido o ensino monolíngue, políticas públicas totalmente fora dos anseios e desejos da comunidade.

Onde os conteúdos interdisciplinares das aulas são ministrados de forma monolíngue e todo contextualizado na Língua Portuguesa por diversos educadores não indígenas que passam pela comunidade. Apesar dos inúmeros e incansáveis esforços para se ministrar um ensino de qualidade para os educandos, mesmo assim ficaram diversas lacunas para trás no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem dos envolvidos, pois os educandos dessa comunidade são falantes natos de outra língua, ou seja, os mesmos ainda utilizam sua língua materna para se comunicar.

Portanto, em seus planos de vida, a primeira língua a ser falada por eles é a sua língua materna e como uma segunda língua, eles adotaram a Língua Portuguesa falada no Brasil, a qual tem como principal objetivo de uso entre eles para a comunicação entre os “não indígenas”.

Mais as aulas no processo de escolarização dos indígenas são ministradas somente na Língua Portuguesa tornando-se difícil o desenvolvimento e a aprendizagem dos indígenas em sala de aula, pois além desses educandos não falarem com fluência a Língua Portuguesa, também não compreendiam direito a linguagem falada pela maioria dos educadores não indígenas que passavam pela comunidade, a qual se repetia a cada ano.

Ou seja, o ensino monolíngue, com aulas ministradas somente na Língua Portuguesa e a troca de educadores anualmente na escola prejudicou muito o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos da escola Parakanã do Xingu, pois no período em que os educadores não indígenas atuaram no processo de escolarização com os estudos ministrados somente na Língua Portuguesa.

Os educandos dentro da sala de aula passaram a utilizar frequentemente a linguagem falada pelos educadores, e com isso gerava um desequilíbrio social interno, pois se corria o risco muito grande para os educandos da comunidade em substituir o uso da fala em sua língua materna pela Língua Portuguesa, a qual estava sendo oficializada no ambiente escolar, e pelo fato de os mesmos estarem em constante uso da linguagem falada pelos educadores não indígenas, despertou-se certa preocupação nos pesquisadores e educadores linguistas de que só com o ensino monolíngue na língua portuguesa, os educandos indígenas correriam um sério risco de perder o uso da fala em sua língua de origem.

Até que surgiram os primeiros educadores, já em 2013 através de inúmeros esforços da comunidade juntamente com a FUNAI, antropólogos e pesquisadores, os quais acabaram pressionando a SEMED (Secretaria de Educação do Município), que acabou acatando o pedido de contratação dos educadores indígenas recém-formados da primeira turma de educandos do magistério indígena do território étnico educacional médio Xingu, e acabaram assumindo as salas de aula de suas próprias escolas.

Com isso, ocorreu uma grande expectativa na comunidade de agora haverem de fato, melhorias no âmbito escolar, pois prevaleceu o ensino monolíngue na Escola Parakanã, só que com uma diferença: as aulas passaram a ser ministradas

na primeira língua falada na comunidade, a qual é a sua língua materna. Há anos que nossos educadores indígenas estão atuando em sala de aula, ministrando só conteúdos de acordo com a realidade dos educandos, ainda sim prevaleceu à decadência do ensino monolíngue; com a única diferença de serem ministradas as aulas na língua materna, o que não avançou muito na aprendizagem e o desenvolvimento psíquico dos educandos, pois só aprendiam as coisas na linguagem falada pelos não indígenas e agora estavam tendo a oportunidade de aprender as coisas só em seu idioma.

Do ponto de vista na lógica de alguns antropólogos, esse é o caminho correto que se deve seguir, estudando só as coisas do meio cultural indígena, pois só assim ocorre a valorização e fortalecimento da identidade cultural. A princípio, essa seria uma ideia genial, se, no entanto, os grupos indígenas habitantes do território do Médio Xingu vivessem ainda isolados, sem nenhum tipo de contato com a sociedade não indígena. Até por que, a partir do momento em que a FUNAI fez o contato com a nossa população indígena, automaticamente, se fez necessário surgir um contato mais próximo da sociedade não indígena, a partir daí, mesmo sem intensão e sem querer, a sociedade não indígena nos obrigou a aprender a falar uma segunda língua, que é a língua portuguesa.

No momento em que são trabalhadas na escola só elementos da cultura indígena, os educandos vão deixar de conhecer as demais realidades, sem falar que os conhecimentos e a aprendizagens vão estar incompletos, até porque vai prevalecer o ensino monolíngue na língua materna da comunidade, somente de acordo com a cultura vigente, isso quer dizer que será mais valorizada a parte da educação tradicional indígena, e se fizermos uma observação minuciosa, percebese que os educandos irão perder parte de sua aprendizagem a respeito dos conhecimentos científicos modernos da educação escolar indígena do meio acadêmico da sociedade não indígena. Nestes termos, outras políticas públicas apareceram, mais a realidade não mudou.

1.2 Identidade Cultural dos indígenas Parakanã do Xingu

O contexto atual aponta para as questões indígenas com uma enorme preocupação de proteger ou guardar o pouco que ainda tem da cultura desses povos guerreiros que contribuíram e contribuem de forma significativa para uma identidade nacional brasileira.

A importância é tão relevante que desperta consideráveis interesses de desenvolver uma pesquisa onde se apresenta de forma real as necessidades de interagir com teorias e referencias que valorizem as populações indígenas e principalmente com memórias debulhando de forma considerável um pouco do relato das tribos que ainda existem no Pará.

A Amazônia é historicamente uma região com uma grande presença de etnias indígenas e, consequentemente, possui muitos municípios, montes, rios e instituições governamentais com nomes cujas origens estão ligadas às línguas desses povos indígenas e as suas culturas.

> A Cultura é a lente humana por excelência, e ser antropocêntrico é enxergar o mundo através dela. (...). Por conseguinte, o próprio dessa lente antropocêntrica é ser multifocal. Não existe rigorosamente A Cultura, que é apenas um conceito totalizador, um artifício de raciocínio; mas miríades de culturas, correspondentes à multiplicidade dos grupos humanos e os seus momentos históricos. A Cultura é uma abstração, um artefato de pensamento por meio do qual se faz economia da extraordinária diversidade que os homens apresentam entre si e com o auxílio do qual se organiza o que os homens têm de semelhantes. A Cultura é também o que os distingue das demais formas vivas: a capacidade de diferir de seus coespecíficos (BOURDIEU, 2002, p. 26).

A cultura indígena revela para a sociedade capitalista e globalizada uma forma de manifestação dos tidos como “diferentes”. No Brasil, a promulgação da Constituição da República de 1988 (CRFB) possibilitou a conquista de direitos coletivos aos povos indígenas que efetivaram formalmente o respeito à autonomia, autodeterminação e cidadania diferenciada influenciando a revisão ou criação de diversas normas infraconstitucionais relativas à titulação da terra, educação, a saúde, entre outros aspectos de valorização dos indígenas em território brasileiro.

Os índios sofrem várias situações de preconceitos, por não saberem ou não conhecerem seus direitos que estão legitimados na Convenção dos Direitos Humanos (1969), que envolve diferentes povos indígenas, situados em diferentes regiões e, especialmente, diferentes configurações indenitárias, sofrendo de forma real insatisfações em relação à cultura, economia e política. Assim sendo, implica na necessidade do Estado Brasileiro e o governo observarem e respeitar as especificidades étnicas e culturais de cada povo, bem como suas lutas e movimentos sociais.

Nessa discussão, ressalta-se que a constituição da identidade de um povo é um processo lento, que cria e se recria de acordo com seus usos costumes e tradições referenciadas na cultura enquanto práticas sociais em movimento. Os povos indígenas Parakanã em muitos momentos do processo estrutural social são chamados de “falsos indígenas”, considerados distantes das regras sociais e não são inseridos no ambiente de leis com mudanças para satisfazer as reais proposições reivindicadas para esta e outras tribos.

É necessária uma reflexão sobre a questão da identidade dos povos indígenas Parakanã para ampliar os discursos já existentes sobre esta proposição. A valorização das etnias indígenas, em um sentido amplo, trás preocupações rígidas onde a busca por colaboração para estes povos é escassa no âmbito social, sem mencionar as ampliações globalizadas neste mundo tecnológico, moderno e capitalista, onde a diversidade citada acima da cultura e identidade de um povo representa também um fator primordial de conhecimento humano determinado por vários ramos das ciências ou da natureza como forma de explicação de conceitos e regras sociais, mudando de forma drástica a vivência dos indígenas na sociedade.

> Dentro do contexto da filosofia, a cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é informaçao, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e transmite aos contemporâneos e aos vindouros. A cultura é o resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história. Cultura é criação. O homem não só recebe a cultura dos seus antepassados como também cria elementos que a renovam. A cultura é um fator de humanização. O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade

> e que conferem sentido à vida dos seres humanos (RODRIGUES, 2002, p. 67).

De acordo com o exposto, podemos pensar em cultura, identidade e valorização dos indígenas Parakanã, socialmente como um conjunto de atividades e modos de agir, costumes e instruções de um povo. É o meio pelo qual o homem se adapta às condições de existência transformando a realidade, sendo um processo continuo de evolução ou um modo de ser do sujeito.

A identidade trama o modo de ser do sujeito. A constituição da identidade, por ser inevitável, é um campo de poder acirradamente disputado. Esta disputa tornou-se especialmente sinuosa nas sociedades contemporâneas, onde os mecanismos de poder não se consolidam como ocorria nas sociedades tradicionais, pela imposição autoritária das hierarquias estabelecidas ou pela aceitação servil de uma autoridade, mas pela integração cooperante dos indivíduos nos objetivos prescritivos do sistema. (RUIZ, 2003, p. 34).

As leis sociais não correspondem com as reais necessidades dos povos indígenas que são deixados de lado da integração dos indivíduos em sociedade desde sua colonização no “descobrimento” do Brasil. Vigorando uma hierarquia onde as pirâmides sociais desiguais pioram a cada estatística e os indígenas vão sempre ficando de fora dos planos sociais que regem a população detentora do poder, como afirma Marx (1975, p. 45): “Até a década de 70, o Brasil teve um dos mais altos índices de ascensão social do mundo. A grande maioria evolui apenas um ou dois degraus, numa escala de seis estágios da pirâmide social. Ainda assim, a desigualdade social aumentou”.

Com isso, trata-se, afinal, de piorar ao manter inalterado o padrão de vida de uma população cuja maioria vinha melhorando do péssimo para o ruim. Ou seja, a expansão econômica do Brasil teve um lado perverso, onde a população que vivem a margem como é o caso dos indígenas sofrem até hoje com a brutalidade desta colonização.

1.3 A Linguagem dos Povos Indígenas no Brasil

No momento da descoberta do Brasil, os povos nativos eram compostos por tribos seminômades que lutavam e subsistiam da caça, pesca, coleta e da agricultura itinerante, desenvolvendo culturas diferenciadas. Apesar de protegida por muitas leis, a população indígena foi amplamente exterminada pelos conquistadores diretamente e pelas doenças que eles trouxeram, caindo de uma população de milhões para cerca de 150 mil em meados do século XX, quando continuava caindo.

Apenas na década de 1980 ela inverteu a tendência e passou a crescer em um ritmo sólido. No censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2007 - 817 963 brasileiros se autodeclararam indígenas, embora milhões de outros tenham algum sangue índio em suas veias. Ainda sobrevivem diversos povos isolados, sem contato com a civilização (IBGE, 2010).

Os povos indígenas brasileiros deram contribuições significativas para a sociedade mundial, como a domesticação da mandioca e o aproveitamento de várias plantas nativas, como o milho, a batata-doce, a pimenta, o caju, o abacaxi, o amendoim, o mamão, a abóbora e o feijão. Além disso, difundiram o uso da rede de dormir e a prática da peteca e do banho diário, costume desconhecido pelos europeus do século XVI.

Para a Língua Portuguesa legaram uma multidão de nomes de lugares, pessoas, plantas e animais (cerca de 20 mil palavras), e muitas de suas lendas foram incorporadas ao folclore brasileiro, tornando-se conhecidas em todo o país. Também foram importantes aliados dos portugueses, mesmo involuntários, na consolidação da conquista territorial, defendendo e fixando cada vez mais distantes fronteiras, e deram grande contribuição à composição da atual população nacional através da mestiçagem.

Suas culturas diversificadas compunham originalmente um rico mosaico de tradições, línguas e visões de mundo que, depois de serem longamente desprezadas como típicas de sociedades bárbaras, ingênuas e atrasadas, ou no máximo apreciadas como exotismos e curiosidades, hoje já começam a ser vistas

em larga escala como culturas complexas, sofisticadas em muitos aspectos, interessantes por si mesmas e portadoras de valores importantes para o mundo moderno, como o respeito pela natureza e um modo de vida sustentável, merecendo consideração como qualquer outra. Mesmo assim, a degradação das culturas tradicionais pelo contato assíduo com a civilização tem sido rápida mesmo dentro de terras, acarretando penosas repercussões sociais.

Para muitos observadores, o destino dos povos indígenas do Brasil ainda é incerto, e esperam muitas lutas pela frente. Os conflitos que os envolvem continuam a se multiplicar; mortes, abusos, violência e destruição interna continuam a afligir muitas comunidades, mesmo com todos os avanços e toda proteção jurídica, com toda a conscientização política das comunidades e sua mobilização conjunta, e mesmo com o apoio de expressiva parcela da população brasileira não índia e organismos internacionais.

> Há poderosos interesses políticos e econômicos em jogo, e mesmo interesses culturais. Ainda falta muito para que eles consigam garantir suas terras e uma sobrevivência digna e independente da tutela do governo, que historicamente os entendeu como incapazes e chamou a si a responsabilidade de "administrá-los", mas tem sido também incapaz de assegurar-lhes os direitos que já foram definidos constitucionalmente, e vem sendo acusado até de promover profundos retrocessos de maneira deliberada que dão continuidade a um secular genocídio, atraindo com isso pesada e incessantes críticas em casa e no estrangeiro (BENCHIMOL, 2010, p. 23).

Ainda segundo Samuel Benchimol (2010, p. 56), além das questões de colonizações sofridas pelos indígenas no início do Brasil colônia, a língua se torna também um fator bastante complexo que grosso modo pode-se alocar a outros grupos de falantes em três categorias diferentes assim distribuídas: grupos indígenas que continuam isolados e vivem fora da área de circulação mercantil; estes grupos resistem como monolíngues em línguas vernáculas, desconhecendo o português ou qualquer outra língua; outros grupos integrados em diferentes graus da circulação mercantil são constituídos por indivíduos bilíngues, também em diferentes graus e formas e por último, existem grupos que mantém sua identidade

étnica, mas não falam mais suas línguas de origens ocorrendo uma ruptura com a língua materna e uma mudança radical na atualidade desses povos indígenas.

> A atitude tomada hoje pela população não índia do Brasil em relação às línguas indígenas é uma continuação daquela dos séculos anteriores; não existe revisão crítica, nem oficial nem oficiosa, sobre os preconceitos desenvolvidos anteriormente, podendo-se constatar que não houve ruptura com o discurso colonialista, que continua presente até mesmo no plano institucional e acadêmico (BECHIMOL, 2010, p. 43).

É relevante destacar também que quase nada mudou em relação à vida do indígena perante a sociedade colonizadora de antigamente. Os índios destribalizados, que vivem hoje na periferia dos centros mais dinamizados, foram impedidos de elaborar, de outra forma, este processo de desenvolvimento estrutural em todos os sentidos econômicos, culturais, políticos e sociais. A grande maioria sobrevivente dos indígenas, não só no Brasil, está sob forte pressão de destruição da cultura indígena e até mesmo da própria vida. Sobrevivendo em situações lastimáveis de perda da identidade e pobreza. A colonização marcou com sangue um processo de aculturação e miscigenação que causa desigualdades até hoje com afirmações de Agnolin (2002, p. 78).

Segundo o censo do IBGE (2010), as tribos indígenas representam aproximadamente 0,47% (817 963) distribuídas em várias regiões com maior número no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As línguas que ainda prevalecem são algumas indígenas e o Português. Contando que o número é incerto, variando conforme os critérios utilizados, mas pode chegar a cerca de 270 línguas variando de região em região.

2. Instrumentos da Pesquisa

A escolha, o sucesso, e a delimitação do desenvolvimento de uma trajetória com métodos e instrumentos aqui selecionados a partir do ambiente escolar indígena foram definidos, pela coletividade do grupo, a qual percebeu a tendência de suprir as necessidades profissionais da comunidade dos sujeitos envolvidos em um processo de desenvolvimento da trajetória escolar de um indivíduo que

necessita de outro sujeito, que é denominado de educador, cujo papel foi desenvolver o raciocínio psíquico dos sujeitos envolvidos, desde a fase inicial do projeto de intervençãoaté a sua fase de amadurecimento, e esse processo pode se tornar fácil e leve, árduo e difícil de realizar, isso pode variar de sujeito para sujeito.

A educação escolar indígena é o processo de ensino e aprendizagem dos conhecimentos socioculturais linguísticos da escolarização de cada povo, onde os indivíduos recebem uma segunda formação por meio do desenvolvimento de seu raciocínio psíquico, o sujeito possa adquirir novos conhecimentos científicos, os quais remetem a dois amplos campos de estudos e atuação no processo educativo de formação sociopolítica dos sujeitos. Esse processo de ensino ocorre, na maioria das vezes, no ambiente escolar, que é o espaço físico que abriga o desenvolvimento do processo de escolarização dos sujeitos, é denomina-se escola.

Em um processo de educação escolar indígena, diferentemente do que ocorre num determinado povo, é levado em consideração no campo da atuação da formação sociopolítica dos sujeitos, a sua particularidade e diversidade sociocultural. Durante o percurso de desenvolvimento inicial da trajetória escolar do indivíduo, a aprendizagem logo se inicia com a leitura e a escrita do mesmo por meio da coordenação motora, e as oportunidades de aprendizagem aos indivíduos pode ser diferenciada, o seu processo de início e avanço da escolarização de um grupo indígena depende muito do seu modo de vida e organização social. Esse processo pode ocorrer em diferentes faixas etárias e gêneros, o qual só pode ser definido no conjunto coletivo e sempre levando em consideração as regras de comportamento de cada grupo étnico.

A Escola Parakanã, infelizmente só oferta mal o Ensino Fundamental Menor, do 1º ano 5º ano pelo município, e só a partir de 2014, foi que o Estado, através do Projeto Saberes da EJA, implantou o Ensino Fundamental Maior, de 6º ao 9º ano, e o Ensino Médio em algumas Aldeias Xinguanas. O que tem sido realização de um sonho para muitas comunidades indígenas, que é poder formar cidadãos paralutar por melhorias de suas próprias comunidades, para que, de fato, possam ocorrer as mudanças. E os próprios indígenas ou os moradores da comunidade são os

protagonistas desta história que fizeram valer o processo de escolarização do seu povo.

2.1 Lócus da Pesquisa

Os Parakanãs ocidentais do Xingu, habitantes da TI Apyterewa há vários anos, desde os seus antepassados, quando ainda eram índios arredios e viviam em pé de guerra com os outros grupos étnicos, segundo pesquisadores e antropólogos e até mesmo funcionários do escritório da FUNAI de Altamira, e como os mesmos viviam em confronto com outros grupos indígenas Xinguanos, como: Xikrin, Araweté, Assurini e outros. Ocorreu a necessidade da Fundação Nacional do índio fazer o contato e a pacificação destes indígenas. Em dezembro de 1983 a março de 1984, na região das proximidades do Igarapé Bom Jardim, afluente do Rio Xingu.

> O primeiro grupo de Parakanã ocidentais do Xingu era composto por cento e seis pessoas, e o segundo grupo era composto por trinta e uma pessoas. Os dois grupos após o contato que ocorreu de 1976 a 1984, foram viver juntos, aglomerados no antigo posto chamado Apyterewa, que ficava localizado a cerca de 10 km de distância da margem esquerda do Rio Xingu, no igarapé afluente do Rio Xingu denominado de Bom Jardim. (FAUSTO, 1997, p. 60).

Como o grupo era bastante numeroso, logo após essa união, segundo relatos dos anciãos da etnia, começaram a surgir diversos conflitos familiares entre os grupos dominantes, ligadas às famílias dos líderes, e na época, os dois grupos possuíam líderes tradicionais quem eram quem determinava o rumo que deveria seguir como forma de garantia da sobrevivência.

Os conflitos internos nos dois grupos eram causados mais pela disputa de mulheres bonitas e fascinantes, as quais, na maioria das vezes chegavam a causar a discórdia que findavam em mortes. E num desses conflitos que houve naquela época logo após o contato do grupo do ancião Iatora Parakanã teria se desentendido com o líder ancião Axowyia Parakanã líder do outro grupo, a qual causou a separação das tribos.

O ancião Axowyia Parakanã se mudou com sua família e parentes para um pedral que fica localizado à margem esquerda do Rio Xingu, onde fundou a segunda aldeia da Etnia na TI Apyterewa, que denominou a nova morada de Aldeia Xingu. Não demorou muito tempo para que os demais Parakanã seguidores do ancião Iatora que ficaram no posto antigo da Apyterewa, também se mudarem para as margens esquerdas do Rio Xingu, aonde os mesmos chegaram a construir duas sucessivas moradas, também nomeadas de Aldeia Apyterewa, cujo nome da TI e da aldeia tem significado de centro no meio, ou melhor, no interior da terra, e por atendendo os planos de futuro, hoje a Aldeia Apyterewa se tornou um polo, um centro de encontros, reuniões e formações que acontecem na etnia, e até mesmo para a realização de programações culturais como: as festas e danças cultuadas pelos mesmos, devido à organização do seu espaço amplo e adequado para acolher um maior número de pessoas.

Os Parakanã orientais e ocidentais das duas terras indígenas vivem da agricultura e da pesca e extração de recursos naturais para a alimentação e produção artesanal dos mesmos. A qual garante a maior parte da economia nas comunidades.

Também os anciãos que ainda residem nos dois grupos lutam incansavelmente pela conservação de seus traços culturais como um todo transmitindo seus conhecimentos e saberes tradicionais de geração para geração, tentando fortalecer a sua identidade cultural.

2.2 Metodologia

Para escolha do tipo de abordagem a ser utilizada nesta pesquisa, levaram-se em consideração algumas características que segundo Zielak (2001, p. 78), configuram a pesquisa qualitativae estão presentes neste trabalho: os dados coletados são predominantemente descritivos, onde citações são frequentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista, uma análise dos diferentes pontos de vista dos participantes em uma tentativa de capturar a sua “perspectiva”, isto é, a maneira que eles encaram as questões que estão sendo focalizadas.

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Indígena Parakanã Ocidental do Xingu na TI APYTEREWA, MEF Iatora Parakanã,no período de aulas bimestrais de 2018 a 2019, com espaços a sala de aula e a comunidade. E os sujeitos da pesquisa alunos indígenas das turmas de 3º, 4º e 5º anos da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Em sala de aula foram aplicados formulários com perguntas pré-elaboradas, dispostas sistematicamente e sequencialmente a fim de levantar questões afirmativas ou negativas sobre o tema dessa pesquisa: “O bilinguismo como instrumento de valorização e fortalecimento da identidade cultural”.

A preocupação maior era centrada na questão do bilinguismo. A partir disso iniciaram-se etapas para entender melhor as dificuldades dos alunos e intervir para ajudá-los a desenvolveras questões das disciplinas e principalmente a de Língua Portuguesa falada pelos não indígenas.

> Os princípios Piagetanos trouxeram inúmeras contribuições para a sala de aula, um deles diz que o professor deve criar um ambiente e atmosfera em que, os alunos sejam ativos, mas para isso, o professor deve evitar o conhecimento pronto e acabado, e sim formar pontes entre o que o aprendiz já sabe com o novo ensino, ou seja, fazer um gancho entre o já aprendido e o que vai ser aprendido. (ZIELAK, 2001, p. 67).

Os relatos dos procedimentos feitos durante a pesquisa enfatizam métodos e instrumentos utilizados na coleta das informações que se obteve com muitas dificuldades, principalmente de materiais didáticos e o problema de os indígenas não entenderem a Língua Portuguesa. Logo depois se iniciou as aulas com atividades escolares bilíngues na língua materna falada na comunidade e na Língua Portuguesa.

A meta foi realizar um estudo que pudesse revelar e descrever as interações (antes e durante) e os significados dados pelo mediador, ao que acontecia. Os procedimentos, bem como os respectivos instrumentos de coleta de dados utilizados para realizar a pesquisa foram: entrevistas e observações.

Optou-se por realizar entrevistas individuais com os professores, pois esse procedimento pareceu melhor adaptar-se ao interesse de estudar o processo das dificuldades dos indígenas no não domínio da Língua Portuguesa usada como

tradicional e padrão nas escolas. As entrevistas individuais, semiestruturadas, tiveram como objetivo fazer emergir opiniões e impressões sobre a utilização de aulas na comunidade Parakanã estruturado no bilinguismo.

A intervenção foi realizada e seguia três etapas: A primeira buscou identificar e justificar a pesquisa; a segunda traçar o perfil e as dificuldades do sujeito da pesquisa; e a terceira questionar melhorias para a escola Parakanã com os educadores. As entrevistas foram realizadas no ano de 2018 com os alunos na Escola Parakanã ocidental do Xingu.

Para fomentar essa proposta de intervenção e o quanto ela é válida na comunidade escolar Parakanã Ocidental do Xingu, veja alguns comentários colhidos que demonstram diversas dificuldades na hora de executar a escrita em outros idiomas falados pela sociedade não indígena, principalmente a língua portuguesa falada aqui no Brasil, portanto foram transcritos trechos de depoimentos de textos escritos pelos educandos em sala de aula, na disciplina de Códigos e Linguagens, ministrada no Projeto da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e relatórios escritos por educadores indígenas da Escola Parakanã do Xingu que trabalham pela SEMED (Secretaria de Educação de Altamira).

Depoimento 01: „*Eu como educador da minha turma eu tenho dificuldade de produzir os meus relatórios semestrais que a SEMED pede a cada ano para nós educadores, e com isso eu sofro muito, porque esses relatórios têm que ser escritos em português e por isso eu tenho muita dificuldade em organizar minhas ideias, nesse outro idioma falado pela sociedade não indígena'* (Educador Indígena- Xene Parakanã/PA).

Depoimento 02: „*Eu sou educanda do Projeto EJA, da turma de Ensino médio, e apesar de já ter estudado muito eu ainda tenho dificuldade de escrever textos na língua portuguesa, pois essa linguagem é difícil demais até para a gente falar, quanto mais para escrever o que queremos dizer no papel, porque tem muitas pontuações e verbos e regras para seguir'* (Educanda do Projeto Saber, da EJA-Wenatoa Parakanã/PA).

Depoimento 03: *‘Tenho muita vergonha quando um não indígena pede para mim falar nas reuniões que acontecem em nossa TI. Porque eu não sei falar direito no português’* (Educando do Projeto EJA- Xokarowara Parakanã/PA).

Depoimento 04: *‘Se eu pudesse eu iria aprender falar muito bem até em inglês, eu já sei um pouco, mais preciso aprender mais, porque eu acho essa linguagem bonita e por isso admiro muito quem fala bem o português e o inglês’* (Educando do Projeto EJA- Iori Parakanã/PA).

Depoimento 05: *‘Como educadora da minha comunidade eu tenho muitas dificuldades de escrever e compreender a língua portuguesa, principalmente na hora de escrever e compreender a língua portuguesa, principalmente na hora de escrever os relatórios e as sistemáticas mensais da escola’* (Educador Indígena- Koxawoa Parakanã/PA).

Depoimento 06: Depoimento da liderança representante do povo Parakanã, habitantes da TI Apyterewa e também educador da língua materna da comunidade, Kaware Parakanã, diz o seguinte: *‘A nossa maior luta quanto indígena Parakanã é um dia poder dominar o uso da fala e da escrita da segunda língua falada por nós, que é a língua portuguesa, para isso, nós Parakanã, estamos lutando diariamente e estamos confiantes de que um dia vamos vencer’* (Educador indígena e liderança do povo, Kaware Parakanã/PA).

Mediante esses depoimentos é possível perceber o quanto é gritante a falta do ensino bilíngue nessa comunidade, até porque os mesmos já adotaram a língua portuguesa há vários anos atrás como sendo a segunda língua a ser falada por eles, mas para isso é preciso que se apoderem dos conhecimentos e conceitos que determinam o uso da fala e da escrita desta linguagem que hoje se faz tão estranha para todos da comunidade. Para que possam dar continuidade com a escola, suas trajetórias escolares e traçar planos melhores para o futuro.

3. Análise e Resultados

As metas da presente proposta de intervenção estão claramente lançando a ideia de se alfabetizar e escolarizar bilíngue aos educandos da escola indígena Parakanã Ocidental do Xingu.

Esclarecendo que a proposta do bilinguismo, que se pensa através desse projeto, é um novo sistema de alfabetização e escolarização dos educandos na escola Parakanã Ocidental do Xingu, em dois idiomas, a primeira língua a ser falada e ensinada à escrita, e a sua língua materna é a segunda língua a ser falada e ensinada a escrita é a Língua Portuguesa falada aqui no Brasil.

Como poderão ocorrer mudanças neste setor? A resposta é clara a partir de produções de alguns materiais didáticos, como: livretos, cartilhas, cadernos e um calendário tradicional indígena Parakanã. Todo esse material será confeccionado junto com os educandos, educadores, a coordenação da SEMED na escola Parakanã, e também com a comunidade. Esse material será produzido de acordo e atendendo às necessidades da escola Parakanã mediante os conhecimentos de seus educandos, saberes e costumes tradicionais.

Leva-se em consideração toda a participação geral da comunidade no decorrer da construção desses materiais, e que esses livretos, cartilhas sejam ilustrados com desenhos e gravuras de objetos que fazem parte do cotidiano dos indígenas, além de ter a tradução e escrita nos dois idiomas mencionados acima. Objetivando o fortalecimento e a valorização da identidade cultura e também facilitar e desenvolver melhor a aprendizagem e a escrita dos envolvidos.

Uma vez que tanto os educadores quanto os educandos sentem dificuldade de se expressar na linguagem falada pelos não indígenas, tanto na forma oral quanto na forma escrita, pois ambos não possuem o domínio do uso da Língua Portuguesa, ou seja, se compararmos bem o povo Parakanã com outros grupos indígenas Xinguanos, que já tem um contato mais próximo da linguagem falada pela sociedade influencia somente a língua materna, no entanto, para escrever pequenos textos em seu idioma, percebem-se dificuldades, também os educadores e educandos da Escola Parakanã Ocidental do Xingu necessitam adquirir o poder da oratória, assim também como a ler, escrever e interpretar textos.

4. Considerações Finais

Após essa incursão pela modalidade de educação indígena, percebe-se a importância de lançar mão dos diversos meios dos quais se dispõe para trabalhar a educação ao longo da vida principalmente a indígena. Cada modalidade tem sua importância embora, a educação indígena seja àquela à qual a pesquisa faz referência e é de suma importância para a sociedade em geral. É consenso entre os autores e pesquisadores, que a escola, cujo espaço é ocupado pela educação tradicional, não consegue sozinha dar conta das múltiplas informações que surgem a cada momento no mundo, assim como, as novas descobertas científicas; questões de se trabalhar o bilinguismo; questão de valorização cultural e fortalecimento da identidade de um povo como é o caso dos Parakanãs Ocidental do Xingu.

As aldeias são centros ricos de cultura, são espaços que podem proporcionar condições para a educação mais fortalecida dos quais a comunidade poderá estudar se utilizando para trabalhar os conteúdos previstos para o desenvolvimento da escola e da própria comunidade, existindo assim uma parceria entre os diversos sistemas de ensino atuantes ou os órgãos responsáveis.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, Adone. *Antropofagia ritual e Identidade Cultural*. V. 45, n 01. São Paulo. 2002.

BRASIL, IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapas digitais*, MEU e MRU, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.* São Paulo: Zouk, 2002.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural,* ed. Valer, Manaus AM, 2010.

FAUSTO Carlos- Antropólogo. UFRJ. Museu Nacional. *Departamento de Antropologia* (PPGAS). 1997. Disponível em: c_faust@terra.com.br. Acesso em:

dezembro de 2018. http://pib.socioambiental.org/PA/povo/parakanã.

HEIDEGGER, *Em Defesa da Causa Indígena***,** ano XXXVI. Nº 379, Brasília, DF. Outubro, 1966.

MARX, Karl. *Fundo de Cultura Econômica*. Rio de Janeiro 3 v. Editora: Paz e Terra, 1975.

PRADO Jr., Caio.*O que é Filosofia*. 22ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 112 pp.
RUIZ, C. M. M. B. *Os Paradoxos do Imaginário*. São Leopoldo, Unisinos, \267 p. 2003.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: um guia para eficiência nos estudos*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall"igna*. Línguas Brasileiras*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

ZIELAK, Ofélia W. *A Alfabetização como Construção e Processo Social.* Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1992. Educação não formal e cultura política. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PERCEPÇÃO DE GESTORES, NUTRICIONISTAS E CONSELHEIROS SOBRE A EXECUÇÃO DO PNAE EM UM MUNICÍPIO PARAENSE.

PERCEPTION OF MANAGERS, NUTRITIONIST AND ADVISERS ON THE IMPLEMENTATION OF PNAE IN A PARAENSE *CITY*

Viviany Cunha Raposo[5]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o conhecimento dos atores sociais-chave do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, identificando quais os fatores que interferem positiva e negativamente na execução do Programa. O caminho metodológico trás um estudo de caso qualitativo com amostragem intencional, sendo aplicados questionários para treze dos atores sociais-chave para a execução do Programa. Os dados foram analisados pela análise de conteúdo, seguindo as categorias da análise temática subdivida nas etapas de préanálise, exploração do material e interpretação dos resultados. Nos resultados verificou-se que os atores sociais desconhecem que a compra de alimentos da agricultura familiar à alimentação escolar pode ser realizada via Chamada Pública. A presença de nutricionista, de transporte e depósito para os alimentos, de agricultores familiares produzindo no município, apoio do Ministério Público, e alguns atores sociais-chave conscientes da sua função foram fatores positivos encontrados para a execução do Programa. Entretanto, a compra de alimentos da agricultura familiar ainda sendo realizado por meio de licitação, o desconhecimento sobre os documentos base do Programa, recurso, formação e transporte insuficientes para os atores sociais, quadro de nutricionistas abaixo do necessário, evasão de merendeiras, desarticulação entre os atores sociais, e qualidade dos alimentos foram identificados como dificultadores. E os resultados sugerem que haja mais formação para os responsáveis pelo Programa e maior articulação entre eles, a fim de desburocratizar o processo de compra e fomentar a agricultura familiar estimulando a venda ao Programa.

Palavras-Chave: Alimentação Escolar. Agricultura Familiar. Atores Sociais. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ABSTRACT: Objective - Analyze the knowledge of the key social actors in the National School Feeding Programme regarding purchase of food from family farmers for school feeding, identifying factors that interfere positively and negatively on Program execution. Methodological way - Qualitative case study with intentional sampling, being applied questionnaires for thirteen of the key social actors for the implementation of Program. The data were analyzed by content analysis, following the thematic analysis categories subdivided into the steps of pre-analysis, material exploration and interpretation of results. Results - It was found that the social actors are unaware that buying food from family farms to school feeding can be performed via Public Call. The presence of nutritionist, transportation and storage for food, family farmers producing municipality, support of the

[5] Nutricionista pós Graduada em Nutrição em Nefrologia pela Pontifica Universidade Católica de Goiás. E-mail: vivianynutricionista@gmail.com

Public Ministry, and some key social actors aware of their function, were positive factors found for the Program implementation. However, the purchase of food from family farming still being held by bidding, the lack of knowledge about the Program based documents, resort, insufficient training and transportation to social actors, staff of nutritionists below what is needed, cooks evasion, disjointed between social actors, and quality of food were identified as hindering. Final considerations - It is suggested more instruction for those responsible for the Program and better coordination between them, in order to reduce bureaucracy of the process of buying and promoting family farming stimulating the sale to the Program.

Keywords: School feeding. Family farming. Social Actors. National School Feeding Programme.

INTRODUÇÃO

A transição epidemiológica da população brasileira é marcada pelo consumo excessivo de alimentos pouco saudáveis. Favorecendo o crescimento da obesidade e sobrepeso, especialmente entre crianças e adolescentes. Contraditoriamente, em decorrência das grandes desigualdades sociais, os brasileiros ainda sofrem com a desnutrição. Dessa forma, a pouca qualidade dos alimentos e a própria falta deles, contribuem para a Insegurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2006).

Na contramão desses acontecimentos, são criadas políticas e ações para promover a Segurança Alimentar e Nutricional- SAN (BRASIL, 2006). Entendida como a:

> "Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável".

Dentre as políticas que estimulam a promoção da SAN destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (MEC, 2013). Que ultrapassa a visão assistencialista da Alimentação Escolar – AE, visando contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis que respeitem a cultura regional por meio de uma AE que coopere para o rendimento escolar, o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. (SIQUEIRA, 2014).

Sendo a escola um espaço oportuno para a formação de hábitos alimentares saudáveis, uma vez que acompanha o indivíduo durante fases importantes do desenvolvimento intelectual, contribuindo na formação de um cidadão crítico com autonomia para escolhas melhores. (SIQUEIRA, 2014).

O PNAE ainda preconiza que, no mínimo, 30% do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para a compra dos gêneros da AE deve ser destinado à aquisição de produtos da Agricultura Familiar – AF e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os grupos mais vulneráveis socialmente – os assentados de reforma agrária, as comunidades de quilombos e indígenas. (BRASIL, 2009).

Para a aquisição dos gêneros alimentícios do agricultor familiar recomenda-se que seja utilizada a Chamada Pública, um processo desburocratizado que facilita a compra de alimentos produzidos na região. Assim, o PNAE contribui duplamente para a promoção da SAN, tanto por fornecer alimentos saudáveis aos alunos, quanto por fortalecer os agricultores familiares. Sendo um mercado seguro para a venda de seus produtos. Promovendo uma melhor distribuição de renda na comunidade, diminuindo a pobreza (BREU, 2014).

Dada a preocupação do PNAE com a população socialmente vulnerável, são válidos estudos que analisem a execução do Programa nas regiões menos desenvolvidas. Como a região Norte, que possui expressivas desigualdades sociais e tem a AF como base da sua economia, tendo, entretanto, baixo percentual de compra de alimentos da AF para a AE (21,5%). (SARAIVA, 2013).

Outro dado que chama atenção na região Norte é que no Sudoeste do Pará houve um expressivo aumento populacional em razão da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, ampliando o número de escolares e consequentemente a demanda por alimentos para as escolas. (IBGE, 2013).

Tendo em vista que para o alcance dos amplos objetivos do PNAE é preciso uma série de ações, este trabalho buscou identificar a forma como esta política está sendo executada no município por meio da análise do conhecimento dos atores sociais-chave do Programa Nacional de Alimentação Escolar quanto à compra de

alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, identificando quais os fatores que interferem positiva e negativamente na execução do Programa.

CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de um estudo de caso transversal com abordagem qualitativa exploratória[14], realizado em um município paraense.

A coleta de dados foi realizada por uma pesquisadora devidamente treinada, por meio de questionários semiestruturados, composto por questões abertas e fechadas, adaptadas de material elaborado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG). Sendo aplicados para o secretário de educação e de agricultura, nutricionistas e conselheiros de alimentação escolar.

Foram aplicados quatro questionários distintos considerando as responsabilidades de cada ator social. Este instrumento apresentava perguntas inerentes ao conhecimento sobre o PNAE, Lei n°11.947/2009 (BRASIL, 2009) e Resolução CFN n°465/2010 (BRASIL, 2010), formas de compra de gêneros alimentícios da AF para a AE, atuação do nutricionista, atuação e apoio às atividades do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, e articulação dos atores sociais para a compra de alimentos da AF.

A coleta de dados ocorreu na Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, depósito de alimentação escolar e algumas escolas do município. Ficando a cargo dos participantes escolherem o local que lhes fosse mais confortável e propiciasse confidencialidade das informações. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra para análise dos dados.

Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo de Bardin (1997), adaptadas por Minayo, Gomes & Deslandes (SARAIVA, 2013), seguindo as categorias da análise temática. Isolou-se em cada discurso o que interessa à pesquisa seguindo as etapas de Pré-análise; Exploração do material e Interpretação dos resultados. Na Pré-análise foi realizada uma leitura exaustiva do material,

elaborando pressupostos iniciais, elegendo formas de classificação inicial e determinando os conceitos teóricos que orientaram a análise. Na etapa de Exploração do Material foram identificados os núcleos de sentido, possibilitando elaborar uma síntese interpretativa relacionando os temas, os objetivos, questões e pressupostos da pesquisa, com os conceitos teóricos que orientaram a análise.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás sob o parecer nº 922.883. Foram considerados em todas as suas etapas, os princípios éticos que norteiam pesquisas envolvendo seres humanos, descritos e estabelecidos pela Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012). A pesquisa só aconteceu mediante a anuência da Secretaria de Educação do município e confirmação do aceite de participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram atribuídos como critérios de inclusão ser maior de 18 anos, aceitar participar da pesquisa, ser membro do CAE, gestor ou representante do gestor da educação e da agricultura e nutricionista vinculado ao PNAE. Não participaram da pesquisa indivíduos menores de 18 anos, que se recusaram a participar da pesquisa, e que não foi possível contatar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada no mês de janeiro de 2015, em um município do Sudoeste do estado do Pará. O município tem a população estimada de 143.436 habitantes (IBGE, 2010) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio (0,665) (IDH, 2010). Possui 130 escolas municipais, incluindo as de nível fundamental, médio, creche e escolas da zona rural, totalizando 24. 785 alunos (INEP, 2014).

Foram entrevistados treze atores sociais-chave para a compreensão sobre a execução do PNAE, sendo estes o secretário de educação, subsecretário de agricultura, três nutricionistas, sendo um responsável técnico, e os demais membros do quadro técnico e oito conselheiros de alimentação escolar. No total, nove do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

Nessa pesquisa, a análise da fala dos participantes possibilitou aglutinar as ideias de acordo com a semelhança do conteúdo e objetivos da pesquisa. Assim, foram construídas duas categorias, com as seguintes denominações: “Como funciona a aquisição da AF para a AE?”, e “O que interfere na condução do PNAE?”, sendo esta dividida em duas subcategorias: “A Gente já Evoluiu um Pouco...” e “Mas muita coisa ainda precisa melhorar aqui...”. A primeira engloba dois núcleos de sentido: “Presença de Nutricionista” e “Infraestrutura para Trabalho”. E a segunda categoria abrange cinco núcleos de sentido: “Qualidade da Alimentação Escolar”, “Limites dos responsáveis municipais”, “(Des) conhecimento”, “O que desestimula o agricultor familiar a produzir?”, e “Rotatividade das merendeiras”.

COMO FUNCIONA A AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF) PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (AE)?

Neste município é realizado mapeamento dos alimentos que são produzidos na região, e posteriormente é elaborado o cardápio e solicitados os alimentos via licitação pública (pregão), onde as cooperativas documentadas se apresentam para concorrer. Como na região só há uma cooperativa com documentação que atenda à licitação, somente ela fornece. A mesma é subdivida em duas para atender a legislação de licitação nº8. 666/1993 (BANDEIRA, 2013). Sendo relatado que as compras públicas ocorrem seguindo esta lei.

Os depoimentos expuseram ainda que há pouca concorrência, pequena diversidade de produtos e pouca disponibilidade, principalmente de folhosos, para a AE:

> *[...] tem licitação. Aí eles colocam no Diário Oficial, na rádio. Mais aí é muito dificultoso, um agricultor não tem documento, não tem empresa, tem que ter empresa pra participar do pregão*. (ENT 1).

> *[...] Na verdade tem outra pessoa, é outra associação, mais ela vendem dos mesmos produtores. Aí só existem os dois só pra existir, só pra dizer que teve alí entendeu.* (ENT 2).

> *[...] aqui poderia ter arroz, feijão, não só a farinha, a polpa e as verduras. E são poucas. A gente tenta colocar e tudo, mais às vezes não tem como fornecer pra gente e a gente ficam muito limitados naquilo.* (ENT 3).

Além disso, as compras públicas são realizadas conforme a Lei nº8. 666/1993 (BANDEIRA, 2013), podendo também justificar o fato de não aderirem à Chamada Pública, como orienta o PNAE, e o desinteresse dos agricultores familiares em pleitearem este comercio, haja vista a legislação de licitação ser complexa e exigente. Bandeira (2013) encontrou esta mesma realidade, contrariando um estudo (SILVA, 2013) que encontrou a Chamada Pública como modalidade de compra da AF. Paralelamente, Turpin (2008), destaca que o choque entre estes dois documentos se constitui num empecilho para a comercialização dos agricultores familiares ao PNAE.

Recomenda-se (BRASIL, 3009) que a aquisição de alimentos da AF para a AE dispense licitação, ocorrendo mediante Chamada Pública. O que neste município torna-se difícil haja vista, aparentemente, ter apenas uma cooperativa, a qual não consegue atender ao programa com volume e diversidade suficientes. Pesquisas (SARAIVA, 2013) apontam que especialmente na Região Norte há inviabilidade de fornecimento regular e constante, sendo observado em outras regiões à falta de interesse dos agricultores e pouca diversificação da produção local, dificultando a compra dos alimentos. Garcia & Recine (2014) verificaram que os gestores demonstram receio e insegurança de comprar por dispensa licitatória.

Cabe salientar que a dispensa da licitação em detrimento da Chamada Pública é mais atrativa ao agricultor familiar, porque é menos burocrática, e mais vantajosa ao município, pois atrai mais AF. Incentivando a geração de renda entre eles que encontra no PNAE um mercado seguro, gerando movimentação da economia local, fornecendo alimentos diversificados e que contemplem o hábito alimentar regional (ABREU, 2014).

O QUE INTERFERE NA CONDUÇÃO DO PNAE?

Essa categoria identifica quais os fatores que interferem positiva e negativamente na utilização dos gêneros alimentícios da AF na AE:

A GENTE JÁ EVOLUIU UM POUCO

Esta subcategoria temática agrega os depoimentos dos atores sociais sobre os fatores citados como contribuintes na utilização dos gêneros alimentícios da AF na AE.

PRESENÇA DE NUTRICIONISTA

Neste município há uma equipe de nutricionistas que de acordo com os depoimentos, elaboram cardápios respeitando o hábito alimentar regional, a sazonalidade, contemplando alimentos saudáveis, realiza teste de aceitabilidade, treinamento de manipuladores de alimentos e elaboram cardápios diferenciados para creches:

> *Primeiro respeitar os hábitos alimentares. A gente usa vatapá de proteína de soja, açaí, tapioca. [...] Tá valorizando o que é produzido na região. [...] incentivando esse consumo.* (ENT 4)

> *[...] eles fornecem de acordo com a fruta da época, se a fruta da época é aquela [...] é a prioridade*. (ENT 5)

> *[...] Tem a capacitação anual das merendeiras. [...] São boas práticas de manipulação, forma de preparo, pré-preparo, higienização de alimentos, do ambiente, pessoal. Falamos de a reeducação alimentar, porque a maioria das merendeiras se encontra acima do peso.* (ENT 4).

> *[...] Quando a gente vai programar uma coisa nova, a gente faz um estudo... Se for pra creche, a gente vai em 3 creche e ver a aceitação da criança.* (ENT 3).

O município possui um quadro de nutricionistas composto por Responsável Técnico – RT e Quadro Técnico - QT. Corroborando com demais autores que identificaram a mesma realidade. (GARCIA, 2014).

Quanto à elaboração de cardápio diferenciado para creche, este estudo corrobora com Gabriel (2012), mas diverge quanto a inclusão de alimentos regionais e saudáveis.

O nutricionista é o profissional cotado para ser RT do PNAE, cabendo a ele planejar, avaliar e acompanhar o cardápio da AE em conformidade com a faixa etária, perfil epidemiológico, hábito alimentar, vocação agrícola e sazonalidade, utilizando os produtos da AF. Deve realizar atividades de formação para os manipuladores de alimentos, atividade de suma importância uma vez que o manipulador é um agente de educação nutricional. Bem como planejar, coordenar e supervisionar a aplicação de teste de aceitabilidade quando inserir novo alimento. (LEITE, 2011).

INFRAESTRUTURA PARA TRABALHO

O município dispõe de certa infraestrutura para a realização das atividades, que inclui sala de reuniões e armário exclusivos disponíveis ao CAE, depósito e transporte adequados para AE, e maquinários e implementos agrícolas à disposição dos agricultores familiares. Foi relatado apoio do Ministério Público às atividades do CAE. Bem como que o conselho foi constituído por meio de votação por cada seguimento social, e que alguns atores sociais-chave conseguem identificar sua função, ou parte dela, no Programa, embora relatem não conhecerem os documentos base do PNAE:

> *[...] A merenda vem em caminhão baú. [...] Temos um depósito arejado e limpo.* (ENT 6).

> *[...] se eles tão precisando de adubo e tal, nós temos. Tem quatro trator e uma cortadeira.* (ENT 1).

> *O Ministério Público, ele é bem atuante, ele cobra da gente.* (ENT 5)

> *[...] a gente faz visita, se o estoque tá bem organizado, se tá limpo o ambiente [...] pra que essa alimentação possa chegar até elas de forma adequada*. (ENT 7).

.

> *[...] tô exercendo meu papel de cidadão de fiscalizar, [...] de denunciar aquilo que é errado, de elogiar aquilo que é certo. Se a gente como cidadão não fiscalizar, a gente dá espaço pra corrupção tomar de conta.* (ENT 2).

O CAE possui local para reuniões e armário exclusivo. Estando, nesse quesito, de acordo com o preconizado, sendo responsabilidade da Entidade Executora - EEx, no caso o próprio município, fornecer infraestrutura adequada ao CAE. Cabendo à EEx garantir o transporte e estocagem de alimentos com adequadas condições higiênico-sanitárias. O CAE, como um órgão fiscalizador, também é responsável por vistoriar os depósitos e acompanhar desde a compra da AE até a distribuição, verificando se os alimentos atendem às exigências de qualidade. Contribuindo assim para o fornecimento de uma refeição nutritiva e adequada do ponto de vista higiênico-sanitário. (BRASIL, 2013).

Segundo relato dos participantes, este município possui depósito e transporte adequados para AE. Destacando-se de outros locais que apresentam dificuldade de transporte e de armazenamento dos produtos da AF.

Os depoimentos informam que a Secretaria de Agricultura disponibiliza maquinários e implementos agrícolas aos agricultores. Divergindo do estudo realizado em Brasília que verificou dificuldade de acesso a insumos. (GARCIA, 2014).

Embora estes sejam incentivos importantes para produzir, eles por si só não são suficientes para inserir o agricultor familiar no PNAE. É preciso também a prestação de serviços de assistência técnica, estimulando assim a produção de alimentos. (BRASIL, 2013).

Pesquisadores da Holanda Otsuki (2007), ao realizarem uma análise do PNAE, concluíram que no Norte do Brasil é importante a articulação entre os serviços de extensão agrícola rural com a educação, a saúde e políticas de nutrição. Ressaltando a importância da participação política dos atores sociais na fiscalização, haja vista a deficiência em assessoria técnica e dificuldade dos agricultores familiares acessarem os mercados especialmente nessas regiões.

O município conta com a participação do Ministério Público como um órgão de controle do PNAE, recebendo denunciais de irregularidade e apoiando o CAE conforme rege a Res. nº26/2013. (BRASIL, 2013).

O estímulo ao agricultor familiar e ao CAE são estratégias fundamentais para executar o PNAE. O estímulo ao agricultor familiar porque este, tradicionalmente vulnerável socialmente, tem raízes históricas de dificuldade de acesso às políticas que são suas de direito, fazendo-se necessário movimentar secretarias e demais órgãos afins dando-lhes infraestrutura necessária para que consigam acessar ao PNAE. Enquanto o CAE, composto por diferentes representações sociais, é a voz da população nos assuntos inerentes à AE. Otsuki (2007).

MAS MUITA COISA AINDA PRECISA MELHORAR AQUI

Esta subcategoria temática expõe a percepção dos atores sociais sobre os fatores dificultadores na condução do PNAE.

QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (AE)

A distância foi apontada como grande dificultador de acesso aos alunos indígenas. Devido à distância das escolas e ausência de energia elétrica estes alunos recebem alimentos menos perecíveis como carne salgada, enlatada e charque. Os depoimentos também relatam a qualidade em que o alimento oriundo da AF chega às escolas:

> *[...] Os índios não (não visitamos) porque a gente tem aldeia que é cinco dias de barco daqui... Não vai frango, não vai carne a não ser carne salgada, charque ou carne enlatada. Então nada perecível pode ir porque senão vai estragar. (*ENT 8*).*

> *[...] o abacaxi já chega às escolas já podres ou às vezes não amadurece. Nós temos esses problemas com essa aquisição da agricultura familiar, porque muitas vezes esses produtos já chegam às escolas estragadas ou quase estragadas [...] (*ENT 2*).*

Em função da distância das aldeias, os alimentos fornecidos vão em desencontro ao que preconiza a Res. nº 26/2013, (BRASIL, 2009), onde está estabelecido ser restrita a aquisição de alimentos enlatados e embutidos, preparações semiprontas ou prontas para consumo. Esta condição faz com que outra premissa da resolução não seja contemplada, ou seja, a oferta de, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana). Castro (2014), também verificou baixa oferta destes alimentos nos cardápios indígenas.
Comprometendo o fornecimento da alimentação saudável e adequada.

A lei nº 11. 947/2009 (BRASIL, 2013), incentiva a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local, priorizando as comunidades indígenas e quilombolas. Para tanto, seria interessante a articulação entre os responsáveis pelo programa a fim de incentivar os indígenas a venderem sua produção ao PNAE, e assim oferecer alimentos *in natura* aos alunos respeitando sua cultura, as tradições e os hábitos alimentares. (GARCIA, 2014).

Problemas com a qualidade dos alimentos da AF também foram verificados em depoimentos do estudo de Garcia &Recine (2014), relatando que eles estragam na estrada em decorrência da distância.

Vale frisar que os alimentos devem ser oferecidos ao aluno sem risco de oferecer danos à saúde. Por isso, é necessário o controle de qualidade por meio da Vigilância Sanitária, até porque os alimentos oriundos da AF devem atender as exigências do controle de qualidade como qualquer outro alimento. (BRASIL, 2013).

LIMITES DOS RESPONSÁVEIS MUNICIPAIS

Esta categoria refere-se às dificuldades apontadas pelos atores sociais para a execução do Programa. Nos depoimentos são expressas opiniões desgostosas com a gestão municipal, é relatada ausência de recurso para locomoção, formação, contratação de pessoal, e apoio da gestão municipal nas atividades de fiscalização.

> *A gente tinha vontade de ir, por exemplo, na zona rural, de ir numas escolas mais longe. Só que a gente não tinha transporte.* (ENT 5).

> *[...] porque no regimento pede uma coisa e muitas vezes a gente não tem nem o recurso de fazer aquilo que ele tá pedindo [...]* (ENT 6).

> *[...] era pra gente participar lá em Belém (de uma formação), [...] mas a prefeitura não deu a passagem [...] e a gente acabou não indo.* (ENT 2).

> *Não há apoio [...] Eu tô nessa porque eu fui obrigado. [...] Quando entrei pensei que seríamos mobilizados. Fiquei na expectativa de ter algum curso de aperfeiçoamento [...]. Nunca teve nada.* (ENT 9).

Nas falas dos atores sociais é demonstrada certa frustração por não terem financiamento para desempenharem suas atividades. Alguns autores também encontraram problemas inerentes ao pouco recurso financeiro (GARCIA, 2014), à falta de recurso humano para desenvolver as atividades de assistência técnica (AROUCHA, 2012), e a baixa remuneração dos nutricionistas. (CASTRO, 2014).

Os desafios da implementação de programas públicos federais podem ocorrer em virtude do pouco recurso e da dependência financeira do governo federal. Neste estudo não foi possível identificar a gênese da falta de recurso, se na esfera federal, estadual ou municipal. Mas sabe-se que é responsabilidade da EEx viabilizar o recurso, e independentemente de onde esteja o problema, os atores sociais precisam de apoio para cumprir com suas atribuições, indispensáveis ao bom funcionamento do programa. (ARAUCHA, 2012).

(DES) CONHECIMENTO

Esta categoria relata o desconhecimento sobre os documentos básicos regentes do PNAE, da Res. CD/FNDE nº26/2013 (BRASIL, 2013), da Res. CFN n°465/2005 (BRASIL, 2010), e da Lei n° 11.947/2009 (BRASIL, 2009). O desconhecimento sobre a Chamada Pública, e ainda a dificuldade de acesso dos membros do CAE aos documentos do conselho:

> *[...] Não sei nada de resolução. [...] Mas a gente tenta manter isso aí (a compra da AF) porque é uma lei que a gente tem que cumprir.* (ENT 3).

> *Não sei o que é chamada pública.* (ENT 1).

> *Olha, minha participação foi pouca assim, e eu sei que tem uma documentação que fica guardada né, mais eu não tive acesso à essa documentação.* (ENT 5).

Os depoimentos mostram que os atores sociais desconhecem que a compra de alimentos da agricultura familiar à alimentação escolar pode ser realizada via Chamada Pública. Demais estudos (AROUCHA, 2012) levantaram a necessidade de atualização do conhecimento por parte dos atores para conduzirem os programas públicos.

Percebe-se que os atores sociais-chave do PNAE não estão a par dos documentos base do Programa. O desconhecimento dos nutricionistas, diferentemente dos conselheiros de alimentação, que muitas vezes assumem o cargo sem saber sua função, causa estranheza pelo fato de ser profissional graduado de quem se espera o mínimo de conhecimento sobre a área em que atua. Entretanto, as diversas atividades do profissional no programa indicam a necessidade de constante atualização do nutricionista atuante no PNAE, além disso, nem todo nutricionista tem experiência necessária para ser responsável por todas as atividades da AE. (PINHEIRO, 2012).

É fundamental que o nutricionista, enquanto RT do Programa esteja consciente dos documentos relativos ao PNAE, uma vez que ele é uma peça fundamental na articulação com agricultores familiares, Secretarias de Agricultura e Educação e o CAE (ARAUCHA, 2012). Quando este profissional tem conhecimento restrito o processo de aquisição de alimentos da AF pode ficar prejudicado.

A participação da comunidade no controle social e no acompanhamento das ações para garantir a oferta da AE saudável, depende antes de tudo, de conhecimento sobre „o que fazer ", „como fazer ", e „qual a função de cada um". Por isso é necessário que os municípios realizem, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa. Sendo o CAE um órgão fiscalizador, considerado os „olhos “da comunidade dentro da escola, quando este não está preparado tem sua capacidade de atuação diminuída. (BANDEIRA, 2013).

Todos os atores sociais envolvidos com a compra da AE precisam conhecer o PNAE. Entretanto o nutricionista e o conselheiro precisam de conhecimentos amplos a respeito do Programa, pois dependem deles as atividades de grande responsabilidade como a elaboração de cardápio e a fiscalização. Demais estudos também apontam a necessidade de formação dos nutricionistas, dos conselheiros e dos demais atores envolvidos no programa. (MELO, 2012).

O QUE DESESTIMULA O AGRICULTOR FAMILIAR A PRODUZIR?

Apreendeu-se da fala dos participantes que não há agricultor familiar no próprio município fornecendo ao PNAE, bem como a falta de recurso, interesse e organização para mobilizar agricultores familiares e estimular a produção destes para que possam fornecer ao PNAE:

> *Não existe a implementação de recursos pra que os agricultores façam essa plantação e que gere esse montante de mercadoria e de alimentação que o município necessita.* (ENT 6).

> *Depois de ter produção aqui a gente comprar do Brasil Novo, porque lá eles tão organizado, eles têm cooperativa. [...] falta essa questão do poder público dá subsídios pra se organizarem. Isso não acontece.* (ENT 2).

Otsuki &Arce (OTSUKI, 2007), relatam que especialmente na região Norte o apoio ao agricultor familiar tem sido frágil. Observaram que no Estado do Pará, a logística e infraestrutura para inserção no mercado de pequenas cooperativas e associações de agricultores precisa ser melhorada, haja vista comumente não saberem como participar do processo licitatório.

Abreu (2014) observou que para os agricultores familiares, a participação em grupos formais, os vínculos com outros atores envolvidos no processo (extensionistas, outros agricultores familiares, fornecedores e nutricionista), a informação sobre a Chamada Pública, a confiança dos demais atores e a capacidade produtiva são recursos importantes. Outros autores também

encontraram ausência de organização dos agricultores familiares em associações e cooperativas. Perceberam ainda que após capacitação e articulação entre os atores sociais, pode-se observar aumento no percentual de compra de alimentos da AF à AE. (SARAIVA, 2013).

De acordo com os participantes, são comprados produtos da AF de outro município porque não há interesse dos agricultores familiares locais de venderem ao PNAE. Opondo-se a este estudo, Silva & Souza (2013) verificaram que na maioria dos municípios de santa Catarina a compra é feita localmente. Ressaltando que aparentemente os agricultores familiares desenvolvidos conseguem mais acesso ao mercado do PNAE do que aqueles com maior carência de apoio produtivo. (ABREU, 2014).

É importante que os atores sociais se articulem para fomentar a produção de alimentos. Propiciando a oferta de alimentos variados, seguros, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares, e que de fato contribuam para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar. (SARAIVA, 2013).

ROTATIVIDADE DAS MERENDEIRAS

Nesta categoria é relatada a constante evasão de merendeiras das escolas para trabalhar na construção de uma hidrelétrica nas redondezas do município, o que leva essas escolas a ficarem sem fornecer alimentação:

> *[...] infelizmente não é a mesma merendeira até o final do ano. A rotatividade [...] nessa área é muito alta. Tem um custo altíssimo com treinamento, sendo que não vai passar nem dois meses. Quando veio a hidrelétrica foi maior ainda. [...] Eu acho que precisa um olhar especial para as merendeiras.* (ENT 4).

É preciso um olhar mais cuidadoso para este ator social, pois a merendeira tem um papel fundamental como educador nutricional, uma vez que tem muito contato com os alunos, pois além de produzir a refeição, auxilia no processo de

educação nutricional. Fazendo com que a intensa rotatividade desse profissional possa comprometer a qualidade da AE. (LEITE, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compra de alimentos da AF para a AE é realizada por meio de licitação, sendo anteriormente mapeado o que é produzido e elaborado o cardápio por nutricionistas. Na visão dos participantes deste estudo há um desinteresse dos agricultores familiares do município em venderem para o PNAE, apenas uma cooperativa de um município vizinho fornece ao programa.

A presença de nutricionista, embora abaixo do quantitativo recomendado, de depósito e transporte de gêneros alimentícios adequados, de agricultores familiares produzindo no município, apoio do Ministério Público às atividades do CAE, bem como de alguns atores sociais conscientes do seu papel na compra de alimentos da AF para a AE são fatores positivos na execução do PNAE.

Entretanto, o desconhecimento sobre a atual resolução do PNAE e da lei 11. 947, o pouco recurso, ausência de transporte para os atores sociais envolvidos, pouca formação, quadro de nutricionistas abaixo do necessário, evasão de merendeiras e desarticulação entre os atores sociais, qualidade dos gêneros fornecidos à AE, assim como à alimentação dos indígenas foram identificados como importantes fatores dificultadores na execução do Programa.

Diante do exposto, sugere-se que haja maior articulação entre os responsáveis pelo PNAE a fim de construir uma agenda comum de atividades que contemple: formações aos atores sociais para conhecimento, atualização e desburocratização das formas de compra da AF; levantamento dos agricultores familiares locais identificando aqueles com capacidade de produção e fornecimento de apoio técnico de órgãos competentes para que vendam ao PNAE; estímulo à produção local em áreas indígenas e venda ao PNAE objetivando aumentar a disponibilidade de alimentos frescos para a AE, fortalecendo o hábito alimentar regional; capacitação para os agricultores familiares fazendo cumprir os dispositivos

legais previstos na resolução nº 26 de 2013 e para os membros do CAE exercerem sua função de fiscalização; adequação do QT de nutricionistas e de manipuladores de alimentos por meio de concurso público visando diminuir a rotatividade desses profissionais; a melhora da estrutura de trabalho facilitando as visitas técnicas às escolas, principalmente as mais distantes, a exemplo das indígenas e assim contribuir para fornecer uma alimentação mais saudável e adequada, conforme preconiza o programa.

REFERÊNCIAS

AROUCHA EPTL. *Agricultura familiar na alimentação escolar: Estudo de oportunidades e de desafios* [Dissertação]. Bahia: Universidade do Estado da Bahia, Curso de Ecologia Humana e Gestão Socioambiental, Departamento de Educação; 2012.

ABREU KCR. *A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios de pequeno porte: Implicações práticas e teóricas*. [dissertação]. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas; 2014.

BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução CFN nº 465/2010. *Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar* (PAE) e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2010 [acesso 2014 set 10]. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionistaPAE.pdf>.

BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1997.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.* Diário Oficial da União. 2006. 16 set; Capítulo II.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Diário Oficial da União*. 2013 [acesso 2014 out 07]. 18 Jun; Seção 1. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Diário Oficial da União. 2009 [acesso 2014 out 10]. 17 jun. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.>

BRASIL. *Avaliação Ambiental Integrada. Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu: Relatório de Impacto Ambiental*. São Paulo: Ministério de Minas e Energia; 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº466/2012*. Dispõe sobre os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. 2012 Diário Oficial da União.* 2012 [acesso 2014 set 12]. 13 dez. Seção 1. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993. *Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União.* 1993 [acesso 2014 set 20]. 21 jun. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>.

BANDEIRA LM, Chagas CMS, Gubert MB, Toral M, Monteiro RAI. *Análise dos pareceres conclusivos dos conselhos de alimentação escolar sobre a execução do programa nacional de alimentação escolar.* Rev Nutr. 2013 [acesso 2014 out 2]; 26(3):343-51. Disponível em: <http://www.scielo.br/rn>. Dói: 10.1590/S141552732013000300009.

CHAVES LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. *Reflexões sobre a atuação do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar no Brasil*. Ciênc. Saúde Colet. 2013 [acesso 2015 fev 10]; 18(4): 917-26. Disponível em: <http://www.scielobr>. Dói: 10.1590/S1413-81232013000400003.

CASTRO TG, Matos ELC, Leite MS, Conde WL, Schuch I, Veiga J *et al.*
Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil. Cad. Saúde Pública. 2014, [acesso 2015 Abr 10]; 30(11): 2401-2412. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2014001102401&script=sci_arttext&tlng=en>. Dói: 10.1590/0102311X00215513

DESLANDES SF, Gomes R, Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 27. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. 108 p.

GARCIA GS, Recine E. *Perspectivas do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal. Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*. 2014 [acesso 2014 out 10]; 9 (2):411-42. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/7973>. Dói: http://dx.doi.org/10.12957/demetra.2014.7973.

GABRIEL CG, Costa LCF, Calvo MCM, Vasconcelos FAG. *Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. Rev Nutr.* 2012 [acesso 2015 fev 10]; 25(3): 363-372. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732012000300006>. Dói: 10.1590/S1415-52732012000300006.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE; 2013 [acesso 2014 out 10]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresmini mos/sinteseindicsociais2010/SIS_2013.pdf>.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Agropecuário. Indicadores IBGE: Estatística da Produção Agrícola. Rio de Janeiro: IBGE; 2013 [acesso em 2014 out 10]. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2013_04.zip>.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. [acesso 2014 out 10]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_u. sht>.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica.* 2014. [acesso 2014 out 02]. Disponível em: <http://ces.ibge.gov.br/basede-dados/metadados/inep/educacao-basica>.

LEITE CL, Cardoso RCV, Góes JAW, Araújo KVNF, Silva EO, Bezerril MM *et al*. *Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador,* Bahia. Rev Nutr.2011 [acesso 2015 fev 10]; 24(2):275-285. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732011000200008&script=sci_arttext>. Dói: 10.1590/S1415-52732011000200008.

MINAYO MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; 2007.

MELLO AL, Vidal JPO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. Rev Nutr. 2012; [acesso 2015 Abr 11]; 25(1): 119-132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100011>. Dói: 10.1590/S1415-52732012000100011.

OTSUKI K, Acre A. Brazil: a desk review of the National School Feeding Programme. Netherlands: Rural Development Sociology Group. Department of Social. Sciences Wageningen University the Netherlands; 2007. [acesso 2015 mar 16]. Disponível em:
<https://www.wfp.org/content/brazil-desk-review-national-school-feedingprogramme.>

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Índice de Desenvolvimento Humano* - Municipal: 2010. [acesso 2014 out 02]. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>.

PINHEIRO ARO, Recine E, Alencar B, Fagundes AA, Sousa JS, Monteiro RA *et al*. Percepção de professores e estudante em relação ao perfil de formação de nutricionista em saúde pública. Rev Nutr. 2012, [acesso 2015 mar 10]; 25(5): 632643. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14155273201200010001 1>. Dói: 10.1590/S1415-52732012000500008.

SMERALDI, R. Notificação Extrajudicial [Internet]. São Paulo, 2011. [acesso 2014 set 15]. Disponível em:
<http://www.banktrack.org/manage/emsfiles/download/notificacaoextrajudicialteord ap resentenotificacaobancobradesco>.

SARAIVA EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Toral N. *Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Ciênc. Saúde Colet., 2013 [acesso 2015 fev 10]; 18(4):927-936. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232013000400004&script=sci_ar tt ext.>doi: 10.1590/S141381232013000400004.

SIQUEIRA RL, Cotta RMM, Ribeiro RCL, Sperandio N, Priore SE. *Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar.* Ciênc. Saúde Colet., 2014, [acesso 2015 mar 01]; 19 (1):301-310. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123201400010030 1. > dói: 10.1590/1413-81232014191.211.

SILVA APF, Souza AA. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. Rev. Nutr. 2013 [acesso 2014 out 10]; 26(6): 701-714. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo. php? Script=sci_arttext&pid=S141552732013000600009>. Dói: http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732013000600009.

TURPIN ME. *A Alimentação Escolar como Vetor de Desenvolvimento Local e Garantia de Segurança Alimentar e Nutricional* [Mestrado]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Curso de Economia, Instituto de Economia; 2008.

A INCIDÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA E O AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LEI Nº 9.605/98

THE INCIDENCE OF POLICE POWER AND THE INVIRONMENTAL INFRINGEMENT AUTHORITY IN THE CONTEXT OF LAW Nº 9.605/98

Krislaynne Carla Araújo de Souza[6]

RESUMO: Será abordado neste artigo uma breve reflexão acerca da autuação do Estado por meio do poder de polícia ambiental, configurando força e coerção na função de atos administrativos. O intuito é a inspeção de empreendimentos e de atividades sejam elas individuais ou ainda coletivas, públicos ou particulares, permitindo impor aos infratores a obrigação de fazer ou também a obrigação de não fazer dentre outras penalidades, promovendo a manutenção e equilíbrio da ordem pública ambiental. Ademais, será visto, o conceito do auto de infração ambiental que configura-se por meio de um processo administrativo, e que tem como finalidade apurar a existência, ou não, da infração ambiental. Ainda será tratado acerca do devido processo legal, pelo qual reflete na defesa, julgamento e a multa que recairá nos infratores. Dessa forma, também se faz presente a forma em que os infratores irão reparar ou indenizar os danos ambientais e a sua responsabilidade administrativa cabível. Em suma, a metodologia aqui abordada foi a pesquisa bibliográfica, onde será tratado a jurisprudência, doutrinas, e a legislação. Assim, com fulcro na pesquisa abordada, é visto que a sociedade é uma das principais responsáveis em fazer do meio ambiente uma verdadeira sustentabilidade de consumo e transformar a sua postura individual em um meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Infração. Ambiental. Poder de polícia.

ABSTRACT: In this article, a brief reflection on the State's assessment through the power of the environmental police will be discussed, configuring strength and coercion in the function of administrative acts. The purpose is to inspect undertakings and activities, whether individual or collective, public or private, allowing to impose on the offenders the obligation to do or also the obligation not to do among other penalties, promoting the maintenance and balance of the public environmental order. Furthermore, it will be seen, the concept of the environmental infraction notice that is configured through an administrative process, and whose purpose is to ascertain the existence, or not, of the environmental infraction. It will still be treated about the due legal process, for which it reflects in the defense, judgment and the fine that will fall on the violators. Thus, it is also present the way in which the offenders will repair or indemnify the environmental damage and their appropriate administrative responsibility. In short, the methodology addressed here was bibliographic research, which will deal with jurisprudence, doctrines, and legislation. Thus, with a focus on the research addressed, it is seen that society is one of the main responsible for making the environment a true sustainability of consumption and transforming its individual posture into a balanced environment for present and future generations.

Keywords: Infringement. Environmental. Police power.

[6] Advogada. Graduada em Direito pela ULBRA. Pós graduada em Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio de Jesus. Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Xingu e Amazônia (FACX). Contato: kris_carla@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste diapasão, é trabalhado no presente artigo acerca do poder de polícia e o auto de infração ambiental no que tange a lei nº 9.605/98. Neste sentido, o referido tema traz nítidas reflexões ao campo do direito administrativo, e traz consigo os atributos da autoexecutoriedade, discricionariedade e coercibilidade.

Denota- se que, no que concerne ao poder de polícia, é definido como um instrumento de controle em que a administração pública irá limitar e restringir a pessoa física ou jurídica a qualquer prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente a qualquer tipo de poluição ou agressão à natureza. É visto ainda que o órgão competente quando tiver conhecimento da prática de qualquer ato que seja definido como infração ao meio ambiente, deve estar tomando medidas necessárias para que haja a apuração do ato infracional. Com isto, mediante a investigação realizada, e não havendo dúvidas acerca do ato infracional pelo poluidor, é imposto a este, a aplicação de sanções que é correspondente a sua atuação conforme a degradação ambiental.

Tomando por base o estudo em questão, busca-se dirimir a problematização acerca do poder de polícia e o auto de infração ambiental que envolvem a esfera ambiental em conformidade com a Lei nº. 9.605/1998. Assim, é definido como infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. O fato é que, precisamos sempre levar em consideração que, o meio ambiente é bem de uso comum do povo, cabendo não só ao poder público mas também a todos nós o dever de mantê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

É necessário saber ainda, compreender se existem e quais são os dispositivos jurídicos que podem ser capazes de frear ou não, as práticas que configuram a infração administrativa ambiental. É de suma importância também, pesquisar acerca das consequências drásticas em que essas práticas danosas trazem ao meio ambiente.

O objetivo singular deste trabalho é verificar a amplitude acerca do poder de polícia e o auto de infração ambiental, onde se fará necessário de imediato revelar-nos a noção ou a definição de poder de polícia e o que se compreende por auto de infrações ambientais. Entre os itens versados será abordado além disso, o conceito de infração administrativa ambiental; inclusive será composto neste artigo, acerca da reparação e indenização do dano ambiental e a correspondente responsabilidade administrativa.

Em suma, acredita-se que além de ser um tema de grande relevância no setor jurídico, assim como no seio da própria sociedade, achou-se a extrema necessidade em tratar a presente questão, pois o meio ambiente ecologicamente equilibrado depende da conscientização de cada indivíduo, fazendo assim a seguinte reflexão, o que cada um de nós pode/deve fazer para que a nossa e as futuras gerações tenham vida saudável em nosso planeta?

Por fim, este estudo é baseado na metodologia de pesquisa bibliográfica, o qual se desenvolverá por meio de materiais bibliográficos, jurisprudência, doutrinas, dentre outros materiais que se farão de suma importância para a construção do respectivo trabalho.

1. PODER DE POLÍCIA E AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

1.1CONCEITO DE PODER DE POLÍCIA

Para ampliada compreensão indicaremos alguns conceitos de poder de polícia, do geral para o específico deste trabalho.

> Poder de Polícia é o mecanismo de controle, de que dispõe a administração pública, para limitar direitos e liberdades individuais, tendo em vista o interesse social. São atributos do poder de polícia ou

> características da administração pública a discricionariedade; auto-executoriedade e coercibilidade[7]

A noção de poder de polícia é uniforme segundo a maioria dos doutrinadores brasileiros e estrangeiros. Além da doutrina temos no Brasil uma definição legal existente no art. 78 do Código Tributário Nacional:

> Artigo 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Fernanda Luiza[8] define o poder de polícia ambiental como a atividade da Administração Pública que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente a qualquer tipo de poluição ou agressão à natureza.

Esse poder de polícia específico e especial distingue-se dos outros tanto em sua natureza quanto nos métodos utilizados pela Administração Pública. Sua execução se dá por meio de profissionais tecnicamente capacitados e com o objetivo exclusivamente voltado para defesa e conservação do bem de uso comum do meio ambiente.

A Administração Pública deve estar se baseando em diversos princípios, entre eles, está o princípio da legalidade, ou seja, todo e qualquer ato do agente administrativo deve se ater na totalidade com o que tem previsão em lei.

Assim, a aplicação de sanções administrativas oriundas do exercício do poder de polícia na área ambiental só terá validade a partir do momento em que o ato praticado pelo administrado estiver anteriormente descrito em lei como infração

---

[7] Ribeiro, Antônio Carlos Silva. **Dicionário Jurídico Universitário**. Minas Gerais: Tático, 2008. p. 445.

[8] Medeiros, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio ambiente, direito e dever fundamental**. Porto Alegre. Livraria do advogado, 2004. p. 145.

administrativa. As penalidades possuem caráter de infligir castigo, para que o exemplo do infrator não seja seguido por terceiros (são educativas e não meramente punitivas). Já as disciplinares têm caráter de manutenção e reintegração das condições de ordem na relação particular de autoridade.

1.2 CONCEITO DE AUTO DE INFRAÇÃO

O auto de infração é o documento que dá início ao processo administrativo destinado a apurar a existência, ou não, da infração ambiental: O agente infrator terá o direito constitucional da ampla defesa e do contraditório. Portanto, deve obrigatoriamente ser formal e preencher todos os requisitos previstos nas normas legais no que tange a caracterização de infração específica ao meio ambiente.

Constitui infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente, conforme expressa o art. 70*, caput* da Lei nº 9.605, de 12.02.1998.

A lei mencionada derivou da competência constitucional da União para elaborar norma geral sobre as infrações administrativas ambientais. A matéria está contida no capítulo VI, em sete artigos, do art. 70 ao art. 76 da citada Lei nº 9.605/98. Têm fundamento no art. 24, VI, da Constituição Federal, e pode ser suplementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 24, 2º, da CF/88.

2. ÓRGÃOS QUE PODEM LAVRAR AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O auto de infração ambiental e a instauração do processo administrativo correspondentes são da competência de funcionários qualificados de órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, desde que estejam investidos de poderes para exercer a devida fiscalização, possuam competência para tal, incluindo os agentes da Capitania dos Portos do Ministério da Marinha[4].

Lembramos ainda que, de acordo com o *caput* do art. 225 da Constituição Federal é dever de todos a proteção do meio ambiente. Portanto, qualquer cidadão tem

o poder/dever de proteger e/de denunciar ao órgão competente algum ato irregular/ilegal cometido, que venha agredir/prejudicar o meio ambiente. Desta forma, ficando comprovada a conduta ilegal do agente, o auto de infração deve ser lavrado pela autoridade competente no local em que foi verificada a infração, o qual conterá os seguintes dados e elementos constantes dos dispositivos legais do art. 97 do Decreto nº 6.514/08:

> Art. 97 o auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, com a identificação do autuado, a descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade.

Todos os agentes habilitados dos órgãos públicos com poderes para lavrar auto de infração devem seguir os mesmos indicadores para formalizá-los.

3. DEFESA, JULGAMENTO E MULTA (PENALIDADE): O DEVIDO PROCESSO LEGAL

A administração (órgão competente) tomando ciência da prática de uma infração ambiental, tendo dúvida sobre quem é seu autor, instaurará um procedimento próprio para apurar o causador do ilícito. Após a sequência de atos investigativos põe um ponto final que importa na aplicação da sanção correspondente. Dá-se a lavratura do auto de infração ambiental.

[4] Machado, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: Malheiros. 2003, p.311.

Flávio Dino, Ney Bello e Dino Neto (2011), relata que, uma vez instaurado o processo administrativo pela autoridade competente, promove-se a intimação do indiciado para que possa exercer o direito de ampla defesa e contraditório. Em seguida passa-se à fase da instrução, para elucidação dos fatos com produção das provas da acusação e da defesa. Desta forma, o processo administrativo constitui-se no caminho pelo qual a Administração Pública pode exigir do particular determinada obrigação de fazer ou não fazer e até mesmo uma prestação pecuniária. Após a instrução o processo administrativo é julgado, confirmando ou não a sanção aplicada.

Para toda conduta ilegal atribui a lei uma reprimenda que tem o nome de sanção. No sentido filosófico, entende-se a sanção como originada “da cessão de parcelas de liberdade dos homens, depositadas em comum, e que para não serem usurpadas por cada particular, implicaram na criação do direito de punir, na exata medida necessária para afastar a usurpação dessas parcelas de liberdade” [5].

A Lei nº 9.605/98 apresenta o seguinte rol de sanções para as infrações administrativas: advertência; multa simples; multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e da flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; embargo de obra ou atividade; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; restritivas de direitos. Essa enumeração é obrigatória para a União, mas Estados e Municípios podem acrescentar outros tipos de infrações junto à lista apresentada no art. 72 da referida lei.

Das dez sanções previstas no referido art., somente a multa simples utilizará o critério da responsabilidade com culpa; e as outras nove sanções, inclusive a multa diária, irão utilizar o critério da responsabilidade sem culpa (objetiva)[6]

A multa simples será aplicada sempre que o agente, agindo com negligência ou dolo, depois de devidamente advertido deixar de sanar a ilegalidade no prazo estipulado pelo órgão competente. O infrator, não causando embaraço à fiscalização, poderá pedir a conversão da multa em serviços de preservação,

melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Caso o autuado cause embaraço aos agentes do poder de polícia e continue cometendo o ato ilícito, a multa diária deve ser cominada[7].

A suspensão parcial ou total de atividades é a mais gravosa das medidas punitivas. Ela pode ter caráter temporário ou definitivo. Assim faz-se necessário distinguir as atividades licenciadas e as que não possuem licenciamento, para que possa ser aplicada a sansão de uma maneira coerente e justa, de acordo com a legislação vigente.

Essas sanções administrativas classificam-se em razão de seu conteúdo, e podem ser qualificadas como: a) repressivas (repreensão, advertência e censura); b) suspensivas ou privativas de atividade (inabilitação, perda ou suspensão de licença); c) pecuniárias (multas); d) privativas de bens (apreensão de mercadorias, máquinas e equipamentos em geral). Portanto, podem ser ainda punitivas ou recuperatórias, dependendo do ato praticado pelo infrator

Os valores das multas devem ser proporcionais, ou seja, de acordo com a gravidade da degradação ao meio ambiente. Tem aplicação concreta nesta altura os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que funcionam como verdadeiros guias para a dosimetria da sanção.

Nos ensinamentos de Freitas, observa-se o seguinte:

> Entre a falta cometida pelo infrator e a sanção imposta pelo Estado deve haver uma relação de proporcionalidade, observando-se a gravidade da lesão, suas consequências, o dolo com que tinha agido, o autor e as demais peculiaridades do caso.

[5] Oliveira, Regis Fernandes de. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p.65. [6] Machado, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003, p.299. [7] Sampaio, Francisco José Marques. **Responsabilidade civil e reparação de danos ao meio ambiente.**
2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1998.

.

Impõe-se evitar eventual desvio de finalidade do ato sancionador, uma vez que terá por base de avaliação, a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiro ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado (Decreto nº 6.514/08, art.8º, e ainda o art. 74 da Lei nº 9.605/98). Podemos também ter por parâmetro os referenciais de multas previstos no Decreto nº 99.274/90, arts. 34 a 40, e em tabela de valores instituída para os órgãos ambientais competentes, que deve ser baixada por meio legal. Os valores das multas serão corrigidos periodicamente com base nos índices estabelecidos na legislação de regência, sendo hoje o mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) e o máximo de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme previsto no art. 75 da Lei nº 9.605/98. Os limites estabelecidos servem para definir a intensidade e guardar a atualidade da sanção. Os Estados e os Municípios poderão fixar limites mínimo e máximo superiores aos da União. Interessante observar que o ordenamento jurídico prevê a atualização monetária das sanções pecuniárias, não se podendo entrever ai duplicidade de punições.

Os valores arrecadados com as sanções pecuniárias impostas pela União obedecerão a regra do art. 73 da Lei nº 9.605/98, ou seja, serão integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) criado pela Lei nº 7.797/89, ou ao Fundo Naval criado pelo Decreto nº 20.923/32. Já as multas impostas pelos Estados e Municípios terão seus valores destinados de acordo com suas leis, podendo também ser repassados para fundos estaduais ou municipais do meio ambiente.

A sanção tem por objetivo conformar e ajustar o comportamento antijurídico às prescrições legais, e a correção monetária limita-se a atualizar o conteúdo econômico dela, repondo de imediato as perdas causadas. E caso de não cumprimento da obrigação por parte do infrator, o dinheiro público acompanhará a real valorização financeira do país.

O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios ou Distrito Federal substitui a penalidade federal correspondente na mesma hipótese de incidência (art. 76 Lei nº 9.605/98). Os processos administrativos podem correr paralelamente, mas

o pagamento da multa nas unidades federadas implica o não-pagamento da multa federal para evitar o *bis in idem.*

Há de notar-se que a prescrição da ação punitiva da administração rege-se pelo disposto na Lei nº 9.873/99. Neste sentido, o art. 21, *caput*, e § 3º do decreto nº 6.514/08, reproduz as disposições do art. 1º, *caput*, e § 2º, da Lei nº 9.873/99[9][10], explicitando que prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado[11].

4. REPARAÇÃO OU INDENIZAÇÃO DO DANO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA: POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA MULTA

A Carta Magna de 1998 vem fundamentar que a restauração e a recuperação ambiental em seu art. 225, § 1º, I, estabelece que, para garantir o direito fundamental no que tange ao meio ambiente de forma ecológica e equilibrada, incumbirá ao Poder Público a preservação e ainda a restauração dos processos ecológicos e também o provimento ao manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

No § 2º do referido artigo consta outra norma importante e trata que, aquele que fizer exploração de recursos minerais ficará obrigado na recuperação do meio ambiente em que foi degradado, conforme a solução técnica que é determinada por órgão público que seja competente de acordo com a lei. Com base, nessas

---

[9] "Art. 1º. Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado".
(...)
[10] º. "Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal".
[11] Dino Neto, Nicolao; Bello Filho, Ney; Dino, Flávio. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 445.

exigências normativas constitucionais surgiu o Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), medida que oferece oportunidade para o infrator reduzir em até 90% (noventa por cento) o valor da multa, caso seja cumprido integralmente o plano aprovado para recuperar o dano, comprovado pela autoridade competente sem rejeitar execução, sem nenhum equívoco técnico.

A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente assegura em um de seus objetivos que, ao poluidor e ao predador é imposto a obrigação na recuperação e na indenização dos danos que forem causados por estes conforme prevê o art. 4º, VII, Lei nº 6.938/81. Além disso, possibilita o reconhecimento espontâneo e a responsabilidade em que recai sobre o poluidor na indenização e/ou reparação dos danos que foram causados ao meio ambiente e aos terceiros prejudicados por meio de sua atividade ou empreendimento, independentemente da existência de culpa (art. 14, § 1º, da Lei referida). A aplicação de penalidades administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 14, da Lei nº 6.938/81, não elide a reparação ou indenização que o Poder Público, e de modo especial o Judiciário, possa cominar, como se observa objetivamente no § 1º do aludido artigo 14[12].

Como dito, as multas podem ter sua exigibilidade suspensa se o infrator se obrigar e realizar medidas concretas no âmbito da realidade para fazer cessar e corrigir/reformar a degradação causada ao meio ambiente. Para esse fim deverá ser assinado um termo de compromisso perante a autoridade competente, a qual a motivará aprovará e decidirá de motivadamente, obedecendo ao disposto art. 2º da Lei nº 9.784/99[13].

Então, de conformidade com as normas de regência, as multas podem ser alteradas/modificadas e suas exigibilidades suspensa. Não se trata de uma discricionária faculdade, mas sim de dever legal da Administração, desde que o

---

[12] Steigleder, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental**. Porto Alegre: livraria do advogado, 2011, p.213 e 214

[13] "Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. [12]

Conjunto de medidas que propiciarão à área degradada condições de estabelecer um novo equilíbrio dinâmico, com solo apto para uso futuro e paisagem esteticamente harmoniosa.

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD[12] seja adequado para a devida recuperação ambiental. Portanto, para que não haja controvérsia nas sanções administrativas, é preciso que o agente não extrapole os limites legais em suas decisões, isto é, não imponha carga, obrigação ou prestação mais gravosa que as necessárias para cumprir as exigências normativas de interesse público (Oliveira, 2012).

A primeira das formas de extinção da sanção é o cumprimento da reprimenda legal (esgotamento natural do conteúdo do ato). Por exemplo, na imposição de sanção pecuniária o pagamento voluntário dela extingue a violação administrativa. Também extingue a multa penal a dação em pagamento, conforme previsto do art. 156, XI, do Código Tributário Nacional, acrescentado pela Lei Complementar nº 104/01 [14] . Pode ainda ser excluída a sanção nas infrações praticadas com consideração do elemento subjetivo (culpabilidade), quando ocorrerem hipóteses em que, embora os comportamentos sejam típicos e antijurídicos, não se lhes aplica reprimenda como, por exemplo, em atos praticados por pessoas acometidas de doença mental.

Cumpridas de modo adequado todas as obrigações assumidas pelo infrator, por meio do PRAD este poderá pagar apenas 10% (dez por cento) da multa inicialmente cominada. Havendo interrupção durante o cumprimento das medidas reparatórias, a multa será paga proporcionalmente, em correspondência ao dano não reparado.

Neste contexto, a responsabilidade por degradação ambiental passa a ter dimensão de extrema relevância social, tanto no cenário econômico quanto no político, no jurídico e em relação do equilíbrio do meio ambiente, por denotar também compromisso com a melhor sobrevivência humana. Assim sendo, concluímos neste âmbito que a responsabilidade pela degradação ambiental cabe a cada um e a todos nós, não importando se adulto, jovem, criança, homem ou mulher. Todos devem ter convicção de que o equilíbrio de nossa existência e/ou das

---

[14] Oliveira, Regis Fernandes de. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p.163.

futuras gerações, aqui no planeta terra, depende fundamentalmente de uma conscientização sobre a necessidade de manutenção do meio ambiente global.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inobstante, conclui-se que, a Política Nacional do Meio Ambiente foi criada diante da necessidade de responsabilização dos infratores, nas áreas administrativa, civil e penal, atribuindo a obrigação em reparar os danos resultantes de empreendimentos ou atividades humanas.

Neste âmbito, incide com clareza e visibilidade que se faz necessário que o poder de polícia faça o uso de suas atribuições legais, no sentido de que os órgãos competentes exerçam o seu respectivo poder de fiscalização e coerção do Estado, e em consequência disto, podem aplicar o auto de infração ambiental, que consiste em um documento que dá início ao processo administrativo com o fim de investigar se existe ou não a ocorrência da infração ambiental, com fundamento no princípio da legalidade.

Ademais, deve ser frisado que o agente infrator terá o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa. Assim, serão lavrados os autos de infração ambiental por meio dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e os Agentes capacitados da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil.

Conforme entendimento consolidado na Constituição Federal de 1988, a degradação cometida ao meu ambiente é de responsabilidade do infrator pelo qual incorreu na degradação ambiental. No entanto, não exime a responsabilidade do Poder Público para se preservar e restaurar os processos ecológicos e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

Por fim, é necessário ter conscientização sobre a necessidade de manutenção do meio ambiente global, e passar a compreender que a responsabilidade é objetiva e que, portanto, a obrigação em reparar e também recuperar o meio ambiente, decorre de simples prova do prejuízo, bastando que seja uma conduta, seja ela

omissiva ou comissiva, mas que concorra para a prática de uma infração de cunho ambiental.

REFERÊNCIAS

DINO NETO, Nicolao; BELLO FILHO, Ney; DINO, Flavio. **Crimes e Infrações Administrativas Ambientais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11 ed. rev. atual. e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2003.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente:** direito e dever fundamental.
Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 16. ed. São Paulo:
Revista dos Tribunais, 1991.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo:
Revista dos Tribunais, 2012.

RIBEIRO, Antônio Carlos Silva. **Dicionário Jurídico Universitário**. Minas Gerais: Tático, 2008.

SAMPAIO, Francisco José Marques. **Responsabilidade Civil e Reparação de Danos ao Meio Ambiente.** 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1998.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade Civil Ambiental:** As Dimensões do Dano Ambiental no Direito Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2011.

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL NA CIDADE DE ALTAMIRA - PARÁ: FRAGILIDADES E FORTALEZAS

Process of recruitment and selection of personnel in the city of Altamira - pará: fragilities and strengths.

Wania Paula da Costa[15]

Ana Carolina Perroni Lima[2]

Vanessa da Silva Pedrosa[3]

Maria da Consolação Lacerda de Sá[4]

Alanna Cecília Augusto da Silva[5]

Alex de Souza Jerônimo[6]

Yara Gomes Duarte de Oliveira[7]

Aléxa Rodrigues do Vale[8]

Jenifer Maria da Silva Ribeiro[9]

RESUMO: O presente artigo refere-se sobre as dificuldades para recrutar e selecionar candidatos na cidade de Altamira – Pará. O objetivo deste foi realizar um estudo ressaltando os motivos pelo qual apesar da grande quantidade de vagas é tão difícil encontrar bons profissionais na região. A pesquisa foi realizada com base em dados catalogados. Buscou- se também com o estudo verificar as convergências e divergências de uma cidade em ascensão, e o grau de importância que se tem em ter excelentes profissionais e analisou os benefícios e/ou obstáculos enfrentados pelos profissionais que procuram trabalho nesta região, tanto nas dificuldades de locomoção, aperfeiçoamento e outros impedimentos. A metodologia foi baseada em elementos estatísticos disponível em fontes comunicativas sobre o tema e trouxe como resultados indícios significativos em relação aos pontos negativos voltados para as fragilidades do recrutamento de pessoas e a positividade do desempenho proporcionado por esta pesquisa de interesse social.

PALAVRAS-CHAVE: Altamira. Recrutamento. Profissionais. Seleção.

ABSTRACT: This article focuses on the difficulties of recruiting and selecting candidates in the city of Altamira - Pará. The purpose of this study was to carry out a study highlighting the reasons why, despite the large number of places, it is so difficult to find good professionals in the region. The research was carried out based on cataloged data. The study also sought to verify the convergences

[15] Docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Xingu. Licenciada em Psicologia pelo Instituto de Ensino Superior – IESPES. E-mail: waniapaulacosta@gmail.com. [2]Psicóloga formada pela UCDB, Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela UCDB, Especialista em Dinâmica. [3,4,5,6,7,8,9] Docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Xingu, membros do grupo de trabalho em saúde coletiva.

and divergences of a rising city, and the degree of importance it has to have excellent professionals and analyzed the benefits and / or obstacles faced by professionals who seek work in this region, both in the difficulties of locomotion, improvement and other impediments. The methodology was based on statistical elements available in communicative sources on the subject and brought as results significant indications in relation to the negative points directed to the weaknesses of the recruitment of people and the positivity of the performance provided by this research of social interest.

KEYWORDS: Altamira. Recruitment. Professionals. Selection.

INTRODUÇaO

Em primeira análise, o mundo vive hoje um momento de transição fantástico que se reflete na busca incessante pelo incremento da competitividade organizacional, o que não difere da cidade de Altamira no Pará, região Norte do país. Tal desafio, por sua vez, pode ser apontado como um dos responsáveis pela necessidade da qualidade.

Neste contexto, é crucial às organizações pensar em sedimentar suas habilidades e potenciais para abraçar o novo conceito de trabalho, bem como os desafios a ele inerentes. Para tanto, é preciso falar em qualidade de vida no trabalho, sendo que há uma dificuldade encontrada na região de se conseguir o mesmo, assim como as empresas esbarram com uma grande dificuldade em encontrar profissionais qualificados.

Portanto, é perfeitamente pertinente o desenvolvimento de aspectos que favoreçam o entendimento e o desenvolvimento do que possa estar acontecendo diante de nossos olhos aqui nessa cidade.

A busca de emprego de pessoas de outras regiões é grande, e é importante ressaltar que o ser humano traz consigo sentimentos, ambições, cria expectativas, envolve-se, busca o crescimento dentro daquilo que desenvolve e realiza.

Então, é preciso que deixemos de lado aquela idéia de que o homem trabalha tão somente para a obtenção do salário, que nega seus sentimentos, que não se frustra com a falta de crescimento, e ainda diante de outra grande questão é uma cidade que antes era vista como voltada para a agricultura e nesse momento

passa por uma transição devido à construção da barragem de Belo Monte, também uma razão a grande dificuldade em encontrar os profissionais qualificados.

Como moradoras da cidade e atuando no mercado de trabalho percebemos a necessidade de buscar um conhecimento acerca das necessidades e benefícios desta Região. Para isso, inicialmente tece-se considerações sobre a questão, a seguir aborda-se teoricamente o recrutamento e seleção, para então, expor a experiência desenvolvida, também como finalidade discutir o processo de recrutamento e seleção de pessoal, que hoje em dia se tornou fundamental dentro das organizações, procurando os melhores e mais qualificados profissionais da área, seja a empresa de pequeno, médio ou grande porte, é de supra importância o setor de recrutamento e seleção.

DESENVOLVIMENTO

Mercado atual

Histórico do município de altamira – Pa

O primeiro homem branco a subir no rio Xingu, ultrapassando o trecho encachoeirado da Volta Grande, em meados do século XVII, foi o jesuíta Roque de Hundefund, que fundou uma missão (aldeamento de silvícolas para a catequese) no médio Xingu, próximo à foz do igarapé Panelas (IBGE, 2010).

Com a ascensão ao poder em Portugal do Marquês de Pombal, as obras dos jesuítas foram irremediavelmente perdidas. Somente em 1841, o Pe. Antônio Torquato de Souza, da Paróquia de Souzel, reabre a picada que ligava, por terra, o igarapé Tucuruí, no baixo Xingu, à Missão Imperatriz, mais acima. Foi aberta uma picada, ligando o baixo ao médio Xingu que o Cel. Francisco Gayoso tentou transformar em estrada, já agora apoiado pelo braço escravo africano. Foi, porém surpreendido pela Lei Áurea que o privou do trabalho escravo (IBGE, 2010).

Em 1880, Agrário Cavalgante retomou os trabalhos do Cel. Gayoso, retificando o traçado da estrada, partindo do local onde se encontra hoje a Sede do município de Vitória do Xingu e chegando à foz do igarapé Ambé, ali construindo um Forte que recebeu sua denominação. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Altamira, pela lei estadual nº 1234, de 06-11-1911, desmembrado de Souzel. Sede na atual vila de Altamira. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1912 (IBGE, 2010).

Elevado à condição de cidade com a denominação de Altamira, pela lei estadual nº 1604, de 27-09-1917. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 8, de 31-10-1935, Altamira passou a denominar-se Xingu. Sob a mesma lei adquiriu o distrito de Porto de Moz do município de Gurupá. Em divisão territorial datada de 31-XII-1936, o município aparece constituído de 11 distritos: Altamira, Novo Horizonte, São Felix, Porto de Moz, Tapará, Vilarinho de Monte, Vieiros, Pombal, Aquiqui, Souzel e Alto Xingu. Todos os distritos pertencentes ao extinto município de Porto de Moz (IBGE, 2010).

Em divisão territorial datada de 1937, o município é constituído de três distritos: Altamira, Novo Horizonte e São Felix. Pelo decreto estadual nº 2805, de 10- 12-1937, desmembra os municípios de Xingu os distritos de Porto de Moz, Vieiros e Vilarinho do Norte. Para formar novamente o município de Porto de Moz. Pelo decreto-lei estadual nº 2972, de 31-03-1938, o município de Xingu voltou a denominar-se de Altamira. Sob o mesmo decreto são extintos os distritos de Tapará e Vieiros, sendo seus territórios anexados ao distrito sede de Porto de Moz (IBGE, 2010).

Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31-10-1938, o distrito de São Felix é extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Novo Horizonte, do mesmo município de Altamira. Sob a mesma lei o distrito de Alto Xingu é extinto, sendo seu território anexado ao distrito de Souzel do município de Porto de Moz (IBGE, 2010).

Pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30-12-1943, o distrito de Novo Horizonte passou a denominar-se Gradaús. Em divisão territorial datada de 1-VII-

1950, o município é constituído de dois distritos: Altamira e Gradaús ex-Novo Horizonte. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, desmembra do município de Altamira o distrito de Gradaús.

Para formar o novo município de São Félix do Xingu. Em divisão territorial datada de

31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Pela lei estadual nº 1139, de 11-05-1965, é criado o distrito de Vitória e anexado ao município de Altamira (IBGE, 2010).

Em divisão territorial de 1-I-1979, o município é constituído de dois distritos: Altamira e Vitória. Pela lei estadual nº 5701, de 13-12-1991, desmembra do município de Altamira, o distrito de Vitória. Elevado à categoria de município com a denominação Vitória do Xingu. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. É um município brasileiro localizado no estado do Pará, na Região Norte do país. Até 2009, foi o maior município do mundo em extensão territorial, com uma área de 159 695,938 km² (IBGE, 2010).

A rodovia Transamazônica atravessa o município no sentido leste-oeste numa extensão de 60 km, ligando Altamira a Belém (800 km), Marabá (500 km), Itaituba (500 km) e Santarém (500 km). Característica notória do município é sua hidrografia: Altamira está cravada às margens do rio Xingu, com sua série de afluentes e cachoeiras que se distribuem por toda a região (IBGE, 2010).

Desde 2009, Altamira atrai atenções por ser a cidade mais próxima da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cujo impacto dividem opiniões. Os cidadãos locais no geral aprovam a obra, apesar de admitirem que o inchaço populacional trouxesse problemas.

O empreendimento de R$ 30 bilhões fez a população altamirense saltar de 100 mil segundo o Censo de 2010, para mais de 140 mil, na avaliação da prefeitura. Dentre os problemas estão a piora do trânsito local causada pelo aumento da frota

de motocicletas muitas das quais são dirigidas por motoristas sem carteira de habilitação e um aumento na violência.

Devido a tudo o que está ocorrendo na cidade atraiu muitos profissionais pra região, mas profissionais esses que não estão cobrindo as vagas em aberto, com isso necessitam de um estudo pra verificar o que vem a dificultar o processo de recrutamento e seleção (IBGE, 2010).

Belo Monte

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte se destaca como a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, e sua construção, que já dura mais de duas décadas, se destaca pela gama de conflitos e discussões de ordem política, econômica, sociológica e ambiental, por exemplo, (CAMPOS, 2010).

Belo Monte é um projeto de construção de uma usina hidrelétrica previsto para ser implementado em um trecho de 100 quilômetros no Rio Xingu, no Pará. O projeto prevê a construção de uma barragem principal no Rio Xingu, localizada a 40 km abaixo da cidade de Altamira, no Sítio Pimentel, sendo que o Reservatório do Xingu, localiza-se no Sítio “Bela Vista”. (CAMPOS, 2010).

Um projeto complexo como o da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com estudos que se estenderam por mais de 30 anos antes do início das obras, rendeu a edição da Cartilha “Conheça a UHE Belo Monte”, que irá contribuir com o debate sobre sua construção, no Rio Xingu.

O material elaborado pela Norte Energia S. A., já está em sua segunda atualização, trazendo informações técnicas sobre o empreendimento, tanto do ponto de vista da engenharia quanto dos benefícios socioambientais que levará aquela região do Pará. O texto foi traduzido para os idiomas Inglês e Espanhol, de forma a esclarecer os principais aspectos da usina ao maior número de interessados.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte trata-se de um assunto antigo, mas bastante atual, pois todos os dias surgem novos elementos para comporem a sua

história e lhe fazer ganhar cada vez mais importância, haja vista se tratar de um elemento que antecede uma linha divisória entre o velho e destrutivo modelo energético (usinas hidrelétricas), e as novas formas de geração de energia limpa, renovável e barata, em consonância com o ideal de desenvolvimento sustentável (CAMPOS, 2010).

Mercado

No contexto atual onde o mercado está altamente competitivo e o principal diferencial das organizações são as pessoas, que estejam realmente dispostas a aprender, a crescer e a se qualificar, o desafio do Recrutamento e Seleção em Altamira - Pará se aplica praticamente para todo território nacional aumentando a criticidade em algumas localidades. Idealmente falando, o poder público deveria assumir a responsabilidade por uma educação de maior qualidade e acessível a todos.

> Aquilo a que chamamos de mercado é o conjunto das relações de outras trocas entre agentes colocados em concorrência, interações diretas que dependem da estrutura socialmente construída das relações de força para a qual os diferentes agentes envolvidos no campo contribuem com diversos graus através das modificações que lhe conseguem imporem, usando nomeadamente dos poderes estatais que estão em situação de controlar e orientar. Com efeito, o Estado não é apenas o regulador encarregado de manter a ordem e a confiança, é o árbitro encarregado de controlar as empresas e as suas interações que normalmente nele vemos (BOURDIEU, 2001, p, 45).

A uma grande disputa das empresas em para captar talentos pela escassez de mão de obra qualificada no mercado de Altamira, o qual é decorrente de um sistema educacional ruim, profissionais com ausência de conhecimento de outros idiomas, desinteresse do profissional por adquirir novos conhecimentos ou ambição excessiva - crescimento profissional e a qualquer custo (TAVARES, 2015).

Sendo que as empresas não estão fora quando se trata de fazer algo pelo profissional, muitas delas não têm programas claros de desenvolvimento, carreira e sucessão para seus profissionais, principalmente para os melhores talentos. Isso

pode fazer com que as empresas percam profissionais por não terem clareza de suas possibilidades futuras e, em segunda instância, dificulta e torna mais lenta a reposição do profissional (TAVARES, 2015).

As dificuldades são de nível nacional como diz a pesquisa realizada em julho pela Central Brasileira do Setor de Serviços – Cebrasse, por meio do Grupo Ipema, focou o problema da falta de qualificação profissional que impacta a totalidade das empresas. A entidade representa 80 federações, sindicatos, associações e empresas dos mais diversos segmentos da prestação de serviços – setor responsável por dois terços do PIB e pelos maiores índices de empregabilidade no País (TAVARES, 2015).

O problema cresce aceleradamente nesse mercado. Em março, na avaliação das questões de ordem interna que afetam o incremento dos negócios, a retenção e a manutenção de mão de obra qualificada apareciam em último lugar (27%) entre os seis maiores desafios na gestão dos negócios. Em julho, a questão passa para o segundo lugar (52%), perdendo apenas para a manutenção de preços competitivos (57%) (TAVARES, 2015).

De acordo com a pesquisa a região do Norte e Nordeste estão 18% dos que respondem a pesquisa. No Norte, ampla indisponibilidade é observada nas funções de serviços gerais e de teleatendimento. O Nordeste é a região onde menos se detecta falta de funcionários para diversas funções: média de 14% para motorista e segurança do trabalho; e em torno de 10% para supervisor, coordenador, fiscal e inspetor (TAVARES, 2015).

Recrutamento e seleção

O grande avanço das indústrias aconteceu após a revolução industrial, consequentemente a necessidade também de um número maior de mão de obra. Com a industrialização e com a forma de gerenciamento que ocorreu no início dessa era industrial, não havia a necessidade de mão de obra com muita

especialização. Ao longo dos anos com desenvolvimento da tecnologia aumento de concorrência e globalização começa existir uma necessidade bem maior de mão de obra especializada (LISBOA, 2011).

Com toda essa evolução a necessidade de um recrutamento bem realizado otimizando recursos e promovendo pessoas ideais para cargos em organizações trazem consequências benéficas às empresas de todos os portes. O recrutamento adequado garantirá condições para uma gestão organizada que acaba por promover mais sucesso à empresa e economia com abstinência e rotatividade de pessoas, além de conseguir maiores resultados com pessoas mais eficientes e comprometidos com os ideais da organização. (LISBOA, 2011).

De acordo com (CHIAVENATO, 2001), a excelência almejada pelas empresas como uma alternativa de sobrevivência, pode ser alcançado principalmente, na base de investimentos em recrutamento, treinamentos, capacitação e desenvolvimento das pessoas, porém, faz-se necessário um adequado sistema de avaliação de desempenho capaz de indicar o acerto ou não das medidas tomadas.

Atualmente, todas as empresas precisam ter um setor para a função de Recrutamento e Seleção de Pessoal, seja ele micro, macro, privada, governamental ou prestadora de serviços, tendo como a missão de recrutar profissionais no mercado de recursos humanos, usando técnicas internas e externas.

Segundo Chiavenato (1985), recrutamento é o conjunto de procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos dentro da organização. É um sistema de informação através do qual a organização divulga e oferece ao mercado de recursos humanos, oportunidades de emprego que pretende preencher.

> O recrutamento corresponde ao processo pelo qual a organização atrai candidatos no mercado de recursos humanos para abastecer seu processo seletivo. Na verdade, o recrutamento funciona com processo de comunicação: a organização divulga e oferece oportunidades de trabalho ao mercado de recursos humanos. (CHIAVENATO, 2010, p.114).

Outra definição é dada por Lodi (1967), sendo classificado como um processo de procurar empregado. Essa competição ocorre entre os empregadores e de outro os próprios profissionais, onde esses empregadores competem em termos de melhores salários, condições de trabalho e benefícios oferecidos, e os candidatos competem em termos de qualificação, que inclui habilidade, conhecimento, experiência e personalidade. Em períodos de crise o mercado recebe maior oferta de candidatos, que é maior do que a procura. E em tempos de crescimento e desenvolvimento econômico a disputa por candidatos aumenta.

A função do recrutamento é ter o máximo de criatividade para despertar um maior interesse na maior quantidade de candidatos. O recrutamento é iniciado a partir da requisição de pessoal e termina após a primeira entrevista de triagem. Para algumas empresas, tem início na busca dos candidatos, ou seja, após a chegada da requisição nas mãos dos selecionadores, e a seleção inicia-se com a realização das provas para os aprovados no recrutamento, terminando por ocasião da assinatura do contrato de experiência. Outras empresas consideram o término de seleção, quando o funcionário passa o período de experiência para efetivado (LISBOA, 2011).

Depois de realizado o recrutamento, a etapa seguinte é selecionar o candidato em destaque, ou seja, aquele que está mais preparado as funções exigidas pelo cargo (ALMEIDA, 2004).

A seleção de pessoas funciona como uma espécie de filtro que permite que apenas algumas pessoas possam ingressar na organização; aquelas que apresentam características desejadas pela organização. A seleção de busca, aqueles que são mais adequados aos cargos existentes na organização, visando manter ou aumentar a eficiência e o desempenho do pessoal, bem como a eficácia da organização (CHIAVENATO, 1985).

De acordo com Chiavenato (1999):

> A seleção busca, dentre os vários candidatos recrutados, aqueles que são mais adequados aos cargos existentes na organização, visando manter ou aumentar a eficiência e o desempenho do pessoal, bem como a eficácia

> da organização. No fundo, está em jogo o capital intelectual da organização que a seleção deve preservar ou enriquecer.

Conforme Chiavenato, (1999) selecionar candidatos que se enquadrem nos pré-requisitos primários exigidos pela empresa. Após a especificação do cargo, analisar as características do candidato, o que o cargo requer análise e descrição do cargo para saber quais os requisitos que o cargo exige de seu ocupante versus o que o candidato pode oferecer técnicas de seleção para saber quais as condições pessoais para ocupar o cargo.

> Em uma época em que os avanços tecnológicos contribuem para o surgimento de empresas cada vez mais competitivas, pessoas são consideradas verdadeiras capitais humanas, peças fundamentais para o sucesso da empresa, contribuindo de forma efetiva para alcance dos resultados das organizações (GRAMIGNA, 2004).

Após a comparação realizada entre especificações de cargo e características oferecidas pelos candidatos, pode acontecer de vários destes apresentarem condições próximas ou equivalentes para a indicação do cargo disponibilizado pela empresa. Então, é necessária aplicação de vários outros procedimentos para a classificação apenas de um candidato, se baseando nos seguintes passos: Entrevistas; Provas de conhecimento; Testes psicológicos; Técnicas vivenciais; Avaliação de saúde.

“O processo de seleção é conduzido por normas e procedimentos criados para a atração de pessoas e deve estar ligado às necessidades e à cultura de cada empresa”. (CHIAVENATO, 1985).

Experiência profissional

O projeto iniciou devido a minha experiência no mercado de trabalho de Altamira, estava colaborando com o setor de Rh com Recrutamento e Seleção e pude visualizar a grande dificuldade em encontrar profissionais qualificados para as vagas que surgiam, entre elas estavam as de nível fundamental, médio e superior, desde a entrega de currículos que não supriam a grande demanda de

vagas, havia também a dificuldade de se encontrar perfil que casasse com a vaga em aberto, e outra questão que dificultava o trabalho era devido às questões básicas como falta de creches, quem poderia cuidar das crianças, transporte, entre outras.

Em relação ao nível superior vê-se a falta de preparo prático e teórico pra desenvolver as atividades, em outras palavras cursos de baixa qualidade, não se pode generalizar, mas uma grande massa de candidatos encontra-se nessa situação, não se esquecendo de comentar acerca dos salários, há uma grande desigualdade de salário, enquanto uma empresa paga bem seus funcionários, outras deixam a desejar, isso colabora muito na questão dos candidatos que buscam essas vagas, além de já irem desmotivados, não querem, pois em outro local paga-se melhor.

Portanto em meio há tantas dificuldades e dúvidas do que poderia estar colaborando com esta situação, vi a necessidade de realizar um estudo, e durante o levantamento dos dados pode-se verificar várias questões envolvidas no processo, tais como: emprego, comércios abrindo em grandes proporções, movimentação de pessoas, entre outras.

Dessa forma acredita-se que este projeto poderá beneficiar o Município quando se trata de mercado de trabalho e mão de obra, e podem-se perceber muitos desafios enquanto trata-se da construção da hidrelétrica de Belo Monte, mesmo no presente e também em um futuro próximo, onde espera que este grande empreendimento venha a proporcionar desenvolvimento para a região em todos os setores disponíveis em relação a esta obra que está voltada para o cultural, social, econômico e político do local e os municípios vizinhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As exigências feitas pelas empresas estão aumentando e os candidatos devem estar dentro das qualificações exigidas por elas para evitar maiores

problemas, como por exemplo, uma rápida demissão. A falta de um recrutamento e seleção pode causar sérios prejuízos para empresa, como falha no atendimento aos clientes, baixa motivação dos funcionários, redução da rotatividade de pessoas e má colocação de pessoas para preencher o cargo certo.

Em análise nota-se que o recrutamento é essencial, pois apresenta as oportunidades pelas quais serão dadas ao mercado onde pessoas se beneficiarão e as empresas também, criando para a mesma, formas de soluções e direcionamento nos resultados em seus trabalhos. A seleção acontece para filtrar os perfis apresentados onde analise é cuidadosamente executada com a finalidade de encontrar o perfil que se encaixe adequadamente ao cargo proposto.

O papel do administrador de Recursos Humanos no processo de recrutamento e seleção é de suma importância para empresa para que a mesma tenha um bom desenvolvimento. Dessa forma, é preciso ter bons candidatos e selecionar os melhores, o que na cidade de Altamira no Pará encontra-se como uma grande questão, por inúmeros motivos, entre os quais posso citar o fato dos salários não serem condizentes com os valores encontrados, por exemplo, na alimentação, preços exorbitantes, e outro motivo que podemos citar é o inchaço populacional.

Determinadas soluções podem ser implantadas, como tentativa de “melhorar” a situação, em primeiro lugar o salário dos profissionais da região, novos cursos, tanto técnicos, quanto de nível superior, no qual o governo poderia atuar com programas de incentivo fiscal a prestadores o qual vale ressaltar deixa a desejar, novas fontes de recrutamento, parcerias com fontes externas de capacitação ou com sindicatos de trabalhadores, a ampliação do número de escolas técnicas, e de nível superior, a busca de profissionais de outras regiões, a questão está em atrair e reter profissionais altamente qualificados, vale citar que isso já vem sendo empregado, entre outras.

Diante de tanta indisponibilidade, realizar programas de treinamento e capacitação dentro das próprias empresas.

Algumas considerações citadas poderiam contribuir e aprimorar o processo de recrutamento e seleção na cidade de Altamira/ Pará.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Walnice. **Captação e seleção de talentos repensando a teoria e a prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALMEIDA, Vanessa Monteiro de; CALZA, Elisa B. Ferraz. Recrutamento e Seleção de Pessoal. Projeto de Pesquisa de Monografia de Conclusão de Curso. **Curso de Graduação em Administração**. Faculdade Cenecista de Capivari – CNEC. 23 páginas, 2010.

CAMPOS, S. R. M. E SILVA, V. P. **A efetividade do estudo de impacto ambiental e do licenciamento em projetos de usinas hidrelétrica**. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

CEBRASSE. Central Brasileira do Setor de Serviço. *Notícias Cebrasse e Associados.* Disponível em <www.cebrasse.org.br/1584> Acesso em 05 junho 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas:* **O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

GRISCI, Carmen Lígia Lochins; LAZZAROTTO, Gislei. *Psicologia Social no Trabalho.* In: Strey, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea: Livro- texto.**
Petrópolis: Vozes, 1998, pp.23-240.
Datafolha Instituto de Pesquisas. *Moradores de Altamira a favor ou contra Belo Monte.* Disponível em:

<data folha. Folha. uol.com. br/opinião-publica/2013/12/1386247-para-moradores-de-altamira-belo-monte-trouxe-renda-e-problemas.shtml> Acesso em 05 junho 2015.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. **Itinerário Teórico em**
Psicopatologia do Trabalho. In: Dejours, Christophe; Abdoucheli, Elizabeth; Jayet, C. Psicodinâmica do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

Divisão Territorial do Brasil **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Acesso 12 junho.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectiva**. São Paulo: Atlas, 2002.

EBOLI, Marisa. **O desenvolvimento das pessoas e a educação corporativa.** In: FLEURY, Maria Tereza Leme (org.). *As pessoas na organização. São Paulo: Gente,* 2002.

FERNANDES, Daniele Mota**. Recrutamento e Seleção: processo fundamental para a escolha de uma boa equipe profissional.** / Daniele Mota Fernandes. Paracatu: Faculdade TECSOMA, 2011.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelos de competências e gestão de talentos.** São Paulo: Pearson/Makron Books, 2004.

LACOMBE, F. J. M. & HEILBORN, G. L. J. (2003). **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva.

LAWLER III, E. Estratégia versus funcionários. HSM Management, São Paulo: HSM **Cultura e Desenvolvimento,** p. 12-15, set./out. 1998.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZON, L.; TREVIZAN, M.A. Recrutamento e seleção de recursos humanos em um hospital psiquiátrico de um município paulista. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 4, p. 81-87, agosto 2000.

RUAS, Roberto; FLEURY, Maria Tereza Leme & DUTRA, Joel Souza (Orgs.). **Competência: conceitos, métodos e experiências**. São Paulo: Atlas, 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. Ed. rev. E ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, Lúcia. CEBRASSE. CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE

SERVIÇOS. 2015. Disponível em: <http://www.cebrasse.org.br/1584> Acesso em maio de 2015.

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O PROCESSO DE TRABALHO NAS URGÊNCIAS HOSPITALARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

HOSPITAL RECEPTION RISK CLASSIFICATION AS A STRATEGIC TOOL FOR THE WORK PROCESS IN HOSPITAL EMERGENCIES: A SYSTEMATIC REVIEW

Sayonara Oliveira dos Santos*

RESUMO

A superlotação dos serviços de urgência/emergência nos hospitais públicos brasileiros tem gerado preocupação significante entre profissionais da saúde e gestores.Este estudo busca analisar o acolhimento com avaliação e classificação de risco como ferramenta estratégica para reorganização do processo de trabalho nas urgências hospitalares. A revisão sistemática foi elaborada através de artigos publicados entre os anos de 2008 a 2012, no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando o SCIELO e Lilacs como base de dados. Como ferramenta estratégica para reorganização e reestruturação das urgências/emergências hospitalares faz-se imprescindível adotar essa nova tecnologia no fazer saúde que consequentemente acarretará benefícios para os usuários, gestores, trabalhadores da saúde e toda a rede do sistema de saúde brasileiro.

Palavras-chave: Acolhimento, Urgência, Emergência.

Abstract

The overcrowding of urgent / emergency services in Brazilian public hospitals has generated significant concern among health professionals and managers. This study seeks to analyze user embracement with risk assessment and classification as a strategic tool for reorganizing the work process in hospital emergencies. The systematic review was carried out through articles published between 2008 and 2012, on the Virtual Health Library (VHL) website, using SCIELO and Lilacs as a database. As a strategic tool for the reorganization and restructuring of hospital urgencies / emergencies, it is essential to adopt this new technology in health care, which consequently will bring benefits to users, managers, health workers and the entire Brazilian health system network.

Key words: reception, urgency, emergency.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o sistema de atenção às urgências hospitalares no Brasil, tem apresentado significativos avanços em relação a conceitos e definições de novas tecnologias, leves, duras e leves-duras, como também estratégias para a incorporação das mesmas no atendimento em rede. Objetivando assim, a reorganização do processo de trabalho nas urgências, a resolubilidade dos

atendimentos e concomitantemente ampliar a cobertura e o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) (GARLET et al, 2009).

Entretanto, a atenção às urgências tem acontecido, predominantemente, nas unidades de pronto atendimento abertos nas 24 horas e nos serviços hospitalares. Esses serviços são responsáveis por atendimentos em situações que são de sua estrita responsabilidade e competência, bem como por um volume abundante de ocorrências não urgentes/emergentes que poderiam ser atendidas e sanadas por estruturas de outro nível de atendimento.Desta forma ocorre uma desestruturação no processo de trabalho dos profissionais de saúde que atuam nas urgências/emergências, fazendo com que os mesmos não consigam prestar atendimento de boa qualidade, prestar assistência singular ao usuário e ter insumos e tecnologias suficientes para produzir saúde com prioridade e resolubilidade (MACIAK et al, 2009).

Essas ocorrências podem ser identificadas em grande parte das unidades públicas de urgência/emergência do Brasil, e tem causado uma interferência considerável no processo de trabalho da equipe, na qualidade do cuidado prestado à população, e na superlotação das unidades de atenção ás urgências/emergências (MINAYO, DESLANDES, 2008).

Alicerçado no contexto histórico do fazer saúde no Brasil, ressalta-se que o modelo assistencial biomédico, que prevaleceu na construção da rede de saúde SUS, e que tem a assistência centrada na doença, constituiu-se uma visão por usuários e trabalhadores da saúde, um conceito curativo e não preventivo da saúde. Esse modelo corroborou para a formação de serviços de saúde fragmentados, com déficits na integralidade da atenção á saúde, centralidade de atendimento em unidades hospitalares e subutilização de serviços de outros níveis de atendimento (OLIVEIRA et al, 2009).

Assim, os serviços de urgência e emergência são vistos pelos os usuários como porta de entrada do SUS, para solucionar situações que poderiam ser sanadas, muitas vezes, na Atenção Primária à Saúde, pelas Unidades de Saúde da

Família (USF's) que são caracterizadas pela promoção, prevenção e educação em saúde, constituindo assim, a real porta de entrada da rede SUS (ROMANI et al, 2009).

Estabelecida pelo Ministério da Saúde (MS) em 2003, a Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), o HumanizaSUS, tem por objetivo fazer da humanização uma ação capaz de fortalecer e ratificar o SUS como política pública de saúde, assegurando que a assistência seja fundamentada em suas diretrizes - igualdade, universalidade e equidade (BRASIL, 2010 a).

Os valores que constituem essa política perpassam pela autonomia, o protagonismo dos sujeitos, o estabelecimento de vínculos solidários, a corresponsabilidade entre os envolvidos, a construção de redes de cooperação e a participação coletiva no processo da gestão (BRASIL, 2010 b).

Dentre as diretrizes do programa, o acolhimento configura-se como uma de grande relevância, onde é definido como um conjunto de práticas de saúde que fomentam a corresponsabilidade dos sujeitos envolvidos seja ele profissional gestor ou usuário (BRASIL, 2009).

Para que essa diretriz seja praticada é imprescindível que os profissionais sejam qualificados e preparados para prestar acolhimento de qualidade, respeitando a singularidade dos sujeitos, suas queixas, suas especificidades. E assim assegurar a assistência humanizada, integral, com acesso a serviços externos, com resolutividade no atendimento buscando a transversalização da rede de atenção à saúde (BRASIL, 2010 a).

Contudo, este tipo de acolhimento ainda não é a realidade na grande maioria dos serviços de urgência/emergência da rede SUS. Rotineiramente, o que se encontra são prontos-socorros com excedente de usuários, superlotação, poucos profissionais para realizar atendimento, uma infraestrutura que não comporta o número da demanda e um sistema de acolhimento muitas vezes realizado por profissionais desqualificados sem realização da classificação de casos clínicos graves com risco de morte eminente, e usuários que possuem quadros clínicos

moderados ou leves que por algum motivo não conseguiram atendimento na rede primária de cuidados (BRASIL, 2010 b).

Assim em 2004, o Ministério da Saúde lança o Programa de Acolhimento e Classificação de risco nos serviços de urgências, visando à humanização do atendimento através da escuta ativa e qualificada do usuário que procura os serviços de urgência e emergência, utilização dos protocolos como instrumento norteador de classificação e identificação de prioridades médicas mediatas e imediatas, construção de fluxos de atendimento através da utilização da rede de assistência á saúde e realização de atendimento através da gravidade da ocorrência e não por ordem de chegada, como tem ocorrido corriqueiramente nos serviços de urgência/emergência e assim possam-se reorganizar os fluxos de atendimentos nos serviços de urgência/emergência do Brasil desafogando essas unidades e proporcionando atendimento de qualidade e resolubilidade (BRASIL, 2006 a).

O acolhimento com classificação de risco pode ser qualificado como uma forma de atuar nos processos de trabalho em saúde em rede, buscando atender a todos que procuram o serviço de urgência/emergência, ouvindo seus motivos e adotando uma postura capaz de acolher, ouvir e direcionar as respostas e soluções mais adequadas a cada usuário e suas necessidades (BRASIL, 2006 b).

Visa também proporcionar um atendimento com resolutividade e responsabilização, orientando o usuário e sua família em relação a outros serviços de saúde e assim ter continuidade da atenção na assistência e articulando com outros serviços a garantia eficácia desses encaminhamentos realizados (BRASIL, 2006 b).

Deste modo, desenvolveu-se este estudo com o objetivo de analisar o acolhimento com avaliação e classificação de risco como ferramenta estratégica para reorganização do processo de trabalho nas urgências hospitalares.

METODOLOGIA

Na construção deste artigo, fez-se uso da revisão sistemática que tem por característica a utilização de dados encontrados na literatura sobre determinado

tema para a fundamentação da investigação, caracterizando assim a forma de pesquisa realizada. Esse tipo de averiguação fornece umasíntese das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, por meioda utilização de procedimentos explícitos e sistematizados de busca, crítica e resumo da informação selecionada (SAMPAIO, MANCINI, 2007).

GUIDUGLI, (2000) afirma que para a elaboração da revisão sistemática, no primeiro momento o revisor determina a pergunta específica, identifica as bases de dados a serem pesquisadas, define as palavras-chave e estratégia de buscas, estabelece os critérios para a seleção dos artigos, define a seleção inicial dos artigos, aplica os critérios na seleção dos artigos, analisa, avalia e critica os estudos incluídos na revisão, prepara um resumo e apresenta uma conclusão, informando a evidência sobre os efeitos da intervenção.

Portanto, trata-se de uma pesquisa do tipo retrospectiva e secundária, isto é, a revisão édelineada e conduzida após a publicação de pesquisas que já foram realizadas sobre um assunto. A revisão sistemática está intrinsecamente associada à qualidade da fonte primária consultada (SAMPAIO, MANCINI, 2007).

No embasamento teórico deste estudo, foram utilizados artigos publicados entre os anos de 2008 a 2012, no site da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando as seguintes bases de dados: SCIELO e Lilacs. A busca foi feita com os seguintes descritores: “assistência á saúde”, “serviços de urgência e emergência”, “acolhimento e humanização”, “organização do trabalho de urgência e emergência”, “ gestão e estratégias em urgência e emergência”. Além disso, foi incluso também os manuais e arquivos do Ministério da Saúde (MS), que reportam sobre os serviços de urgência e emergência no país e concomitantemente as específicas normatizações e regulamentações, sendo utilizados 10 documentos, por ser de fundamental utilização para a pesquisa sistemática.

RESULTADOS

Utilizando o descritor “assistência a saúde”, foram encontrados 85 artigos no idioma português com textos completos na Internet. Após leitura dos resumos,

apenas 5 tinham relação com o estudo. Os descritores “serviços de urgência e emergência”, foram encontrados 57 artigos completos em português, após leitura dos resumos, observaram-se que apenas 9 tinham relação com o estudo em questão. Com relação às palavras “acolhimento e humanização”, foram encontrados 65 artigos completos em português, porém após leitura dos resumos, apenas 7 tinham relação com a pesquisa. Para os descritores “organização do trabalho em urgência e emergência” encontraram um total de 20 artigos completos em português, dentre os quais apenas 9 foram úteis para o estudo. E por último utilizando os descritores

“gestão e estratégias em urgência e emergência”, foram localizados 74 artigos no idioma português com textos completos, porém apenas 17 poderiam ser utilizados por possuírem relação com a pesquisa. Dessa forma chegou-se a um total de 47 artigos, onde após a leitura deles, apenas 21atendiam o objetivo da pesquisa. O período de levantamento dos dados utilizados transcorreu de junho de 2010 a agosto de 2012.

DISCUSSÃO

Serviços de Urgência e Emergência no Brasil

A urgência determina um estado de atendimento prioritário e singular a um paciente em detrimento de outros, por apresentar um quadro de afecção que evolui para mal prognóstico e concomitantemente tende a rapidamente evoluir para um estado grave, caracterizando a necessidade de atendimento imediato, sem permanecer na “fila de espera” ou ater esperar por atendimento em consulta eletivo (ULHÔA et al, 2010).

Os serviços de urgência e emergência configuram-se em um importante componente da assistência à saúde no Brasil. Os últimos anos tem-se apresentado um significativo crescimento na demanda desencadeado por fatores como: violência urbana, aumento do número de acidentes, crescimento demográfico e as doenças crônico-degenerativas (BRASIL, 2004).

A busca da resolubilidade dos disparates que tem ocorrido na assistência à saúde e em suas causas tem sido um desafio significativo no país. Políticas de saúde estão sendo reavaliadas, reformuladas, implementadas e operacionalizadas, tendo como abordagem principal a equidade, resolutividade da assistência, a utilização sensata das tecnologias duras, leves e leves-duras, e os serviços de saúde em rede (ZEM, et al, 2012).

O SUS preconiza atendimento universal, integral e eficiente para toda a população, entretanto, a procura por serviços de urgência e emergência e as demandas crescentes por uma assistência cada vez mais complexa sem o devido crescimento da oferta de serviços, dificultam o alcance da equidade e da integralidade, e concomitantemente distancia o acesso da população de forma adequada, justa, eficaz e de acordo com a singular necessidade (EVANGELISTA; BARRETO; GUERRA, 2008).

Entretanto, gestores e trabalhadores do sistema de saúde vêm buscando propor mudanças no cenário atual de saúde brasileiro, reorganizando e reestruturando a rede de atenção à saúde através de modelos assistências baseadas na classificação do atendimento através do risco eminente de morte, e não mais através onde da ordem de chegada, como geralmente ver-se (OLIVEIRA; MATTOS; SOUZA, 2009).

Historicamente, o fluxo da “demanda espontânea” de usuários dos serviços de saúde do SUS, indicam uma preferência maciça por serviços de pronto-socorro e pronto atendimentos, mesmo após a implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), serviço este que deveria ser caracterizado pelos usuários como porta de entrada do sistema. Desta forma ocorre uma superlotação nas unidades de atendimentos de emergência, sendo que, o cenário brasileiro tem demostrado unidades de urgência mantendo pacientes em observação além das 24 horas, onde a prática correta é estabilizar e encaminhar o paciente para locais mais especializados, e por vezes essas unidades de atendimento de urgência tem mantido pacientes, por falta de articulação em rede ou mesmo da disponibilidade de vagas na assistência terciária (OLIVEIRA; MATTOS; SOUZA, 2009).

Para Pai et al, (2011), os cofatores da superlotação dos serviços de urgência podem ser atribuídos a desinformação sobre a regionalização e hierarquização dos serviços de assistência à saúde; sistema de referência e contrarreferência desarticulado da rede básica de saúde; falta de credibilidade, e de confiança na instituição, nos serviços e em sua capacidade de solucionar os problemas de saúde.

Considerando que o crescimento da população se configura desordenadamente nos últimos anos, concomitantemente houve um aumento significante de doenças crônico-degenerativas, elevado índice de acidentes e da violência e o aumento da criminalidade, além da preferência dos usuários pelos serviços de urgência e emergência, tornou-se urgente a reestruturação da atenção secundária à saúde, visto que através dela equivocadamente, tem-se configurado a porta de entrada do SUS (BERNARDES et al, 2009).

A atenção secundária à saúde é composta pelo: pré e intra-hospitalar formado por unidades fixas e móveis de urgência. As unidades fixas de urgência e emergência são lugares que se designam a realização de serviços médicos requeridos em caráter de urgência e emergência, para prevenir consequências críticas e prolongar a vida, os quais devem ser feitos imediatamente e podem ser divididos em pronto atendimento, pronto-socorro e emergência (SOUZA; SILVA; NORI, 2007).

O pronto atendimento é a unidade que tem por finalidade prestar assistência dentro do horário que o estabelecimento de saúde está em funcionamento a doentes com ou sem risco de vida, cujos agravos precisam de atendimento imediato. Porém, o pronto-socorro, é um local de saúde designado a realizar atendimento a pacientes com ou sem risco de vida, cujos agravos necessitam de assistência imediata, funcionam nas 24 horas por dia e possuem leitos para possíveis pacientes que precisem de observação; a emergência configura-se em uma unidade de saúde que presta assistência a doentes com ou sem risco de vida, cujos agravos à saúde, sejam em caráter de atendimento imediato (VALENTIM; SANTOS, 2009).

Já as unidades de atendimento móveis, são destinadas à prestar atendimento pré-hospitalar, que é definida como toda e qualquer assistência realizada direta ou

indiretamente fora do contexto hospitalar. Esse tipo de assistência à saúde pode ser uma orientação médica, onde a partir da avaliação médica, o mesmo solicita o envio de uma viatura de unidade de suporte básico (USB) ou a unidade de suporte avançado (USA) ao local da ocorrência, em que haja pessoas acometidas por urgência clínica ou trauma, objetivando a manutenção da vida e a minimização de possíveis sequelas. Essas unidades de atendimento são chamadas de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (MINAYO; DESLANDES, 2008).

Os pronto-socorro e UPA's (Unidades de Pronto Atendimento), no contexto brasileiro atualmente caracterizam-se por leitos ocupados, pacientes acamados em leitos alocados nos corredores, tempo de espera para atendimento acima do preconizado pelo MS, sendo este uma hora, significativa tensão da equipe de saúde e pressão para novos atendimentos, evidenciando um desempenho de baixa qualidade do sistema de saúde, o que significa um atendimento sem singularidade e equidade da assistência. Desta forma percebe-se que há necessidade de mudança efetiva no quadro atual dos serviços de urgência e emergência de saúde, pois grande parte dos problemas de saúde dos usuários poderia ser resolvido na Atenção

Primária em Saúde (APS), ou nas Unidades de Saúde da Família (USF's), ou mesmo nos ambulatórios (BITTENCOURT; HORTALE, 2009).

Batistela, Guerreiro, Rosseto (2008), afirmam que os atendimentos realizados nas UPA's e pronto-socorros são significativamente maiores do que os atendimentos realizados nas USF's e APS, e que os fatores condicionantes deste fato estão intrinsecamente ligados às necessidades de saúde, aos usuários, a equipe de saúde, à organização e à política local.

A assistência prestada na UPA está diretamente relacionada ao trabalho do SAMU, que organiza o fluxo de atendimento e faz o encaminhamento/regulação do paciente ao serviço de saúde adequado a cada situação, fazendo assim o trabalho em rede. O SAMU presta um serviço de emergência que funciona nas 24 horas por dia e dispões de profissionais de saúde como médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e socorristas que atendem as urgências de natureza traumática,

clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população. O atendimento do SAMU é realizado em qualquer lugar, como residências, locais de trabalho e vias públicas. O socorro é realizado após a chamada gratuita para o telefone 192, onde a ligação é atendida por técnicos da central de regulação que identificam a emergência e transferem para o médico regulador, onde este fará a operacionalização e orientação de condutas a serem realizadas pelo informante/acompanhante da vítima (BRASIL, 2010 d).

O trabalho do SAMU das UPAS e das emergências, são serviços indispensáveis aos usuários, e proporcionam atendimento que aumenta a sobrevida do paciente.Assim, os serviços de urgência e emergência precisam ser reorganizados e reestruturados para que o processo de trabalho seja realizado com a única finalidade de prestar assistência de qualidade, com fluxos de atendimento organizados, a fim de integrar a rede de serviços de saúde, onde gestores e profissionais de saúde deverão tomar medidas que sejam implementadas e operacionalizadas, tendo em vista a qualidade da assistência, o menor tempo de espera por atendimento, a correta forma de classificar e avaliar a urgência do atendimento, e assim atenda adequadamente a proposta das políticas de atenção às urgências e emergências (BRASIL, 2010 d).

Políticas de Urgência e Emergência no Brasil

Ciente dos problemas existentes, o MS brasileiro vem buscando alternativas para a organização da rede de atenção às urgências e emergências, e assim a assistência em urgência e emergência vem sendo reformulada e reestruturada, através de iniciativas do MS, com o objetivo de proporcionar melhorias e mudar a forma de cuidado na atenção ao usuário que necessite do serviço de urgência e emergência (BRASIL, 2006 a).

Através da instituição da portaria n° 2.923, de junho de 1998, foi determinado investimentos na assistência pré-hospitalar móvel, na assistência hospitalar, nas

centrais de regulação das urgências e na capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2006 a).

Em 5 de novembro de 2002, o MS institui a Portaria n° 2.048, que determina os princípios e diretrizes dos sistemas estaduais de urgência e emergência, define normas e critérios de funcionamento, classificação e cadastramento dos hospitais de urgência, estabelecendo a criação das coordenações do sistema estadual de urgências (BRASIL, 2006 b).

Em 2003, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Urgências, pautada, sobretudo, na necessidade de estruturar uma rede de serviços regionalizada e hierarquizada de cuidados integrais às urgências (BRASIL, 2004).

Na Política Nacional de Atenção às Urgências ocorre a incorporação de novos elementos conceituais com a revisão de alguns bastante difundidos, como a garantia da universalidade, equidade e integralidade da atenção às urgências, suas diretrizes de regionalização e a qualificação da assistência com a promoção da capacitação das equipes de saúde no atendimento às urgências (BRASIL, 2006 b).

E fazem parte desta política elementos fundamentais como: a adoção de estratégias de promoção da qualidade de vida, organização de redes loco-regionais de urgência, o componente pré-hospitalar fixo, o componente pré-hospitalar móvel, os componentes hospitalar e pós-hospitalar, a instalação de centrais de regulação médica, a capacitação e educação continuada das equipes de saúde e orientações segundo princípios de humanização (BRASIL, 2006 b).

Em 2004, o MS lançou a cartilha da Política Nacional de Humanização (PNH), que apresenta o acolhimento com avaliação e classificação de risco como dispositivo de mudança no processo de trabalho, de resolutividade e de produção de saúde nos serviços de urgência (ABBÊS; MASSARO, 2004).

Humanização e Acolhimento em Urgência e Emergência

Para que o atendimento em urgência/emergência seja resolutivo e pautado na humanização, é imprescindível que a mão de obra seja qualificada e

concomitantemente tenham-se estruturas físicas e tecnológicas adequadas para a realização de procedimentos e acompanhamentos (MACIAK et al, 2009).

Uma das proposições nessa nova abordagem realizada pelo profissional em saúde é saber ouvir os usuários para coletar informações corretas e poder atender e direcionar as expectativas dos mesmos, considerando que é características essenciais do serviço de urgência e emergência, o ambiente conturbado, a impessoalidade e falta de privacidade devido ao grande número de usuários, a escassez de recursos, a sobrecarga da equipe de saúde, o número insuficiente de profissionais da equipe de enfermagem e de médicos, o ritmo excessivo de trabalho e a ansiedade, que geralmente tendem a levar a comunicação impessoal, técnica e mecanizada com o passar do tempo (KLOCK et al, 2006).

Dessa forma, ocorreu a preocupação com a humanização e neste panorama que a mesma surgiu, através da vivência dos trabalhadores e usuários, onde pode atribuir-se, ao valor dos sujeitos envolvidos no processo de fazer e produzir saúde, contemplando usuários, trabalhadores e gestores (SOUZA; SILVA; NORI, 2007).

Assim, compreende-se que o trabalho em urgência e emergência é permeado pelo encontro de pessoas que trazem necessidades de saúde e outras que possuem e dispõem de conhecimentos técnicos e específicos que através deles buscam caminhos para solucionar o problema apresentado pelo usuário. Dessa maneira são evidenciados sentimentos, emoções e identificações que podem dificultar ou facilitar a utilização dos conhecimentos técnicos do profissional na percepção das necessidades do usuário (GARLET et al, 2009).

A humanização vista como política de atuação implica em traduzir e aplicar os princípios do SUS como forma de operacionalizar os diferentes equipamentos e sujeitos da saúde, e assim construir trocas solidárias e comprometidas com a tarefa de produção de saúde para oferecer um eixo articulador em rede das práticas em saúde e propagar a PNH (BRASIL, 2004).

A PNH aponta para a valorização da dimensão subjetiva e coletiva nas práticas de atenção e gestão do SUS, pontuando a importância do trabalho em equipe multiprofissional, apoiando a construção e manutenção de redes cooperativas e

solidárias com a produção de saúde, destacando a construção da autonomia e protagonismo dos sujeitos com a corresponsabilidade dos envolvidos no processo de gestão (BRASIL, 2004).

A humanização observada como fator de utilização pelos profissionais de saúde que atuam na urgência/emergência podem auxiliar na atuação do atendimento, segurança da equipe, do usuário, diminuição da ansiedade pelos profissionais e familiares, melhor prestação de serviço, fortalecimento do controle social com caráter participativo de toda a rede do SUS através da importância do compromisso com a democratização das relações de trabalho e do verdadeiro valor dos trabalhadores de saúde, além de valorizar a ambiência com a organização do trabalho, para criar ambientes saudáveis e acolhedores (BRASIL, 2010 b).

Baggio, Callegaro, Erdmann (2009) afirmam que corriqueiramente alguns profissionais de saúde no curso de suas atividades em unidades de urgência e emergência evidenciam grande preocupação com os aspectos biológicos do ser humano, e pouco valorizam os demais aspectos do ser, retomando a utilização do modelo biomédico obsoleto. E assim, realizam cuidado fragmentado, sem consistência e verticalizado, no que concerne a coparticipação do usuário, pois não consideram o ser humano na sua totalidade e complexidade. E dessa forma os profissionais em saúde seguem praticando e utilizando a triagem como forma de caracterizar a ordem de atendimento.

O uso do termo triagem no Brasil é pouco aceito, visto que se perfaz em uma ação administrativa e repasses de encaminhamentos. Ainda que, em outros países justifica-se a utilização apropriadamente da triagem quando ocorrem catástrofes, e assim realizam o processo de classificação de risco as vítimas em meio ao ocorrido (ALBINO, GROSSEMAN, RIGGENBACH, 2007).

A utilização do termo acolhimento e substituição pelo uso do termo triagem foi evidenciada a partir de 2004 através da PNH, onde define que o acolhimento é uma ação tecno-assistencial que resulta na modificação da relação trabalhador da saúde e / usuário por meio de especificações técnicas, éticas, humanitárias e de solidariedade. O acolhimento é uma forma de atuar através dos processos de

trabalho em saúde, e assim atender todos que buscam os serviços de urgência/emergência, ouvindo suas queixas e assumindo na unidade uma postura capaz de acolher, escutar ativamente e oferecer respostas adequadas e resolutivas aos usuários. Resulta em prestar atendimento com responsabilização por parte do serviço e profissional, orientando o paciente e a família a outros serviços de saúde para a continuidade da assistência e assim, estabelecer articulações em rede garantindo a eficácia e eficiência desses encaminhamentos (BRASIL, 2004).

O conhecimento sobre acolhimento na área da saúde tem sido identificado e traduzido como uma dimensão espacial realizada em um ambiente confortável e também com uma relação estrita com a triagem e os encaminhamentos para serviços especializados (BRASIL, 2010 a).

Utilizando o acolhimento para a perspectivados processos de trabalho, este não pressupõe hora ou profissional específico para fazê-lo, traduz-se no compartilhamento de saberes, angústias, invenções, cuidados, e resulta na responsabilização para si, de alojar outrem em suas demandas de forma resolutiva (BRASIL, 2010 e).

Deve-se cuidar para não limitar a definição de acolhimento ao problema da recepção, ou da demanda espontânea, tratando-o como uma proposta aberta a alterações conforme cada necessidade ou como algo que qualifica a relação entre o profissional e o usuário (BRASIL, 2009).

O fazer acolhimento se estabelece e se concretiza no cotidiano das práticas em saúde por meio da escuta qualificada, ativa e da capacidade de atendimento entre a demanda do usuário e o tempo de resposta do serviço. Está comprometida em qualificar a produção de saúde incorporada à responsabilidade por aquilo que não é possível e viável direcionar e encaminhar imediatamente baseada na ética e de maneira responsável com garantia de acesso ao cliente. Assim os profissionais em saúde realizam e praticam acolhimento (BRASIL, 2006 b).

O sistema de urgência e emergência ainda convive com longas filas de espera, onde os usuários disputam atendimentos sem critério algum de atendimento, a não ser a hora de chegada, a não distinção dos riscos ou graus de sofrimento faz com

que alguns usuários se agravem na fila, podendo gerar sequelas irreversíveis ou até a morte de pessoas pelo não-atendimento no tempo adequado (BATISTELA; GUERREIRO; ROSSETO, 2008).

Essa forma que se operacionaliza o atendimento de urgência e emergência desvela a perversa lógica na qual este tipo de serviço vem realizando no trabalho cotidiano, focando a doença e não o sujeito e suas particularidades e necessidades, e muitas vezes repassando o problema para outro, ao invés de admitir a responsabilidade por sua resolução (BITTENCOURT; HORTALE, 2009).

É necessário e imprescindível estabelecer e realizar mudanças na forma de abordagem e atendimento dos serviços de urgência e emergência, pois o risco e a vulnerabilidade estão presentes naquele instante. E nesse contexto não pode deixar de considerar as percepções do usuário e da rede social que o mesmo está inserido, acerca do seu processo de saúde/doença, o que implica estar atento tanto ao grau de sofrimento físico quanto psíquico dos mesmos, promovendo, assim, um cuidado humanizado e acolhedor, e fazendo necessária a operacionalização dessas mudanças por meio do acolhimento com classificação e avaliação de risco (ACCR) (SOUZA; SILVA; NORI, 2007).

Protocolo de Acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco (ACCR)

Na definição para o ACCR, o Ministério da Saúde institui que essa postura consiste em uma diretriz operacional que unifica as ações de acolhimento juntamente com as de classificação de risco do usuário e alicerçada na PNH. Isso quer dizer que, no ACCR, o usuário que busca atendimento no serviço de urgência e emergência é acolhido, ouvido, encaminhado à consulta de enfermagem onde será classificado conforme o grau de risco de seu agravo e atendido pelo médico de acordo com a urgência do caso (JÚNIOR, MATSUDA, 2012).

A avaliação com classificação de risco auxilia na determinação de maior ou menor presteza no atendimento ao usuário, através de um protocolo previamente estabelecido, que analisa o grau de necessidade do usuário a partir das sinas e

sintomas que ele apresenta e assim realizando uma assistência fundamentada no nível de complexidade e necessidade do usuário, e não na ordem de chegada (BRASIL, 2006 b).

O protocolo da classificação de risco é um instrumento que organiza a fila de espera e propõe uma nova ordem de atendimento que não à ordem de chegada, e concomitantemente estabelece outros objetivos como: a garantia do atendimento imediato do usuário com grau de risco eminente de vida; a informação para o cliente que não corre risco eminente de vida sobre o tempo que provavelmente esperará; o trabalho em equipe através da avaliação contínua do processo; melhores condições de trabalho para a equipe; a melhoria da satisfação dos usuários e especialmente a possibilidade da pactuação e da construção de redes internas e externas de atendimento (BRASIL, 2009).

Dessa forma a classificação de risco atua no sentido de: avaliar e classificar o usuário na chegada do serviço de urgência e emergência humanizando as ações na assistência prestada; amenizara demanda e a permanência de pacientes no pronto-socorro; diminuir o tempo de esperado atendimento médico para que o usuário seja visto de forma rápida e de acordo com a gravidade apresentada; encaminhar o usuário diretamente às especialidades conforme a sua situação e necessidade; informar o tempo de espera dos encaminhamentos que serão realizados; realizar orientação os usuários sobre o a atuação do serviço e retornar informações a familiares (BRASIL, 2006 a).

Entretanto, a classificação de risco apresenta alguns nós críticos, como: a ampliação ao acesso dos usuários sem que ao mesmo tempo ocorra sobrecarrega de trabalho das equipes e nem prejudique a qualidade das ações e procedimentos; quebrar o paradigma da prática obsoleta fundamentada no modelo biomédico onde visa à dimensão biológica, e exercer a prática da escuta ativa; reconfigurar a atuação do profissional médico de forma a integrá-lo no trabalho em equipe; modificar o processo de trabalho de forma a melhorar a capacidade dos profissionais de distinguir os problemas apresentados pelos usuários, como também melhorar a capacidade da equipe em identificar riscos e dar respostas eficazes e

adequadas à complexidade dos problemas de cada usuário, e ainda explicitar, educar e discutir essa nova proposta com a população para que eles possam compreender a metodologia dos processos, como também os profissionais de saúde e os atores políticos, visando ampliar o conhecimento e a construção de novos saberes em saúde (BRASIL, 2006 b).

Para que a classificação de risco possa ser uma realidade, faz-se necessário o estabelecimento de fluxos e protocolos de atendimento; investir na capacitação das equipes de acolhimento e classificação de risco; implantação do sistema de informações para o agendamento de consultas ambulatoriais e encaminhamentos específicos, o perfil da clientela e horários que os fluxos de atendimento são maiores; além da adequação da estrutura física das áreas de atendimento de urgência/emergência e pronto-socorro (BRASIL, 2006 a).

O protocolo de classificação de risco propõe a inclusão e não tem como objetivo reencaminhar ninguém sem atendimento e sim organizar e garantir o atendimento de todos, visando à reorganização e restruturação dos serviços de urgência e emergência, para assim contemplar a crescente demanda dos usuários. Quando o acolhimento com classificação de risco torna-se um guia orientador para a atenção e gestão nos serviços de urgência e emergência, outros modos de estar, ocupar e trabalhar irão ser fortalecidos e se expressarão através de fluxos adequados para favorecer os processos de trabalho (BRASIL, 2009).

A classificação de risco foi baseada nos moldes do “Protocolo de Manchester”, onde foi e amplamente divulgado no Reino Unido (Manchester 1997), estando em curso sua aplicação em vários países. O protocolo de Manchester se faz através de uma metodologia que identifica rapidamente as necessidades dos usuários que procuram o serviço de urgência, possibilitando fazer o atendimento primeiramente dos casos mais graves e não por ordem de chegada. Esta metodologia busca inicialmente identificar sinais que possibilitam atribuir o grau de prioridade clínica e o tempo máximo de espera para cada usuário (BRASIL, 2009).

O protocolo é composto por eixos ou áreas que demostram o grau de risco dos usuários, e assim os classificam. O atendimento é dividido em eixos como: o

primeiro eixo é o vermelho caracterizado pelo atendimento das urgências traumáticas e clínicas de maior gravidade; o segundo eixo é o laranja que corresponde aos casos extremamente urgentes; o terceiro é o amarelo que atende os casos urgentes; o quarto é o verde que é caracterizado pelos casos pouco urgentes e o último eixo é o azul composto pelos pacientes não urgentes. Em cada segmento dos eixos são determinadas as condições ou quadros clínicos de saúde de cada usuário e o tempo de espera em que o mesmo deve aguardar para ter atendimento específico e conforme a sua classificação através da cor do eixo (BRASIL, 2009).

Este tipo de classificação é realizado pelo profissional enfermeiro de nível superior, e preferencialmente tenha experiência em serviço de urgência/emergência e somente após capacitação e treinamento específicos para que a atividade possa ser desenvolvida com ética, responsabilidade, destreza e humanização, e sempre devem ter respaldo do profissional médico (ALBINO, GROSSEMAN, RIGGENBACH, 2007).

Assim, é imprescindível a utilização dos protocolos para que ocorra a reorganização e reestruturação das urgências e emergências do país, pois os protocolos são instrumentos que objetivam sistematizar e avaliar a necessidade iminente de atendimento aos usuários, se fazendo assim uma nova maneira de gerir e fazer saúde com responsabilidade, técnica, precisão, postura acolhedora, humanizada através da inserção e utilização dos serviços de urgência/emergência na rede local em saúde(BRASIL, 2009).

CONCLUSÃO

Diante do exposto é impreterível que se institua a prática da classificação de risco nas urgências/emergências hospitalares, tendo em vista as várias tentativas fracassadas de reestruturação desses serviços, pois o protocolo auxiliará na reestruturação dos atendimentos e se faz uma ferramenta do processo de trabalho imprescindível para a atuação dos profissionais inseridos na dinâmica do acolhimento, como também fomentará o cuidado humanizado e acolhedor.

Através do “Protocolo de Manchester”, que, em sua premissa classifica o atendimento por meio do grau de risco do paciente e não por ordem de chegada, percebe-se que há uma modificação no olhar para o paciente que precisa do serviço de urgência/emergência e que a atuação dos profissionais se torna mais efetiva, eficiente e resolutiva. A adesão ao protocolo de classificação de risco não se limita apenas a organização dos processos de trabalho através dos gestores e profissionais, mas também proporciona atendimento de boa qualidade em consonância com os princípios do SUS, e concomitantemente aumenta a chance de sobrevida do usuário e diminui a morbimortalidade deles.

O protocolo atua no sentido de propor mudanças desde o momento que o usuário adentra no serviço, recebendo os devidos atendimentos e encaminhamentos para serviços de maior ou menor complexidade sendo referenciados ou contrarreferências para outras unidades da rede em saúde. Possibilitando assim, o trabalho em rede e a utilização de todos os serviços que o SUS preconiza em sua atuação. Torna-se inadmissível que se mantenha o atendimento nos serviços de urgência/emergência por ordem de chegada, visto que esse tipo de conduta já não condiz com a real situação vigente no país, pois atuando através da ordem de chegada tem-se visto que o risco de morbimortalidade aumenta vertiginosamente, como também a superlotação que proporciona atendimentos sem qualidade e resolubilidade.

Através do protocolo de classificação de risco ocorre a detecção de situações não emergenciais que podem ser encaminhadas para as USF’s, e assim evidencia-se a real necessidade de atendimento por aqueles que precisam do serviço de urgência/emergência, priorizando esses pacientes e aumento as chances de sobrevida. Além disso, a espera pelo atendimento torna-se acolhedora e humanizada, pois o profissional enfermeiro no momento do acolhimento realiza a escuta ativa ouvindo as queixas do paciente após a entrada do mesmo no serviço, proporcionando uma aproximação do profissional e paciente e ratificando a ambiência acolhedora.

Embora o protocolo de classificação de risco ocasione todos esses benefícios, ainda existe uma certa resistência por parte de alguns profissionais que acreditam que essas condutas oneram gastos indevidos devido a utilização de tecnologias duras para a realização desse tipo de atendimento, como também a não aceitação do protocolo devido a falta de conhecimento real sobre a forma de atuação do papel de cada profissional envolvido no processo de atendimento, e ainda há profissionais que possuem dificuldades de esclarecer a população sobre esse método inovador de fazer saúde, e assim possuem problemas e desentendimentos com o usuário quando o mesmo precisa esperar através da ordem da classificação.

E ao mesmo tempo, não existe boa aceitação por parte dos usuários que entendem que o atendimento por ordem de chegada é justo e correto, pois não compreendem que um paciente que chegou depois dele por vezes é atendido primeiro por ter sido classificado como grave. Essa situação muitas vezes causa um desconforto entre profissionais e usuários levando a constrangimentos e desentendimentos.

Serviços que já realizam a prática do protocolo afirmam que essa medida tem sido eficaz na organização dos fluxos de atendimentos e melhora da qualidade dos atendimentos realizados, mais é imprescindível a prática da capacitação constante dos profissionais envolvidos e o esclarecimento da população quanto a esse novo serviço, pois assim tanto os profissionais de saúde como os usuários vislumbram o objetivo real do protocolo, que proporcionar atendimento de qualidade, assistência humanizada, acolhedora e resolubilidade nas ocorrências emergenciais.

No debate sobre o protocolo de classificação de risco, observa-se que essa nova forma de fazer saúde tem recebido mais elogios do que críticas, pois parte dos profissionais e da população tem começado a compreender que a utilização do protocolo tem benefícios impares para a resolução dos problemas que as urgências/emergências do país têm enfrentado como superlotação, falta de atendimento acolhedor e humanizado, dificuldade do trabalho em saúde em rede, precárias condições de trabalho e atuação dos profissionais e sobrecarga de trabalho para os profissionais que atuam nas urgências/emergências, levando-os a

refletirem sobre essa nova ferramenta estratégica de trabalho de fazer e produzir saúde.

Através do estudo verificou-se que a proposta da classificação de risco se estabelece como uma ferramenta necessária para a reestruturação das urgências/emergências hospitalares e como uma ferramenta estratégica para a consolidação do processo de trabalho em saúde, de forma a contemplar os pilares do SUS e reorganizar a proposta do serviço de urgência/emergência. O protocolo de risco proporciona atendimento através do risco eminente de vida do paciente, da necessidade clínica que o mesmo tem por atendimento imediato, e não através da ordem de chegada e assim organiza e viabiliza uma atuação melhor da equipe de saúde.

Possivelmente sua implantação e implementação causará desconforto para profissionais e para usuários que estão acostumados com o arcaico sistema da operacionalização dos atendimentos por ordem de chegada que ainda é vigente no país. Todavia, há uma necessidade de esclarecer os profissionais e a população sobre essa nova forma de atuação nas urgências/emergências, para que assim ambos possam serem educados a compreender essa estratégia de trabalho e assim poderem identificar de acordo com seu problema de saúde o nível de atenção que necessitam, diminuindo a procura desnecessária dos serviços de urgência/emergência, e concomitantemente diminuindo as filas de espera por atendimentos, a demanda nas unidades de pronto socorro e tornando o atendimento justo e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALBINO, R. M; GROSSEMAN, S; RIGGENBACH, V. Classificação de risco: uma necessidade inadiável em um serviço de emergência de qualidade. **Arquivos Catarinense de Medicina,**Florianópolis, v, 36, n. 4, 2008.

BAGGIO, M. A; CALLEGARO, G. D; ERDMANN, A. L. Compreendendo as dimensões de cuidado em uma unidade de emergência hospitalar. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 3, Maio/Jun. 2009.

BATISTELA, S; GUERREIRO, N. P; ROSSETO, E. G. Os motivos de procura pelo Pronto-Socorro Pediátrico de um Hospital Universitário referidos pelos pais ou responsáveis.**Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 29, n. 2, jul/dez. 2008.

BERNARDES, A. et al. Supervisão do Enfermeiro no Atendimento Pré-hospitalar Móvel: visão dos auxiliares de enfermagem. **Cienc Cuid Saúde**, São Paulo, v. 8,n.1, Jan/Mar. 2009.

BITTENCOURT, R. J; HORTALE, V. A. Intervenções para solucionar a superlotação nos serviços de emergência hospitalar: uma revisão sistemática. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: Documento base para Gestores e Trabalhadores do SUS– Série B. Textos Básicos de Saúde – 2ª edição – Editora MS – Brasília: DF, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Regulação Médica das Urgências/ Série A. Normas e Manuais Técnicos – Editora MS – Brasília: DF, 2006 a. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regulacao_medica_urgencias.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências/ Série E. Legislação de Saúde – 3ª edição ampliada – Editora MS – Brasília: DF, 2006 b. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**.** Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde/ Série B. Textos Básicos de Saúde – 2ª edição – 5ª reimpressão – Editora MS – Brasília: DF, 2010 a. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Documento Base para Gestores e Trabalhadores do SUS– Série B. Textos Básicos de Saúde – 4ª edição – 4ª reimpressão – Editora MS – Brasília: DF, 2010 b.http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_s u s.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Humaniza SUS: Acolhimento e Classificação de Risco nos Serviços de Urgência/ Série B. Textos Básicos de Saúde – Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificaao_risco_servico_urgencia.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. UPA 24h - Mais agilidade e eficiência na Saúde. Brasília, DF: banco de dados, 2010 c. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/unidade_pronto_atendimento.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é o SAMU?. Brasília, DF: banco de dados, 2010 d. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_rede_atencao_urgencias.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Serviços de Saúde. Legislação. Urgência e Emergência/ Portarias do Ministério da Saúde. Brasília, DF: banco de dados, 2010 e. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt0354_10_03_2014.html

EVANGELISTA, P. A; BARRETO, S. M; GUERRA, H. L.Central de Regulação de leitos do SUS em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: avaliação de seu papel pelo estudo das internações por doenças isquêmicas do coração. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, 2008.

GARLET, E. R. et al. Organização do trabalho de uma equipe de saúde no atendimento ao usuário em situações de urgência e emergência. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 18, n.2, Abr/Jun. 2009.

GUIDUGLI, F; CASTRO, A. Projeto de pesquisa de uma revisão sistemática. **Planejamento da pesquisa clínica,** São Paulo, 2011.

JÚNIOR, J. A. B; MATSUDA, L. M. Implantação do acolhimento com classificação de risco em serviço hospitalar de emergência: atuação do enfermeiro. **Ciência Cuidado e Saúde,** Maringá, v. 11, n. 2, Abr/Jun, 2012.

KLOCK, P. et al. Reflexões sobre a Política Nacional de Humanização e suas interfaces no trabalho da enfermagem em instituição hospitalar. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 3, set/dez. 2006.

MACIAK, I; SANDRI, J. V. A; SPIER, F. D. Humanização da Assistência de Enfermagem em uma Unidade de Emergência: percepção do usuário. **Cogitare Enfermagem**, Cascavel, v. 14, n. 1, Jan/Mar. 2009.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F. Análise da implantação do sistema de atendimento pré-hospitalar em cinco capitais brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, Ago. 2008.

OLIVEIRA, L. H; MATTOS, R. A; SOUZA, A. I. S. Cidadãos peregrinos: os "usuários" do SUS e os significados de sua demanda a pronto-socorros e hospitais no contexto de um processo de reorientação do modelo assistencial. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, 2009.

PAI, D. D; LAUTERT, L. Sofrimento no trabalho de enfermagem: reflexo do discurso vazio no acolhimento com classificação de risco. Esc. **Anna Nery,** Rio de Janeiro, v.
15, n. 3, 2011.

QUEIROZ, A. F; MORAES, O. M. et al. Reestruturação da assistência em urgência e emergência com o protocolo de classificação de risco: uma revisão sistemática.**Ciência et Praxis**, Minas Gerais, v. 5, n. 9, 2012.

ROMANI, H. M. et al. Uma visão assistencial da urgência e emergência no sistema de saúde. **Revista Bioética**, São Paulo, v.17, n. 1, 2009.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, Jan/Fev. 2007.

SOUZA, R. B; SILVA, M. J. P; NORI, A. Pronto-Socorro: uma visão sobre a interação entre profissionais e pacientes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, 2007.

ULHÔA, M, L; GARCIA, F ,C et al. A implantação de nova tecnologia: implicação na eficiência do trabalho na unidade de pronto atendimento de um hospital público de urgência e emergência. **Revista Gestão Organizacional,** Belo Horizonte, v. 3, n.1, Jan/Jun. 2010.

VALENTIM, M. R. S; SANTOS, M. L. S. C. Políticas de Saúde em Emergência e a Enfermagem. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, Abr/Jun. 2009.

ZEM, S, K, K; MONTEZELI, J, H; PERES, A, M. Acolhimento com classificação de risco: concepção de enfermeiros de um pronto socorro. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste,** Ceará, v. 13, n. 4, 2012.

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM: IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL FRENTE ÁS GESTANTES PORTADORAS DE SÍFILIS.

NURSING CARE: THE IMPORTANCE OF PRENATAL TO PREGNANT WOMEN WITH SYPHILIS.

Sayonara Oliveira dos Santos[1]

Resumo: Trata-se de um estudo realizado sobre a assistência da enfermagem, ressaltando a importância do pré-natal frente às gestantes portadoras de sífilis, com objetivo de ratificar a relevância da assistência da enfermagem no pré-natal para diagnóstico e tratamento desta DST, evitando a transmissão para o feto e suas consequências para a gestante. Constitui-se em um estudo de revisão bibliográfica de artigos de revistas técnico-científicas, em manuais do Ministério da Saúde e publicações na literatura. Os resultados encontrados afirmam que a sífilis apesar do baixo custo da aplicação do tratamento, representa um problema de saúde pública. E, a qualidade na assistência da enfermagem no pré-natal são fatores preponderantes para a diminuição da incidência de casos de sífilis na gestação.

Palavras-chave: Assistência; Enfermagem; Sífilis; Pré-natal.

Abstract: This is a study on nursing care, emphasizing the importance of prenatal care to pregnant women with syphilis, in order to confirm the relevance of nursing care in prenatal diagnosis and treatment of STDs, thus avoiding transmission to the fetus and its consequences for the pregnant woman. This is a study based on literature review of scientific and technical journals, manuals of the Ministry of Health and published literature. The results show that syphilis is a disease that, despite the low cost of treatment, remains a public health problem. And the quality of nursing care on prenatal is an important factor to reduce the incidence of cases of syphilis in pregnancy.

Key Words: Care; Nursing; Syphilis; Prenatal.

INTRODUÇÃO

Em 1984, o Ministério da saúde elaborou o Programa de Assistência Integral á Saúde da Mulher PAISM, marcando, sobretudo, uma ruptura conceitual com os

[1]Enfermeira, Especialista em Atenção Primária á Saúde com Ênfase em Saúde da Família. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Xingu e Amazonas (FACX). Contato: say_santos@hotmail.com

princípios norteadores da política de saúde das mulheres e os critérios para eleição de prioridades neste campo (BRASIL, 1994).

O PAISM inclui ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação, englobando a assistência á mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto e puerpério, no climatério, em planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além de outras necessidades identificadas a partir do perfil populacional das mulheres (BRASIL, 1994).

A atenção dispensada pelo enfermeiro a mulher grávida no pré-natal é uma das ações recomendadas pelo Programa Saúde da Mulher, garantido por meio de políticas públicas de saúde. Em locais onde o Programa de Estratégia de Saúde da Família está implantado, o acompanhamento é realizado pela equipe Inter profissional. O principal objetivo da assistência pré-natal é acolher a mulher desde o início de sua gravidez – período de mudanças físicas e emocionais -, que cada gestante vivência de forma distinta (DUARTE, ANDRADE, 2006).

Em geral a consulta de pré-natal envolve procedimentos bastante simples, podendo o profissional de saúde dedicar-se a escutar as demandas da gestante, transmitindo nesse momento o apoio e a confiança necessários para que ela se fortaleça e possa conduzir com mais autonomia a gestação e o parto (BRASIL, 200).

O período gestacional não é isento de infecções que comprometam a saúde materno-fetal, de forma especial aquelas que se apresentam assintomáticas ou subclínicas. Entretanto, os riscos da transmissão materno-fetal (vertical) são fatores limitantes para o desenvolvimento e vitalidade do futuro concepto (REICHE, et al, 2007).

De acordo com BELDA (2009), a sífilis, também chamada de Lues, é uma doença contagiosa causada pela bactéria Treponema pallidum, de evolução crônica. Tem como único reservatório o homem e pode ser transmitida por via sexual, transplacentária e por exposição parenteral a sangue/hemoderivados.

BELDA (2009), ainda afirma que a sífilis pode ser transmitida em qualquer fase da gestação. Se a gestante não for tratada de forma eficaz pode ocorrer: abortamento espontâneo, parto prematuro, óbito fetal/neonatal, lesões e outras

complicações. A falta ou a inadequada assistência ao pré-natal é a grande responsável pela transmissão vertical.

Apesar de todo conhecimento sobre o modo de transmissão, agente etiológico e tratamento, a sífilis ainda representa um problema de saúde pública, pois das várias doenças que podem ser transmitidas durante o ciclo gravídico-puerperal, a sífilis é a que tem as maiores taxas de transmissão (BELDA, 2009).

O agente etiológico penetra no organismo através do atrito durante o ato sexual, atingindo o sistema linfático e em seguida, a partir circulação sanguínea, compromete outros sistemas. Esta patologia acomete grande parte dos órgãos, apesar de existir tratamento, e este ser de baixo custo e fácil administração, o número de casos está cada vez mais expressivo (AVELLEIRA, BOTTINO, 2006).

Segundo BRASIL (2002), a atenção às gestantes deve se dar no sentido de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e infantil, adotando-se medidas que assegurem a melhoria de acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência as parto e puerpério e assistência neonatal.

O interesse pelo tema se originou da vivência da prática da enfermagem, com as políticas públicas voltadas a Saúde da Mulher, especificamente á assistência ao pré-natal e prevenção da transmissão vertical da sífilis. Trata-se de um estudo fundamentado na revisão bibliográfica de artigos de revistas técnico-científicas, em manuais do Ministério da Saúde e publicações na literatura.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é ratificar a relevância da assistência da enfermagem no pré-natal para diagnóstico e tratamento desta DST, evitando assim a transmissão para o feto e suas consequências para a gestante.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura que consiste em uma análise de trabalhos previamente publicados. Foi realizada a partir do banco de dados scielo e biblioteca virtual em saúde onde foram encontrados 289 artigos, através das seguintes palavras-chave: sífilis congênita (20), pré-natal (43), gestação(226); após

leitura apenas 3 abordavam o objetivo da pesquisa. A coleta de dados foi realizada de fevereiro a abril de 2012, tendo as seguintes categorias construídas: acolhimento às usuárias prestado pelos enfermeiros e a prevenção da sífilis congênita, consequências da sífilis para a criança e sífilis como indicador de qualidade da atenção á mulher e a criança.

RESULTADOS

Atuação do enfermeiro na atenção pré-natal e na detecção da sífilis

Retrospectivamente, os registros da prática de Enfermagem constam de documentos desde o velho mundo (Egito, Índia, China). No Brasil, na década de 20, está documentada a criação da Escola Ana Nery, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então teve início a formação do Enfermeiro voltada para o atendimento integral do indivíduo e também para o coletivo, tanto no aspecto fisiológico quanto no patológico (ROTARIANA, et al, 2013).

Segundo BRASIL (2000), a atenção dispensada pelo Enfermeiro à mulher grávida no pré-natal é uma das ações recomendadas no programa Saúde da Mulher, garantido por meio de políticas públicas de saúde. Em locais onde o Programa Saúde da Família está implantado, o acompanhamento é realizado pela equipe Inter profissional.

A intervenção de Enfermagem inicia-se muitas vezes quando a mulher procura o serviço de saúde com medo, dúvidas, angústias, fantasias e simplesmente curiosidade de saber se está grávida. Na conduta de Enfermagem, devem ser valorizadas as queixas referidas, ou seja, a escuta à gestante, visto que possibilitam a criação de ambiente de apoio por parte do profissional e de confiança pela mulher (RUGOLLO, et al, 2003).

Shimizu e Lima (2009), afirmam que a consulta de enfermagem é reconhecida como um espaço de acolhimento porque possibilita o diálogo, permitindo a livre expressão de dúvidas, de sentimentos, e de experiências,

estreitando o vínculo entre a enfermeira e a gestante. Assim, a consulta de enfermagem no pré-natal, constitui-se um espaço importante para ajudá-la na aquisição dos conhecimentos necessários à realização desses cuidados, além de contribuir para diminuir as dúvidas, os medos e os mitos que normalmente são suscitados na mãe. É oportuno destacar que esses cuidados são fundamentais, no primeiro ano de vida do bebê, pois a maioria das causas de óbitos ocorridos nessa faixa de idade seriam preveníeis por imunização, diagnóstico e tratamento precoce de algumas doenças.

O Ministério da Saúde preconiza o número mínimo de seis consultas no pré-natal. A assistência ao pré-natal é de vital importância, uma vez que permite a identificação precoce de possíveis fatores de risco materno/fetal. Durante ele, são solicitados vários exames, entre eles, destaca-se a sorologia para sífilis (VDRL), que deve ser realizado, no mínimo, em dois momentos da gestação, um no início e o segundo na 30ª semana (RODRIGUES, GUIMARÃES, 2004).

Apesar de existirem outros testes, o VDRL é o método mais utilizado para o diagnóstico desta infecção, devido a sua alta sensibilidade, baixo custo e fácil realização (BARSANTI, et al, 1999).

GUINSBURG e SANTOS (2010), afirmam que o tratamento com a penicilina causou uma diminuição na incidência de casos de maneira abrupta, chegando a prever sua erradicação no século XX. Os autores destacam como os principais fatores de risco para a sífilis o baixo nível socioeconômico, promiscuidade, uso de drogas, entre outras. Em relação aos fatores de risco para a transmissão materno fetal, destaca-se o acompanhamento pré-natal inadequado ou ausente, gestantes sem parceiro fixo e gravidez na adolescência.

Segundo o Boletim Epidemiológico AIDS/DST, foram notificados no Brasil, nos anos de 2005 à 2010, 29.544 casos de gestante com sífilis, sendo destes 8.054 (27%) no Nordeste. No Estado da Bahia, foram detectados 17% dos casos em comparação aos demais estados da mesma região. Vale ressaltar que no ano de 2009 houve o maior número de casos notificados na Bahia, totalizando 507 ocorrências (BRASIL, 2010).

Apesar da sífilis ser uma doença de notificação compulsória, ainda não se sabe o número exato de casos, nem sua magnitude devido a possível ocorrência de subnotificações (BARSANTI, et al, 1999).

Os artigos revisados abordam o bom acolhimento como uma forma de propiciar uma melhor adesão das gestantes e uma oportunidade para realizar promoção e prevenção da sífilis congênita. Esta traz para a criança consequências como surdez, cegueira e outros problemas de saúde (RODRIGUES, GUIMARÃES, 2004).

A consulta de enfermagem é reconhecida como um espaço de acolhimento porque possibilita o diálogo, permitindo a livre expressão de dúvidas, de sentimentos, e de experiências, estreitando o vínculo entre a enfermeira e a gestante e favorecendo o comparecimento as consultas de pré-natal. Assim a enfermagem exerce um papel multidimensional destacando-se, além da atuação técnica, a interação promovida por ele entre as gestantes e demais membros da equipe (RUGOLLO, et al, 2003).

Destaca-se também a sífilis congênita como um indicador da qualidade na assistência ao pré-natal, visto ser uma doença totalmente passível de prevenção durante as consultas, de fácil tratamento e baixo custo, e concomitantemente contribui na diminuição da morbimortalidade perinatal (ROTARIANA, et al, 2013).

Considerações finais

Ressalta-se a necessidade da realização do pré-natal baseado no acolhimento, confiança, segurança e atendimento humanizado. Evidencia-se a importância de uma assistência ao pré-natal de qualidade, sendo imprescindível a atuação do profissional de enfermagem para o rastreamento da sífilis na gestação, a partir dos exames solicitados na primeira consulta, prevenindo assim a transmissão vertical e as consequências para a gestante e o feto.

Concomitantemente, ainda existem dificuldades em reconhecer os sinais da doença na gestante, por falhas de interpretação dos resultados de testes

sorológicos ou ausência de tratamento da mãe e/ou do parceiro, podendo ocasionar a reinfecção, se este, não for tratado.

CONCLUSÃO

Como ferramenta para a diminuição da incidência da sífilis congênita é imprescindível que a (o) enfermeira (o) realize a assistência pré-natal de boa qualidade, valorizando a escuta, as expressões, sentimentos das usuárias, suas dúvidas, medos, angústias e realizando atendimento humanizado. A educação em saúde, destacando a importância da prevenção da sífilis congênita e das possíveis consequências para a criança, também se constitui como uma estratégia para esclarecimento da doença e suas consequências para a criança, visto ser uma prática recorrente no cotidiano da enfermagem.

REREFÊNCIAS

AVELLEIRA, José Carlos; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros Dermatologia. Rio de Janeiro***,* 2006; 81(2):111-26.

BELDA JUNIOR, Walter. **Doença sexualmente transmissível**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.p. 45-60

BRASIL, Ministério da Saúde. Assistência pré-natal manual técnico. Brasília, 2000.Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_11.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Assistência Integral á saúde da mulher: bases da ação programática. Brasília, 1984. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Programa humanização do parto humanização no prénatal e nascimento. Brasília, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico AIDS DST, ano VII, nº 1, 2005-2010, 27ª a 52ª semanas epidemiológicas - julho a dezembro de 2009 e 01ª a 26ª semanas epidemiológicas - janeiro a junho de 2010, Brasília, 2010.

BARSANTI, Claudio et. al. Diagnóstico de sífilis congênita: comparação entre testes sorológicos na mãe e no recém-nascido. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**32:605-611, nov-dez, 1999.

DUARTE, S. J. H; ANDRADE, S. M. O. Assistência pré-natal no programa saúde da família. **Esc Anna Nery R Enferm**. Rio de Janeiro, vol 10, nº 1, p. 121-125,abr, 2006.

GUINSBURG, Ruth; SANTOS, Amélia M. Nunes. **Critérios Diagnósticos e Tratamento da Sífilis Congênita**. São Paulo, 2010.p. 80-95.

REICHE, E. M. V etAL. Prevalência de tripanossomíase Americana, sífilis, toxoplasmose, rubéola, hepatite C, e da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana, avaliada por meio de testes sorológicos, em gestantes atendidas no período de 1996 a 1998 no Hospital Universitário Regional Norte do Paraná (Universidade Estadual de Londrina, Paraná, Brasil). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**. Uberaba, vol 33, nº 6, p 519-527, mar./abr. 2007.

ROTARIANA A. A, DIAS I. M. V, SOUSA K. V, WOLFF L. R, REIS L. B, TYRRELL M.A.R.Violência contra a mulher: o perigo mora da porta pra dentro. **Esc Anna Nery RerEnferm.** Rio de Janeiro, vol7, nº 1, p 114-125, abr, 2003.

RUGOLLO L.M.S.S, ET AL. Sentimentos e percepções de puérperas com relação á assistênciaprestada pelo serviço materno-infantil de um hospital universitário. **RevBras Saúde MaterInfant**, Recife, vol4, nº 4, p 423-433, oct./dec. 2004.

SHIMIZU, HE; LIMA, MG. As dimensões do cuidado pré-natal na consulta de enfermagem. **RevBrasEnferm,** 2009; 62(3): 387-92.

RODRIGUES CS, GUIMARÃES MDC, Grupo Nacional de Estudo sobre Sífilis Congênita. Positividade para sífilis em puérperas: ainda um desafio para o Brasil. **Rev Panam Salud Publica**. 2004;16(3):168–75.

CUIDADOS DA ENFERMAGEM AO DOENTE RENAL CRÔNICO

NURSING CARE FOR CHRONIC KIDNEY PATIENTS

Andrea Maria Azevedo Lima[16]

RESUMO - Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de apreciar os cuidados da enfermagem ao doente renal crônico. As doenças crônicas têm recebido maior atenção dos profissionais de saúde nas últimas décadas, e é considerada problema de saúde pública em todo o mundo. A magnitude do problema é tão grande que tem levado autoridades médicas a considerá-lo como um problema de saúde pública. A identificação das fontes bibliográficas foi realizada nas bases de dados no portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, e em algumas revistas Online. Recomenda-se que o enfermeiro atue com os indivíduos portadores de doenças crônicas, associando o apoio da família e da equipe multiprofissional na busca de atingir um excelente cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Doença Renal Crônica. Enfermagem. Cuidado.

ABSTRACT - This is a bibliographic research with the objective of assessing nursing care for chronic kidney patients. Chronic diseases have received more attention from health professionals in recent decades, and it is considered a public health problem worldwide. The magnitude of the problem is so great that it has led medical authorities to consider it a public health problem. The identification of bibliographic sources was carried out in the databases on the portal Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, and in some magazines Online. It is recommended that nurses work with individuals with chronic diseases, associating the support of the family and the multiprofessional team in the search to achieve excellent care.

KEY WORDS: Chronic Kidney Disease. Nursing. Watch out.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente houve um grande aumento de pessoas acometidas pela doença renal crônica, a mesma traz grandes conseqüências para o portador, e sua família.

[16]Enfermeira, Especialista em Urgência e Emergência. Docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas do Xingu e Amazonas (FACX). Contato: say_santos@hotmail.com

Tudo se inicia pelo diagnóstico, mudança na vida do indivíduo, entre outras o envolvimento da família.

O tratamento, assim como a progressão e as dificuldades da doença causam limitações e prejuízos ao doente, estas que vão desde os estados de saúde física, como mental, e de forma geral.

A enfermagem é fundamentada para cuidados principalmente da saúde física, a partir de sua técnica, porém sabe-se que vai além, o profissional de enfermagem deverá ter um cuidado holístico, que promovam ações ao paciente, a família e a comunidade.

A partir disso pode-se citar a participação do enfermeiro de diversas maneiras, vindo a liberar as questões técnicas clínicas, como possibilitando a compreensão do paciente e de seus familiares, tendo em vista à condição de vida do paciente.

Diante dos argumentos citados houve-se a preocupação de mostrar os cuidados da enfermagem ao doente renal crônico, e em se tratar do indivíduo, exige-se que ele cultive hábitos que promovam a consciência do autocuidado, e nota-se a importância da equipe de enfermagem neste processo.

Sendo a principal motivação para construção da pesquisa, para que ocorra um bom tratamento os cuidados da enfermagem vão além dos conhecimentos técnicos, como a do ser humano.

A importância de pesquisar esta temática deve - se à necessidade de melhor compreender os cuidados do enfermeiro com o doente renal crônico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Insuficiência Renal Crônica

As doenças crônicas são avaliadas como doenças de evolução lenta, sendo que o número de casos dessas doenças mostra um crescimento acelerado

acarretando um culminante aumento de mortes em todo mundo (MALDANER, *et al*, 2008).

A insuficiência renal crônica (IRC) é uma síndrome originada da perda irreversível das funções renais (LATA, et al, 2008). Estes órgãos, os rins, são de fundamental importância para a homeostase do corpo humano, o que implica no comprometimento de todos os outros órgãos. (BASTOS, *et al*, 2010).

A insuficiência renal crônica é avaliada com alta morbidade e mortalidade, sendo que sua incidência tem aumentado no Brasil e, em outros países (SILVA, *et al,* 2011).

Frente ao diagnóstico de IRC, o paciente é submetido à utilização de medicamentos e restrições alimentares, e conforme a evolução da doença poderá receber outras abordagens terapêuticas, em meio aos tratamentos encontra-se: diálise peritoneal, hemodiálise e transplante renal, a escolha do tratamento deve ser de acordo com as condições clínicas, psicológicas e financeiras do paciente (LATA *et al*., 2008).

Entre os métodos mais utilizados está a hemodiálise, a qual consiste em remover as substâncias tóxicas do sangue e o excesso de água, é recomendável o cuidado com as intercorrências clinicas, e neste momento em que particularmente verifica-se a importância do cuidado de enfermagem a estes pacientes, com observância em qualidade da assistência, resolutividade do serviço, e educação em saúde (RODRIGUES & BOTTI, 2009).

Recentemente, e de ajuste com a Sociedade Brasileira de Nefrologia referendou a definição de DRC (Doença Renal Crônica), nos seguintes critérios: 1 – Lesão presente por um período igual ou superior a três meses, definida por anormalidades estruturais ou funcionais do rim, lesões renais, incluindo alterações sanguíneas ou urinarias. (BASTOS *et al*., 2010)

Seguindo a linha de raciocínio citada acima, a enfermagem requer que o tratamento seja reconhecido por aspectos distintos, porém que englobam a doença em base, ou seja, exigindo destes profissionais a identificação de complicações e comorbidades. (BASTOS *et al*., 2010).

Refere-se aqui também a necessidade de que o profissional de enfermagem neste trabalho, obtenha o conhecimento dos tratamentos disponíveis nas doenças renais terminais, que são: diálise peritoneal, ambulatorial continua (DPAC), diálise peritoneal automatizada (DPA), diálise peritoneal intermitente (DPI), hemodiálise (HD), e o transplante renal (TX) (MARTINS & CESARINO, 2005).

Existe alguns problemas relativos à DRC, que são complexos e envolve algumas ações, como o diagnóstico precoce, o acompanhamento imediato para o especializado, a identificação e a correção das principais complicações, bem como o preparo do paciente e de seus familiares (BASTOS *et al,* 2004).

A doença renal crônica é tida como um grande problema de saúde pública, porque se encontra com taxas elevadas de morbidade e mortalidade, além do momento negativo sobre o atributo de vida (MARTINS & CESARINO 2005).

2.2 Enfermagem

O processo de enfermagem é norteado para procedimentos a satisfazer os cuidados de saúde e as necessidades de enfermagem das pessoas (SMELTZER *apud* BEZERRA, 2012).

A Enfermagem possui uma ampla estrutura que a qualifica como ciência do cuidar baseada em ações que promovam saúde holisticamente à pessoa, à família e à comunidade.

A doença renal crônica é determinada como uma dificuldade de saúde com sintomas e requer um tratamento em longo prazo, com idas as unidades de saúde, alterando o processo saudável de indivíduos, nestas situações a enfermagem tem que crias estratégias que possam oportunizar a aproximação do paciente, fazendo com que o mesmo favoreça a adesão ao tratamento (MALDANER *et al*., 2008).

Para Barbosa (1993), o doente renal crônico convive com limitações diárias, incluindo o tratamento doloroso, com a mudança brusca da rotina, e entre pensamentos na morte, se submetendo ao transplante, que pode melhorar sua qualidade de vida.

Sabe-se que a condição crônica por si só são fontes de estresse, e representam desvantagem, e ainda que o centro de diálise conte com uma equipe multiprofissional, o enfermeiro é de importância no acompanhamento e suporte terapêutico ao doente, assim como a rede social (MACHADO & CAR, 2003).

A hemodiálise prolonga a vida do doente, porem este tratamento é responsável por uma rotina monótona e restrita, as atividades são limitadas, onde pode-se ter a enfermagem de uma forma geral podendo contribuir com os conhecimentos e cuidados clínicos, assim como de forma positiva aliar-se a tendência do paciente negar os sentimentos negativos, e para que tenham forças de continuar vivendo com todas as dificuldade encontradas.

Um dos fatores categóricos para a adesão ao tratamento é a confiança depositada pelo paciente a equipe de saúde, maneiras adotadas pelos profissionais de saúde, o trato com a linguagem, demonstrando respeito pelas crenças de cada indivíduo, o atendimento acolhedor a cada ida as sessões de hemodiálise, quando há essa confiança no profissional de enfermagem, resulta-se em uma melhoria na vida do doente, terá maior disposição para dialogar seus medos, o que facilita na construção do vínculo e assim melhor assistido (MALDANER *et al.,* 2008).

O fato de estar cronicamente doente pode gerar sentimentos conflitantes, entre eles a culpa, baixa autoestima (FRAZÃO, *et al,* 2014), desta maneira, para equipe de enfermagem torna-se necessário estabelecer confiança e compreensão, além dos sólidos conhecimentos técnicos-científicos (PEREIRA & GUEDES, 2009).

Diante desse contexto o enfermeiro desempenha papel fundamental, identificando as necessidades individuais de cada cliente, proporcionando meios de atendimento que visem uma melhor adequação do tratamento, ensinando o autocuidado (AC) garantindo assim uma qualidade de vida melhor, aproveitando todos os momentos para criar condições de mudanças quando necessário.

2.3 Os Cuidados realizados pela Enfermagem ao Doente Renal Crônico

De forma particular, o profissional de enfermagem requer um cuidado especializado, isso conforme legislação, o que não reduz o cuidado com o cidadão, desse modo fica evidente que os profissionais de enfermagem devem se encontrar capacitados e cientes de sua estima para a sustentação da qualidade de vida do paciente.

Os quais são responsáveis por tornarem o tratamento confortável para p paciente, acomodando para os cuidados pessoais, além de organizarem a sessão de hemodiálise (FRAZÃO *et al.,* 2014).

Todos os enfermeiros têm uma rotina de recebimento do plantão, seguida da visita de enfermagem e supervisão para com o paciente e a equipe de enfermagem frente aos cuidados prestados.

Os resultados de Santana *et al.* (2013) demonstraram que a atuação da enfermagem diante das diferentes complicações renais pode ser compreendida por um processo de monitorização, detecção e rápida intervenção para melhorar a qualidade de vida do paciente, sempre tendo o cuidado na hipotensão, câimbras musculares, dor torácica e lombar, cefaleia, prurido, a fim de amenizar, os possíveis efeitos e sequelas que os doentes renais possam desenvolver.

Conhecer a família do paciente harmoniza subsídios para orientá-la, suprir suas dúvidas e suavizado seus anseios. O enfermeiro deve interver na educação da família e do paciente sobre a doença e suas complicações e fornecendo orientações sobre o plano terapêutico, com aspectos técnicos e psicológicos. Além disso, permite a troca de experiência, a conexão, e que as informações e o conhecimento ocorrem de maneira mútua, causando um melhor apoio ao tratamento por parte do paciente, e consequentemente evolução na qualidade de vida e fortalecimento dos vínculos familiares (FRAZÃO *et al.,* 2014).

Ao mesmo tempo torna-se necessário a boa comunicação, ocorrendo de maneira adequada, com o objetivo de compreender o paciente, o relacionamento interpessoal se torna imprescindível nesta vivência (FRAZÃO *et al.,* 2014).

Redimensionada, pois cuidado pode também permitir o conforto do paciente que está emocionalmente fragilizado, amenizando suas angustias e medos, a partir da aproximação do cuidador durante a execução de uma técnica. Por este viés, outro significado para o cuidar encontrada na enfermagem foi a representação de relação técnica (RODRIGUES & BOTTI, 2009).

As atividades voltadas para o terapêutico educativo como atividades de cuidado são reconhecidas como subsídios para decidir acerca de situações com os pacientes no tratamento hemodialitico, articulando como uma alternativa que possibilita a melhoria da participação do paciente na elaboração do saber (QUEIROZ & DANTAS, 2008).

Conhecer o funcionamento da hemodiálise é fundamental no processo de adaptação do paciente às restrições, consequentemente melhorando sua contribuição com o tratamento. Com isso, o enfermeiro, além de assistir no procedimento, deve atuar como educador, facilitando o desenvolvimento do autocuidado cuidado de si no seu cotidiano.

A DRC associada à hemodiálise tem crescido no paciente uma maior precisão de atenção e apoio para que o mesmo não venha sucumbir diante desta patologia e do processo terapêutico. Assim, tem-se no processo de enfermagem, o instrumento do cuidar humanizado e ético-científico. Para tanto, é necessário que o enfermeiro aperfeiçoe sua assistência responsabilizando-se com os cuidados que devem ser direcionados ao cliente e tornando-a mais humanizada e individualizada (BEZERRA, *et al*, 2012).

Acredita-se que os profissionais de enfermagem têm um papel fundamental no tratamento destes doentes.

3 CONCLUSÃO

O acompanhamento multidisciplinar aperfeiçoa os cuidados da saúde do DRC, assim como o olhar multiprofissional, porém identifica-se com as pesquisas realizadas que o cuidar da equipe de enfermagem transcendeu a dimensão técnica,

passando pelo cuidar de estabelecimento de relação terapêutica e de confiança, para os pacientes, o ser cuidado significa estabelecer um relacionamento interpessoal, para melhor adesão e isto se dá através da evidente necessidade do papel da equipe de enfermagem.

Mesmo com a complexidade clínica, e especificidade da demanda de conhecimento clínico, o qual é permeado de influências tecnológicas, a equipe de enfermagem mostra que vai além do fazer, do executar procedimentos e técnicas, atuando também na perspectiva do cuidado humanizado, preocupando-se com o ser humano.

Dessa forma, a enfermagem juntamente com a equipe composta na unidade ou centro de tratamento hemodialitico, deverá planejar e programar medidas que estabeleçam a educação em saúde, não somente as práticas técnicas, sem diminuir sua importância, transformando em um processo continuado, e no dia a dia tratar do paciente de acordo com sua evolução ao tratamento, e preferencialmente de forma positiva, a enfermagem envolvida com todos os processos, desde ações educativas, é fundamental na orientação dos clientes e familiares. Seu apoio ao cliente no enfrentamento e tratamento da doença renal crônica contribui para que este adquira competência e habilidades nas ações de autocuidado.

A enfermagem neste processo se torna peça fundamental, e desenvolvendo o paciente de forma holística a fim de proporcionar a melhor qualidade de vida. Diante do exposto acima, é de fundamental importância a enfermagem presente e articulando como identificador, educador, como paciente quanto com a família, trazendo orientações com aspectos técnicos.

Este estudo oferece subsídios para que o enfermeiro perceba a necessidade de avaliar as demandas individuais de cada paciente em tratamento hemodialítico, direcionando a assistência adequada e individualizada, a fim de promover transformações pertinentes, planejar e implementar intervenções para manutenção e/ou melhoria da assistência prestada, visando prevenir o agravamento da doença, comprometimento da qualidade de vida dos pacientes renais crônicos.

4 REFERÊNCIAS

BASTOS, M.G. Bregman, R. kirsztajn, G.M. **Doença renal crônica: freqüente e grave, mas também prevenível e tratável.** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v56n2/a28v56n2> Acesso em: 05 Mar. 2019.

BASTOS, M.G. Carmo, W. B. do. Abrita, R. R. Almeida, E. C. de. Mafra, D. Costa, D. M. N. da. Gonçalves, J. de A. Oliveira, L. A. de. Santos, F. R. dos. Paula, R. B. de. **Doença renal crônica: problemas e soluções**. j bras nefrol volume xxvi - nº 4 2004. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/psicologo.HRPT.000/Meus%20documentos/Downloads/26-04-04%20(1).pdf> Acesso em: 05 Mar. 2019.

BEZERRA, M. L. R.; Ribeiro, P. R. S.; Sousa, A. A.; Costa, A. I. S.; Batista, T. S. **Diagnósticos De Enfermagem Conforme A Teoria Do Autocuidado De Orem Para Pacientes Em Tratamento Hemodialítico**. rev. ciênc. ext. v. 8, n.1, p.60-81, 2012. Disponível em: <http://200.145.6.204/index.php/revista_proex/article/view/533/631> Acesso em: 10 Mar. 2019.

FRAZÃO, C.M. F.De Q. Delgado, M. F. Araújo, M. G. De A. Silva, F. B. B. L. Sá, J. D. De. Lira, A. L. B. De C. **Cuidados De Enfermagem Ao Paciente Renal Crônico Em Hemodiálise.** Rev Rene. 2014 Jul-Ago; 15(4):7019, Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3240/324032212018/> Acesso em: 06 Mar. 2019.

LATA, A. G.B. Albuquerque, J. G. Carvalho, L. A. Da S.B. P. De. Lira, A. L. B. De C. **Diagnósticos De Enfermagem Em Adultos Em Tratamento De Hemodiálise.** acta paul enferm, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v21nspe/a04v21ns> Acesso em: 16 Mar. 2019.

MALDANER, C. R. Beuter, M. Brondani, C. M. Budó, M. De L. D. Pauletto, M. R.

Fatores Que Influenciam A Adesão Ao Tratamento Na Doença Crônica: O Doente Em Terapia Hemodialítica. rev gaúcha enferm., Porto Alegre (rs) 2008 dez;29(4):647-53. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistagauchadeenfermagem/article/view/7638/4693> Acesso em: 15 Mar. 2019.

MACHADO, L. R. C. Car, M. R. **A Dialética Da Vida Cotidiana De Doentes Com Insuficiência Renal Crônica: Entre O Inevitável E O Casual**. rev esc enferm usp, 2003; 37(3):27-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n3/04> Acesso em: 15 Mar. 2019.

MARTINS, M. R. I. Cesarino, C. B. **Qualidade De Vida De Pessoas Com Doença Renal Crônica Em Tratamento Hemodialítico**. rev latino-am enfermagem, setembro-outubro; 13(5):670-6, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/2814/281421849010/ > Acesso em: 15 Jun. 2019.

PEREIRA, L. De P. Guedes, M. V. C. **Hemodiálise: A Percepção Do Portador Renal Crônico.** Cogitare Enferm, out/dez; 14(4):689-95, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/download/16384/10864> Acesso em: 20 Jan. 2019.

QUEIROZ , M. V. O. Dantas, M. C. De Q. Ramos, I. C. Jorge, M. S. B. **Tecnologia do cuidado ao paciente renal crônico: enfoque educativo-terapêutico a partir das necessidades dos sujeitos.** Texto Contexto Enferm, florianópolis, jan-mar; 17(1): 55-63. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n1/06> Acesso em: 10 Jun. 2019.

RODRIGUES, T. A. Botti, N. C. L. **Cuidar e o Ser Cuidado na Hemodiálise**. acta paul enferm. 22(especial-nefrologia): 528-30, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22nspe1/15.pdf> Acesso em: 11 Jun. 2019.

SILVA, A. S. Da. Silveira, R. S. Da. Fernandes, G. F. M. Lunardi, V. L. Backes, V. M. S. **Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise**. rev bras enferm, brasília set-out; 64(5): 839-44. 2011. Disponível em:<https://www.redalyc.org/html/2670/267022214006/> Acesso em: 11 Mar. 2019.

Acesse o DOI de nossos Artigos

AVALIANDO O MÉTODO UTILIZADO PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ NA CONSIDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS EM AÇÕES DE COMBATE AO DESMATAMENTO

DOI: 10.29327/2385111.1.1-1

Análise EDUCACIONAL DE UM ESTUDO BILINGUE NA ESCOLA INDÍGENA PARAKANÃ DO XINGÚ NA AMAZÔNIA PARAENSE COMO INSTRUMENTO CULTURAL IDENTITÁRIO

DOI: 10.29327/2385111.1.1-2

PERCEPÇÃO DE GESTORES, NUTRICIONISTAS E CONSELHEIROS SOBRE A EXECUÇÃO DO PNAE EM UM MUNICÍPIO PARAENSE

DOI: 10.29327/2385111.1.1-3

A INCIDÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA E O AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LEI Nº 9.605/98

DOI: 10.29327/2385111.1.1-4

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL NA CIDADE DE ALTAMIRA - PARÁ: FRAGILIDADES E FORTALEZAS

DOI:10.29327/2385111.1.1-5

ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O PROCESSO DE TRABALHO NAS URGÊNCIAS HOSPITALARES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

DOI:10.29327/2385111.1.1-6

CUIDADOS DA ENFERMAGEM AO DOENTE RENAL CRÔNICO

DOI:10.29327/2385111.1.1-7

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM: IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL FRENTE ÁS GESTANTES PORTADORAS DE SÍFILIS

DOI:10.29327/2385111.1.1-8